

Antonio Nilson Alves Cavalcante

Linguagem e Sustentabilidade

um percurso interdisciplinar



Selo Teses e Dissertações

Eds
UECE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR

Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso

Francisco Horácio da Silva Frota

Francisco Josênio Camelo Parente

Gisafran Nazareno Mota Jucá

José Ferreira Nunes

Liduina Farias Almeida da Costa

Lucili Grangeiro Cortez

Luiz Cruz Lima

Manfredo Ramos

Marcelo Gurgel Carlos da Silva

Marcony Silva Cunha

Maria do Socorro Ferreira Osterne

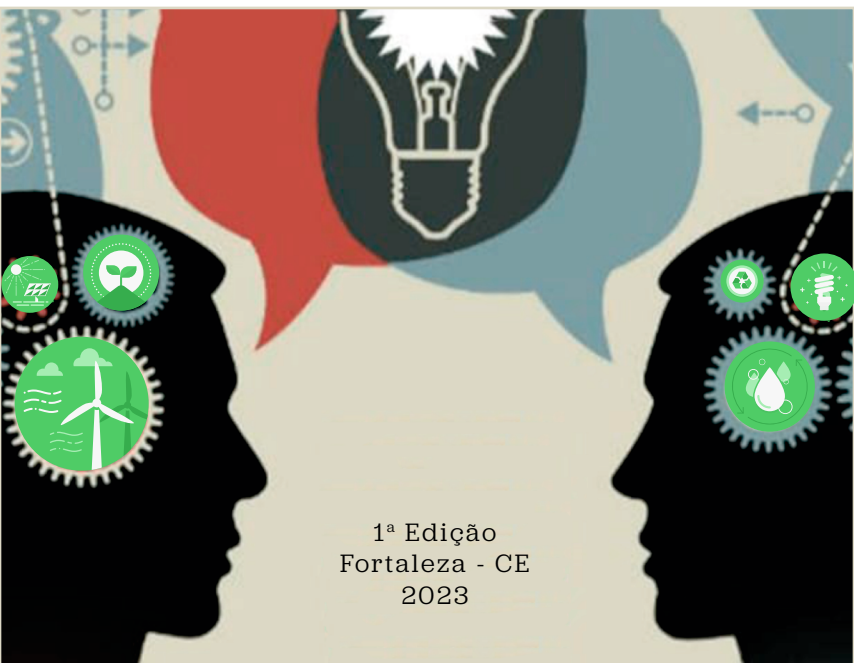
Maria Salete Bessa Jorge

Silvia Maria Nóbrega-Therrien

Antonio Nilson Alves Cavalcante

Linguagem e Sustentabilidade

um percurso interdisciplinar



1ª Edição
Fortaleza - CE
2023

Selo Teses e Dissertações

Eds
UECE

LINGUAGEM E SUSTENTABILIDADE - UM PERCURSO INTERDISCIPLINAR

© 2023 Copyright by Antonio Nilson Alves Cavalcante

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Cleudene de Oliveira Aragão
Nayana Pessoa

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Narcelio de Sousa

REVISÃO VERNACULAR E NORMALIZAÇÃO

Antonia Karine Oliveira de Sousa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cavalcante, Antonio Nilson Alves
Linguagem e sustentabilidade [livro eletrônico]: um percurso
interdisciplinar / Antonio Nilson Alves Cavalcante. -- Fortaleza, CE :
Editora da UECE, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-7826-906-7

1. Análise de discurso 2. Ecologia 3. Interdisciplinaridade 4.
Linguística 5. Sustentabilidade I. Título.

23-182766

CDD-401.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise de discurso : Comunicação : Linguística 401.41
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Todos os direitos reservados

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará

CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893

www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Sumário

PREFÁCIO ◆ 6

1 INTRODUÇÃO ◆ 10

2 ECOLOGIA ◆ 14

2.1 INTERDEPENDÊNCIA ECOLÓGICA ◆ 14

2.2 A MATERIALIDADE DO AQUECIMENTO GLOBAL ◆ 21

2.3 CRÔNICA DAS PREOCUPAÇÕES COM A SUSTENTABILIDADE ◆ 27

3 ANÁLISE DE DISCURSO ◆ 35

3.1 PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO ◆ 35

3.2 O QUADRO TRIDIMENSIONAL ◆ 47

3.3 CONCEPÇÃO DE DISCURSO ◆ 56

4 ESTUDOS ECONÔMICOS ◆ 66

4.1 REVEZES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO INFINITO ◆ 66

4.2 FRAGILIDADES DIANTE DAS QUESTÕES ECOLÓGICAS ◆ 77

4.3 INTERSEÇÕES HISTÓRICAS ◆ 84

5 CONVERGÊNCIA INTERDISCIPLINAR ◆ 94

5.1 DIMENSÃO DISCURSIVA ◆ 95

5.2 DIMENSÃO TEXTUAL ◆ 112

5.3 DIMENSÃO SOCIAL ◆ 131

6 CONCLUSÃO ◆ 149

REFERÊNCIAS ◆ 153

PREFÁCIO

Como a própria etimologia da palavra prefácio indica, já me posiciono na convergência de que Nilson coloca em seu sumário – sustentabilidade e linguagem. Minha convergência se estabelece entre produção do livro de Nilson e minha leitura posterior do mesmo para execução de um *pre-faccio*, de um pré-fazer só executado no pós-leitura. E o pré e o pós convergem para minha surpresa ao ser convidada para tal missão tão alvissareira e tão profunda ao mesmo tempo, pois encontro um sujeito-autor-pesquisador consciente de seu habitat – planeta Terra.

Minha surpresa também se esteia no carinho de ter sido sua orientadora de mestrado, cujo trabalho sofreu várias dificuldades e ao final convergiu para o seu sucesso: publicação de seu trabalho e o reconhecimento da editora da UECE de um trabalho bem elaborado e sistematizado, que obedece o caminho estruturado entre as paralelas da sustentabilidade e linguagem, em que a Linguística Aplicada cumpre o seu papel, ou melhor, o de mostrar o fazer da linguagem no fazer social. Melhor dizendo, de nos preocuparmos com possíveis mudanças com o que está acontecendo globalmente, localmente, regionalmente, seja qual for o *locus* de nosso olhar.

Abrimos as mídias sociais e verificamos a continuidade da escritura da sustentabilidade, ecologia e ecossistemas buzinando aos

nossos ouvidos: “COMIDA AZUL – Para Davos, há nos oceanos um futuro para a alimentação, Temos de evitar a contaminação dos mares e garantir a sustentação do ecossistema” (Revista *Veja*, 1/6/22, p.63); “Paulistano consegue o primeiro ‘selo de sustentabilidade’ no País – Montanhista adapta apartamento e ganha o selo Life, inédito diploma dado no Brasil a um imóvel sustentável” (Jornal *O Estado de São Paulo*, Caderno Cultura & Comportamento, 28/05/22, p. C5); “PLANEJA EM TRANSE, Entrevista da 2ª. [com] Vanessa Kankade, Ativista [ugandense] defende a criação de fundo para perdas e danos, adicional aos US\$100 bilhões/ano prometidos por países desenvolvidos – Sabemos quem causou e quem precisa pagar pela crise climática – Muitas comunidades no continente [africano] estão enfrentando alguns dos piores impactos da crise climática e lidando com as consequências de diferentes desastres climáticos, desde inundações até ciclones, [e] à medida que a crise climática aumenta, há certas coisas às quais não podemos nos adaptar. As comunidades não podem se adaptar à fome e à perda de identidades” (Jornal *A Folha de São Paulo*, Caderno B, p. 2-3); e por aí vai. A problemática é tão grande que sua natureza de escritura ratifica a continuidade de reportagens.

E Nilson consegue nos impressionar de como a ciência atravessa a nossa vida, de como “as formas de vida e sobre o planeta, [...] os indivíduos se encontram diante de transformações profundas que podem impactar fortemente a sociedade” (p. 3). Daí ser sua obra atravessada por várias áreas do saber: “a Ecologia, a Análise do Discurso Crítico e Estudos Econômicos, a fim de estabelecer uma contribuição do campo das pesquisas sobre linguagem para a conscientização frente ao problema ecológico que enfrentamos atualmente e de possibilitar um percurso interdisciplinar que destaque a relevância do fazer científico crítico para a inserção da ciência em uma problematização do discurso ecológico hegemônico” (p. 3).

Oferece-nos, além do mais, uma “conceituação densa do que seja Ecologia, remetendo-a às interações que os seres vivos estabelecem

entre si e os meios nos quais estão presentes” (p. 5), seres que estão em sua ‘casa’ [eco → *oikós* em grego] sobre a qual a ciência [*lógos* em grego] se debruça e estuda “a materialidade do aquecimento global (p. 10) [...] [cujas] variações de temperatura assum[e]m uma intensificação imprevista para as condições regulares do clima” (p. 10).

A preocupação de Nilson é intervir como cientista, mostrando que o nosso dia a dia faz parte da ciência, ou melhor, de como a sustentabilidade em seu sentido atual advém de “políticas nacionais dos diversos países [que] privilegiam medidas que incentiv[a]m a expansão e aumento da produção ou das margens de lucro, de um jeito tal que o desenvolvimento sustentável seja alavancado como simples sinônimo de condição para o crescimento econômico infinito, vinculado ilusoriamente à manutenção do crescimento produtivo e financeiro” (p. 14). Tecendo uma linha histórica sobre o sentido de sustentabilidade, demonstra os interesses econômicos que caminham juntos, pois *sustentare* (em latim) faz parte do campo semântico “apoiar”, “defender”, “proteger”, “conservar” a nossa [casa] *oikós*, cujas paredes balançam e se racham à medida que machucamos as nossas florestas com seus desmatamentos, porquanto a cada machadada em uma árvore estamos eliminando parte de nosso trânsito respiratório.

Mas, queridos leitores e queridas leitoras, observem que a intervenção no social por Nilson é feita por sua escrita, um dizer que é um fazer (vide a teoria dos atos de fala de Austin, *dizer é fazer*). Logo não há como intervir se não verificarmos o que a linguagem faz. E nesse instante dá-se a mais importante convergência do trabalho de Nilson, ou seja, demonstrar que sem a linguagem não há como intervir ou fazer mudanças no comportamento antropogênico (p. 61-98) em que a linguagem-discurso, pela perspectiva científica da Análise do Discurso Crítica, instrumentaliza nosso olhar para a importância da linguagem nessa missão interventora.

Nilson responde em sua obra a “questões como quais contradições e fragilidades estão implicadas pelas estratégias discursivas

utilizadas no discurso hegemônico da sustentabilidade, como esses discursos performatizam a linguagem a partir dos seus interesses majoritários, em torno de quais visões de mundo esses discursos perfazem suas estratégias discursivas e qual série histórica de discurso se deixa revelar a partir da materialização textual e extratextual” (p. 99).

Nilson, enfim, em um estilo acadêmico-científico não deixa de fora a *vida*. Nós, cientistas, não podemos esquecer que ao estudar *sobre* a linguagem, não apenas fazemos um discurso *sobre* este algo, mas estamos *nessa* (*em* + *esse*) algo que *é* a vida. É nossa conscientização dessa vida que nos permite estar *no* (*em* + *o*) espaço vida.

E é por esse *lócus* que desejo aos leitores/as uma boa leitura e que sejam por ela catapultados pelas lentes do sentido vida, não apenas buscando um sentido abstrato, mas os referentes que constituem suas materialidades.

Professora Dra. Dina Maria Martins Ferreira
Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada
Centro de Humanidades
Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza, junho de 2022.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vem sendo apontada a necessidade de se enfrentar as crises climáticas e ecológicas que despontam desde períodos iniciais da Modernidade e que, no momento presente, afetam negativamente os ecossistemas que possibilitam a existência da coletividade humana. Diante de questões específicas como o aquecimento global e escassez de recursos, diferentes usos de linguagem lançam considerações sobre o ser humano, sobre as formas de vida e sobre o planeta, apontando que os indivíduos se encontram diante de transformações profundas que podem impactar fortemente a sociedade. Os argumentos propagados em múltiplos e diversos discursos são tão enfáticos que advertem com alertas, exigindo um conjunto de dispositivos, em termos de convergência entre linguagem e atitudes, que possibilitem a sobrevivência do planeta Terra, tal qual é conhecido, para as civilizações presentes e futuras.

De tal maneira, os problemas ecológicos, em toda a sua complexidade, passaram a povoar as práticas discursivas nos mais diferentes âmbitos e a assumir complexas configurações, fazendo-se necessária a criação de estratégias que possam mitigar as implicações de uma provável intensificação das variações na temperatura planetária ou do uso impróprio dos recursos naturais. Para evitar possíveis desastres, essas estratégias, localizadas entre a prática e a teoria, devem ser capazes de apresentar respostas efetivas aos problemas socioambientais contemporâneos.

Diante desse contexto, passa-se a formular, junto às empresas dos mais diversos setores, um conjunto de mobilizações que pretende engajá-las como parte envolvida na proposição de ações que venham a intervir no quadro problemático diante do qual se vive. Assim, surge o discurso empresarial sobre sustentabilidade, seguindo uma linha hegemônica da teoria econômica no que toca às questões ambientais. Do ponto de vista de uma governança ambiental, a prática governamental poderia articular uma série de medidas que desenvolvessem a necessária solução para os problemas ecológicos. Contudo, no que tange a tais questões, os procedimentos diante do problema se limitam, muitas vezes, a privilegiar políticas de incentivo fiscal que, diante de um possível crescimento econômico, além de não se converterem em distribuição efetiva de renda, eliminando o problema da pobreza e miséria, passam a gerar impactos progressivamente maiores na biosfera. Nesse contexto, as práticas empresariais propõem atitudes de conciliação entre argumentos estritamente econômicos com a preocupação de cunho ambiental, que assumem a rubrica da conservação de recursos.

No entanto, vários autores (OPPENLANDER, 2013; BOFF, 2015; LARA; OLIVEIRA, 2017) apontam que as atuais propostas de solução dos problemas ambientais ainda permanecem incipientes ou até mesmo contraditórias, encontrando-se submetidas a interesses da ordem do econômico, ao perseguirem um crescimento infinito de suas margens, de suas receitas contábeis e de sua produção, sem perceber as fragilidades principais dessa perspectiva hegemônica que busca dar respostas aos problemas enfrentados nesse início de século.

Destarte, surge a indagação de como reverter a atual crise socioambiental, a partir de um elemento unificador dos esforços humanos, já que tudo que era sólido parece ter se desmanchado no ar. A própria ciência atualmente enfrenta uma atitude de desvalorização, como consequência da suspeita de certos movimentos ao racionalismo moderno, mas essa tendência já despontava há algum tempo, diante do positivismo insensível quanto à faixa da população analiticamente

menos instruída. Ademais, a própria razão recebeu um olhar cético e, como pode inclusive se ver em comentários dos frankfurtianos, há uma certa descrença nos produtos da razão, o que também corre o risco de resvalar sobre a ciência como um todo, dificultando que essa possa exercer um papel mais decisivo na sociedade, principalmente na questão socioambiental.

Apesar de tudo isso, como alardear e trazer a atenção da sociedade, em geral, para as descobertas recentes dos impactos humanos sobre o Planeta? Isso é o que esse livro se propõe a responder! Para tanto, acreditamos na razão e na ciência como forma de exercer um relevante papel de mobilização da sociedade para a superação de seu atual impasse civilizacional. Contudo, nossa ciência não é positivista e nossa razão sai do pretensioso lugar de característica definidora da existência ou condição humana do sujeito – isto é, de sua própria humanidade –, tal propõe a filosofia racionalista moderna. Ao contrário, reconhecemo-na como devido instrumento de aperfeiçoamento das realizações humanas, instrumento este dado *a posteriori*, através do exercício linguístico-cognitivo nas relações com o mundo e as pessoas.

Através desse resgate do conceito de razão, pela qual não precisamos estar atados a um racionalismo pedante, temos, por nossa vez, um instrumento imprescindível no contexto atual de crise socioambiental. Desse modo, pretendemos coletar algumas perspectivas de diferentes áreas do conhecimento, assim como a Análise de Discurso Crítica, a Ecologia e estudos sobre Economia, a fim de estabelecer uma contribuição do campo das pesquisas sobre linguagem para a conscientização frente ao problema ecológico que enfrentamos atualmente e de possibilitar um percurso interdisciplinar que destaque a relevância do fazer científico crítico para a inserção da ciência em uma problematização do discurso ecológico hegemônico.

Iniciamos com o capítulo intitulado *Ecologia*, no qual abordamos uma perspectiva de interdependência entre as relações ecológicas e como os problemas ambientais, tal o aquecimento global e

outros, podem impactá-las. No capítulo seguinte, *Análise de Discurso*, apresentamos o percurso de desenvolvimento desse instrumental de análise, assim como sua tridimensionalidade teórico-metodológica e o conceito de discurso. O capítulo *Estudos Econômicos* traz à tona alguns impasses na conciliação do discurso econômico com as problemáticas ambientais. Por sua vez, o capítulo final, *Convergência Interdisciplinar*, oferece um estudo desenvolvido por nós, no qual articulamos as áreas anteriores de estudos, a fim de entender como a linguagem é articulada no âmbito do discurso ambiental de uma empresa brasileira em particular.

Oferecer esses recursos epistemológicos justifica nossa tentativa de mobilizar a sociedade em torno da crença no potencial inovador humano que solucione as fragilidades atuais de nosso sistema socioeconômico e que permita que o progresso continue a aperfeiçoar as relações humanas, seja uns com os outros, seja com o Planeta.

2 ECOLOGIA

2.1 INTERDEPENDÊNCIA ECOLÓGICA

Para nosso percurso interdisciplinar, caracterizaremos, inicialmente, o campo da Ecologia, considerando que, nas últimas décadas do século XX, houve uma crescente preocupação com os aspectos ecológicos implicados nas atividades econômicas e produtivas das sociedades, aumentando a necessidade de considerar-se os impactos que as interações humanas com o ambiente e outras formas de vida ocasionam. Assim, recorreremos a uma conceituação densa do que seja Ecologia, remetendo-a às interações que os seres vivos estabelecem entre si e os meios nos quais estão presentes. Callenbach (2001, p. 5) postula que a ecologia é “a ciência que estuda as interligações maravilhosamente complexas entre as formas de vida do planeta Terra”, investigando as interações entre os seres vivos e os ecossistemas e tendo como objetivo compreender o funcionamento desses sistemas em sua totalidade. Em consonância com a necessidade de extrapolar uma concepção de ecologia meramente ambiental (BOFF, 2009), ela passa a funcionar como estudo das relações entre os organismos e, consequentemente, desses e os meios nos quais estão presentes: “a ciência da ecologia estuda todas as interações entre os seres vivos, incluídos os seres humanos e seu ambiente” (CALLENBACH, 2001, p. 58).

Os primórdios dos estudos da Ecologia se referem às pesquisas de oscilação da população de determinada espécie, observando como os dados demográficos de um grupo variam em correspondência aos dados de outro grupo, por exemplo, como um grupo de raposa pode aumentar em número, quando os coelhos, que lhes serviam de alimento, encontram-se em grande quantidade (CALLENBACH, 2001). Os objetivos dos ecologistas de campo eram descrever precisamente como os organismos viviam na natureza (CALLENBACH, 2001). Nos anos posteriores, para Callenbach (2001), surgiu a preocupação com a inserção do ser humano nos ecossistemas, sendo que as três vertentes da ecologia que ganharam destaque se concentram, primeiramente, no movimento da ecologia profunda, cujos princípios mais relevantes giram em torno do valor intrínseco de todas as formas de vida; o da ecologia social, cujas questões são de cunho acentuadamente político e social; e o do ecofeminismo, que traz características semelhantes à ecologia profunda e à ecologia social. De acordo com Callenbach (2001), há a possibilidade de simultânea defesa das três perspectivas, já que elas não são contraditórias entre si, nem sequer mutuamente excludentes.

Para Boff (2009), a constituição da Ecologia se dá dentro do campo da biologia e tem como formulador inicial o alemão Ernest Haeckel. Para esse discípulo de Darwin, “a ecologia é o estudo do inter-retro-relacionamento que todos os sistemas vivos e não vivos têm entre si e com o seu respectivo meio ambiente” (BOFF, 2009, p. 100). Essa concepção pauta-se na investigação da relação entre os sistemas de vida e seus meios, o que implica interações de grande enredamento, ao ponto de considerações provindas das ciências da complexidade e da teoria do caos serem necessárias ao esclarecimento de certos pormenores ecológicos (BOFF, 2009). As próprias perspectivas sobre as relações ecológicas, no tocante às formas de vida, foram se desenvolvendo de modo a proporcionar uma concepção de organismo vivo como sistema aberto e, se parte da natureza, enquanto forma de vida, é

vista como sistema aberto, esse sistema se estabelece por um conjunto de relações e interações múltiplas (BOFF, 2009).

Não raro, é vivenciada a dificuldade de estudo *in vitro* das complexidades relacionais e interativas dos organismos vivos, indicando algumas limitações metodológicas na tradição científica clássica que, com base na física e na matemática, podem esquecer de observar a subjacente lógica da complementaridade e reciprocidade que subsiste nas relações ecológicas (BOFF, 2009). Para corrigir essa limitação clássica, parece imprescindível que os limites dos métodos reducionista-simplificadores, mencionados por Boff (2009), cedam lugar a um paradigma ecológico na produção de saberes. Para tanto, vale o reconhecimento da insuficiência da ideia de causa e efeito para explicar várias das inter- e retrorrelações dos organismos, sendo que a própria noção de interdependência acaba sendo ofuscada pela dicotomização de nossa percepção atual (BOFF, 2015).

Na dimensão de concretização de um paradigma ecológico, uma ecologia mental prevê mudanças na forma de apreendermos a realidade (BOFF, 2015). Contudo, a competição e concorrência econômicas surgem como obstáculos principais para que seja alcançada essa mentalidade ecológica (BOFF, 2009). Extrapolando o caráter restritamente ambiental ou sociopolítico, que não podem ser negligenciados, vê-se a incumbência de princípios éticos para a ecologia mental, que pode ser abrangida através de uma ecologia integral, em que o ser humano perceba o processo evolutivo do Universo, em decorrência do percebimento de sua pertença a esse processo evolutivo (BOFF, 2009). Como a Ecologia, enquanto forma de relação natural encontrada nos próprios ecossistemas, funciona “de acordo com as leis inexoráveis da energia” (CALLENBACH, 2001, p. 75), é preciso não a restringir, enquanto investigação sobre a vida e seus meios, a um mero ambientalismo utilitário (BOFF, 2015). Com essa reviravolta, surgem níveis diferentes da realidade ecológica que vão além do convencionalmente estabelecido: “A ecologia recobre à sociedade (ecolo-

gia social), à mente humana (ecologia mental), às indústrias (ecologia industrial), às cidades (ecologia urbana) e às redes de conexão com o cosmos (ecologia integral)” (BOFF, 2015, p. 97). Considerada a complementaridade das demais formas de ecologia (ecologia ambiental, ecologia sociopolítica, ecologia mental) por uma ecologia integral, tal amplitude das relações ecológicas insere o animal humano na posição de relatividade diante das outras formas de vida e meios, sendo crucial nossa integração aos ecossistemas para a consolidação de uma era de responsabilidade e ética com os meios nos quais estamos inseridos e com as demais formas de vida que os compõem (BOFF, 2015). Nesse turno, vê-se mister a *ecologização* das práticas humanas, a fim de possibilitar a insurgência do paradigma ecológico, cujas características conceituais revelam uma atitude de abertura e inclusão, em prol de uma macrovisão ecológica (BOFF, 2009).

Recupera-se uma visão holística de natureza pela Ecologia, que passa a se desenvolver por via da trans/interdisciplinaridade e da transversalidade e a extrapolar a si mesma enquanto mera técnica de gerenciamento de recursos escassos (BOFF, 2009), ao estilo hegemônico da economia. Essa condição é parte do percebimento da influência mútua que se realiza entre os elementos dos ecossistemas (CALLENBACH, 2001) e, principalmente, diante da compreensão da sociedade como subsistema da natureza que pode resgatar a vinculação do ser humano ao ambiente (BOFF, 2015). Como coroamento do surgimento da visão de realidade como teia interligada (CALLENBACH, 2001), a vida passa a ser vista como se estabelecendo em rede de conexões (BOFF, 2015) e, no caso específico dos animais humanos, parte de sua interação com outros constituintes das relações ecológicas se dá inclusive a partir da possibilidade de alcance dos ciclos de eventos astronômicos e atmosféricos poderem incidir sobre os estados psicológicos (CALLENBACH, 2001).

É perceptível a codependência que se estabelece entre as partes em uma relação ecológica, ao ponto de se sobressair o caráter de reci-

procidade que essas relações desempenham umas sobre as outras, uma vez que os benefícios decorrentes são assimilados por todos os componentes da interação. De acordo com E. Callenbach (2001, p. 14), “Na ecologia, todas as relações são recíprocas, de alguma forma” e, mesmo que haja uma dependência majoritária da vida na Terra pelo Sol e carbono, um grande exemplo da reciprocidade das interações pode ser notado em alguns pequenos detalhes: “Sem o dióxido de carbono que nós e outros animais expelimos pela respiração, as plantas, as bactérias e as algas não teriam como absorvê-lo do ar para fabricar suas células e obter alimento para si e para outras formas de vida – até mesmo para [nós]” (CALLENBACH, 2001, p. 103). O que torna essa relação ainda mais complexa e recíproca é que o dióxido de carbono expelido por nós e por outros animais, por exemplo, fornece energia às plantas. Se as plantas fazem uso do dióxido de carbono produzido ou expelido pelos animais humanos e não-humanos, esses dependem, por sua vez, das plantas, já que elas ajudam também na produção de parte do oxigênio que se respira, evitando que os humanos sejam sufocados em CO₂ (FLANNERY, 2007). Isso quer dizer que na “ausência de plantas, algas e bactérias capazes de realizar a FOTOSÍNTESE (sic), não há gás oxigênio” (CALLENBACH, 2001, p. 15), diante de um ciclo entre a conversão de oxigênio em carbono pelos humanos e do carbono em oxigênio¹ pela fotossíntese das plantas e microorganismos (CALLENBACH, 2001).

Para Callenbach (2001), as diferenças de importância dadas às espécies não passam de um construto humano, em razão de uma ilusão teleológica que se atribui aos humanos como fim da evolução. A despeito disso, somos levados a falar em co- ou interdependência, visto que, em algum nível, aquele item aparentemente independente, como é o caso do *homo sapiens*, ainda depende de algum item mais ínfimo ou de processos mais amplos. No que lhe diz respeito, o animal

1 Uma questão interessante é que, como condição própria e natural da vida, percebe-se o equilíbrio da porcentagem de oxigênio na atmosfera, em cerca de 21% (BOFF, 2015) e, por sua vez, o carbono se encontra também em equilíbrio, já que sua quantidade ideal natural regula a temperatura acima do congelamento e abaixo do superaquecimento (FLANNERY, 2007).

humano é, em última instância, infinitamente dependente da biosfera: “dependemos da BIOSFERA (sic) para ter AR (sic) para respirar, alimento para comer, materiais para construir abrigo, para a remoção do lixo e a satisfação de outras necessidades” (CALLENBACH, 2001, p. 119). De modo geral, os elementos da biosfera são interdependentes e, pela perspectiva ecológica, os humanos são apenas uma parte de um dispositivo bem mais amplo que eles (CALLENBACH, 2001), destronando uma ‘consciência’ ecológica característica do século XX e início de século XXI que, mesmo podendo ter sido antecipada pela visão integracionista de Wallace, ainda mantém a centralidade na humanidade como razão de tudo (FLANNERY, 2007).

Diante de um concreto imbricamento entre partes, mesmo os mecanismos de vida desempenham um papel na regulação dos gases atmosféricos (CALLENBACH, 2001), percebido através da relação entre vida e temperatura que se estabeleceu com o surgimento e evolução das gramíneas (FLANNERY, 2007). Essa visão perceptiva é peça da descoberta da instabilidade que caracteriza os dispositivos climáticos do planeta (FLANNERY, 2007) e, diante da velocidade de emissões de gases poluentes na atmosfera, fica a dúvida se os mecanismos reguladores desses gases responderiam a tempo hábil a esses envios de poluição (CALLENBACH, 2001). Contudo, o que serviria de alerta e precaução é usado por alguns como justificativa para a inação, uma vez que a ideia de não equilíbrio em sistemas biológicos, haja vista a dificuldade em prever os aspectos biológicos futuros com precisão absoluta (VEIGA, 2013), daria margem ao negacionismo dos problemas enfrentados.

Nesse turno da discussão, é visível a necessidade de novas relações entre o planeta e a natureza (BOFF, 2015), como uma nova interação ecológica do animal humano com as demais formas de vida e com os demais ecossistemas. A própria forma de relação ecológica da espécie humana passou por diferentes lances, logo após o surgimento do *homo habilis* que, por volta de 2 milhões de anos atrás, iniciou uma interação complexa com a Natureza:

Inicialmente era uma relação de *interação* pela qual reinava sinergia e cooperação entre eles; a segunda foi de *intervenção*, quando o ser humano começou a usar instrumentos (pedras afiadas, paus pontiagudos, e mais tarde, a partir do Neolítico, os instrumentos agrícolas) para vencer os obstáculos da natureza e modificá-la; a terceira fase, a atual, é de *agressão*, quando o ser humano faz uso de todo um aparato tecnológico para submeter a seus propósitos a natureza, cortando montanhas, represando rios, abrindo minas subterrâneas, poços de petróleo e estradas, criando cidades, fábricas e dominando os mares (BOFF, 2015, p. 23).

Certamente, não há nenhuma limitação que nos impeça de assumir uma nova forma de interação com o meio e as demais formas de vida que implique em otimização da relação da comunidade ou sociedade com os ecossistemas e redefine nossas formas de conexão com o todo (BOFF, 2015). Na busca de tal condição, inauguram-se novos modos de ser e novos modos de se relacionar, nos quais o valor da preservação e do cuidado seja desenvolvido a partir de uma ética ecológica, como responsabilidade total sobre a vida e os meios onde essa se desenvolve (BOFF, 2015). Esse contexto faz ressurgir, no âmbito econômico, a questão natural sobre a rubrica de uma questão ecológica para a atividade econômica e produtiva, uma vez que o problema da natureza pelo atual sistema de produção e consumo é parte de uma crise relacional e não meramente econômica (BOFF, 2015). Boff (2015) considera, na esteira de alguns economistas, que a crise atual a ser superada perpassa o âmbito da ética das relações e não somente dos níveis econômicos. O aspecto econômico seria apenas a expressão dessa crise de relação no nível das atividades produtivas e, como o sistema econômico se encontra inserido dentro dos ecossistemas naturais, é oportuno entender a crise econômica como produto de uma crise relacional em nível ecológico (BOFF, 2015). Isso propicia a inversão da extensão teórico-terminológica da economia para a

ecologia, uma vez que o termo *oecologie* teria sido forjado a partir do termo economia, definindo-a como economia da natureza, na qual se estudam “todas as relações dos animais com seu meio orgânico e inorgânico” (HAECKEL apud VIVIEN, 2011, p. 28). Esse procedimento favoreceu a entrada de conceitos da economia na ecologia teórica, como o de produtor e consumidor, ou até de rendimento e produtividade. Não raro, surgem abordagens do aquecimento global, produto das atividades econômicas, como decorrência do desequilíbrio ecológico (SACHS apud BOFF, 2015).

2.2 A MATERIALIDADE DO AQUECIMENTO GLOBAL

Diante da presença do desequilíbrio ecológico, é possível observar diversas consequências que provêm dos impactos gerados sobre os ecossistemas e os indícios dessa destruição trazem em si aspectos como a perda da biodiversidade e a extinção das espécies, a erosão dos solos, a redução da disponibilidade de meios e bens primordiais para a vida, acidificação e morte dos oceanos etc. Através da generalizada poluição, com o uso dos combustíveis fósseis, e do desmatamento, por exemplo, o ser humano passou a representar uma força geológica incidente sobre as próprias condições físico-químicas do planeta, possibilitando que as variações de temperatura assumam uma intensificação imprevista para as condições regulares do clima.

Apesar de todo o consenso em torno da questão, não é difícil encontrar argumentos que neguem a fatuidade das variações climáticas como decorrentes de fatores antropogênicos, como se os homens não tivessem nenhuma participação na intensificação das temperaturas globais a partir das emissões desenfreadas de gases do efeito estufa. Como as reduções de emissões de gases na atmosfera implicam medidas que comprometem a ordem econômica do crescimento infinito ou

sem limites², é fácil entender o porquê de grande recusa de aceitação, por parte de muitos, do consenso científico³ que já alcança mais de 90% de certeza quanto à responsabilidade sobre esse problema. Nessa linha de defesa de interesses estritamente econômicos, não demorou o surgimento de *lobbies* para desacreditar a existência do aquecimento global, o que alcançou grandes efeitos negativos, principalmente nos EUA (ANGELO, 2008). De todo modo, seguindo o consenso aludido pelo 4º Relatório do IPCC (AR4)⁴, muitos pesquisadores e ecologistas concluem que o aquecimento global foi intensificado grandemente pelas práticas destrutivas da economia humana (ANGELO, 2008). Para Boff (2015, p. 58), na esteira de Ignacy Sachs, é “no contexto da pressão muito forte que as atividades humanas fazem sobre os ecossistemas e sobre o Planeta Terra, a ponto de levá-lo a perder seu equilíbrio sistêmico que se revela (...) o aquecimento global”.

Ângelo (2008, p. 58) considera que

O resultado de todas essas medições e modelagens permitiu ao AR4 estabelecer, pela primeira vez, que o aquecimento global é “inequívoco” e “muito provavelmente” (mais de 90% de chance de ser verdade) causado pelas emissões humanas de dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e outros gases.

Embora haja toda essa convergência de resultados e conclusões por boa parte da comunidade de cientistas, é comum a recusa em concordar com a necessidade de redução das emissões, uma vez que isso implica, para alguns, na redução das possibilidades de lucro e

2 Aponta-se, por exemplo, a necessidade de reduções drásticas (até 80%) das emissões poluentes, inclusive do nitrogênio (VEIGA, 2013), implicando nitidamente em conflito com as práticas produtivas.

3 Acrescentamos que o apontamento do consenso e do horizonte científico e acadêmico, feito nesta seção, não destoa de nosso afastamento declarado ao positivismo, uma vez que fica explícito que, mesmo quanto a abordagens ecológicas diante de questões naturais oferecido pelas práticas científicas, a interpretação dessas podem divergir no campo do político, em relação à significação social de seus ‘dados’, como, *e.g.*, quais medidas são necessárias para o combate ao aquecimento global.

4 Do inglês *Intergovernmental Panel on Climate Change* (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas).

de crescimento econômico. Nesse conflito de interesses, é natural que haja uma dificuldade de avaliar as questões voltadas ao aquecimento global, principalmente se, de acordo com Flannery (2007, p. 23), concordarmos sobre a importância do ceticismo na ciência, já que os especialistas têm uma capacidade de defender – inclusive, em prol de seus interesses – qualquer perspectiva que possa ser concebida, uma vez que “uma teoria só é válida enquanto não for desmentida”. Contudo, o ceticismo pode incorrer em prejuízo quando se trata de questões perigosas, como no caso de manipulação de informações sobre a relação entre cigarro e câncer, por exemplo, que as companhias envolvidas tentaram esconder e “desfrutaram décadas de gordos lucros enquanto milhões de pessoas sofriam mortes terríveis” (FLANNERY, 2007, p. 23). Além disso, Flannery (2007, p. 24) aponta a assertividade dos pontos relacionados com o aquecimento global, de modo que, se comparados às estimativas relacionadas com as limitações dos recursos minerais lançadas pelo Clube de Roma, “a questão da mudança climática é diferente – é o resultado da poluição do ar, do tamanho da nossa atmosfera. E o volume de poluentes que estão sendo lançados nela é conhecido com grande precisão”, por meio de avaliações contundentes sobre as variações climáticas que poderiam ser comprometidas, devido a suas

Profundas implicações políticas e industriais e porque surge dos processos que estão no âmago do sucesso de nossa civilização. Isso significa que, à medida que enfrentamos esse problema, surgirão vencedores e perdedores. Há muitos interesses em jogo e isso tem levado a uma proliferação de matérias enganosas à medida que cada grupo defende suas opiniões (FLANNERY, 2007, p. 24).

Envoltas nessa aura de discordâncias, as discussões sobre o aquecimento global não podem ser tratadas mais pela atitude de indiferença quanto aos resultados científicos alcançados. Para nós, não se trata sequer de justificação de uma teoria a partir de elementos mani-

puláveis quanto a um grau de certeza ou dúvidas, já que precisamos nos guiar em torno de soluções para as variações climáticas, implicadas em uma reformulação, politicamente orientada, dos modos de vida, em que perpassam conflitos nos quais a linguagem assume grande importância. Tal combate empreendido através da linguagem se dá, principalmente, na forma de crítica do conjunto de percepções ou visão de mundo neoliberais, em conluio com uma perspectiva administrativa, de crescimento econômico sem limites, propalada pelos interesses majoritariamente econômico no campo político, a qual é incompatível com a realidade e condições de nossa sociedade, uma vez inserida dentro de ecossistemas cujos limites físicos são devidamente estabelecidos.

Outro ponto que ocasiona grandes divergências é a novidade da discussão sobre variações climáticas que, para Flannery (2007), há pouco mais de 30 anos, ainda estava dividida sobre a possibilidade de a Terra estar esquentando ou esfriando. De qualquer modo, mesmo com a sofisticação dos modelos computacionais, ainda que em 1975 se pudesse indicar que o aumento de CO₂ na atmosfera desencadearia uma elevação na temperatura global, limitada atenção foi dada a essa descoberta (ANGELO, 2008). Os métodos para essas confirmações remetem à reconstituição do clima de tempos remotos para comparações com o clima atual e, diante desse esforço, tais métodos são bastante variados:

Há várias maneiras de reconstruir o clima do passado: é possível olhar anéis de crescimento de árvores centenárias, a composição química de corais e até os registros meteorológicos de antigas vinícolas da Europa. Mas o melhor amigo da paleoclimatologia, como é chamado o estudo do clima antigo, é o gelo da Antártida e da Groelândia (ANGELO, 2008, p. 54).

Pelas verificações da composição química das bolhas de ar aprisionadas nos gelos encontrados no Domo Concórdia – ou sim-

plesmente conhecido como Domo C –, foi confirmado que “em todos os ciclos glaciais e inter-glaciais (...) a temperatura do planeta variou com a quantidade de gases-estufa” (ANGELO, 2008, p. 55). Isso leva à conclusão de que quanto maior a concentração de CO₂ na atmosfera, maior será o calor enfrentado, enquanto que o inverso também é verdadeiro: quanto menos CO₂ existente, menores as taxas de temperatura. Contudo, se 2007 surge como o ano de anúncio das mais convictas considerações, por meio desse quarto relatório do IPCC, sobre o fato do aquecimento global estar acontecendo e estar acontecendo também em decorrência de ações humanas, essa conclusão referente à relação entre concentrações de CO₂ e taxas de temperatura já era suposta há bastante tempo e, mesmo que o caso de constatação seja mais conhecido através do AR4, autores como Angelo (2008) consideram que, antes mesmo da publicação desse relatório, já havia certas previsões, como as de Arrhenius, quanto à relação entre CO₂ e temperatura, que vieram a ser confirmadas pelo IPCC.

Fourrier é responsável por trabalhos pioneiros sobre os gases do efeito estufa, porquanto já apontava para a possibilidade de a máquina a fogo interferir na organização termodinâmica da Terra (VIVIEN, 2011). Seus estudos sobre a capacidade da irradiação de calor da Terra indicavam, ao mesmo tempo, uma capacidade de retenção de certa parte desse calor para evitar que a Terra congelasse (FLANNERY, 2007):

Seus cálculos indicavam que a Terra deveria ser um bloco de gelo, congelando a -15°C. Então, numa súbita inspiração, Fourier percebeu que seus cálculos sobre a energia calórica estavam corretos, só que nem toda a energia escapava para o espaço. Alguma coisa dentro da atmosfera devia estar prendendo o calor (FLANNERY, 2007, p. 62).

Para chegar à explicação atual de funcionamento do termotato do planeta, foi necessário o aprofundamento das observações de Fourier por parte de Arrhenius, que, ao se debruçar sobre as causas

das eras do gelo, percebeu que elas estavam relacionadas com a redução dos níveis de CO₂ na atmosfera, inferindo a possibilidade de a queima de carvão aumentar esses níveis de CO₂, que, por uma intensificação de um processo natural mais lento, influenciaria diretamente no clima (FLANNERY, 2007). Dando-se o extenso desenvolvimento na compreensão do efeito estufa, por físicos e meteorologistas, chegou-se a confirmar como definitiva a conclusão de Arrhenius (VIVIEN, 2011), principalmente através das conclusões do AR4.

Diante da recusa dessa realidade, Boff (2015, p. 27-8) diz que “O tema do aquecimento global é polêmico e rejeitado por muitos, especialmente por representantes de grandes corporações, obcecados por interesses econômicos”. Contudo, para esse autor, há confirmações do aquecimento global em toda parte, de modo que é visto como

Um fato constatável de forma cada vez mais convincente, como, por exemplo, pelo tufão Kathrina, que destruiu Nova Orleans nos Estados Unidos, o tsunami do sudoeste da Ásia, que deixou milhares de mortos, ou o terremoto no Japão, seguido por um outro tsunami, que destruiu as usinas nucleares de Fukushima (BOFF, 2015, p. 28).

Diante de confirmações diversas, a elevação dos níveis do mar é, para Boff (2015), a prova cabal do aquecimento global. Tal realidade se dá por meio de dois fatores que são o degelo das calotas polares e dos solos congelados na Sibéria e no norte do planeta, conhecidos como *permafrost*. Com o derretimento dessas plataformas de gelo, devido a temperaturas elevadas, é natural que os níveis de mar subam e passem a representar uma ameaça inigualável para a humanidade (BOFF, 2015). Para Angelo (2008), o derretimento do gelo continental representa o efeito mais danoso do aquecimento global, devido à elevação do nível do mar que, em uma previsão conservadora de elevação de apenas 10 metros, pode atingir cerca de 630 milhões de pessoas, em cidades como Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Londres,

Xangai, Sydney, Tóquio, Nova York e Bombaim, representando certa parte da economia mundial.-

Com todos esses sinais do aquecimento global apontados, ainda é escalonada certa desconsideração dos perigos representados pelo desequilíbrio ecológico, principalmente diante de questões referentes às variações climáticas, o que decorre de um argumento falacioso sobre uma suposta falta de base científica, no que se refere às condições originais de sistemas biológicos que levam a uma margem de imprevisibilidade diante de acontecimentos futuros (VEIGA, 2013). Para Flannery (2007), é justamente essa sensibilidade dos ecossistemas que deve ser levada em consideração quando se trata de perigos possíveis, até mesmo porque as ciências do clima, diante do atual problema, assumem, como vimos, hipóteses que chegam a níveis aproximados a uma certeza quase total. A fragilidade e delicadeza do termostato da Terra é um agravante para os riscos que corremos diante da intensificação das variações climáticas (FLANNERY, 2007).

Certamente, a atitude que precisa ser tomada diante dessa situação se volta ao princípio de precaução que fora reivindicado por certas conferências sobre o clima (VEIGA, 2013; BOFF, 2015), diante de uma percepção da importância do combate ao aquecimento global, em diferentes níveis, do nível pessoal (FLANNERY, 2007) até o global (VEIGA, 2013; BOFF, 2015).

2.3 CRÔNICA DAS PREOCUPAÇÕES COM A SUSTENTABILIDADE

Leonardo Boff (2015) e Veiga (2013) dedicam atenção à maneira como a preocupação com a sustentabilidade se desenvolve no percurso histórico da humanidade e, desse modo, como as políticas nacionais dos diversos países privilegiam medidas que incentivem a expansão e aumento da produção ou das margens de lucro, de um

jeito tal que o desenvolvimento sustentável seja alavancado como simples sinônimo de condição para o crescimento econômico infinito, vinculado ilusoriamente à manutenção do crescimento produtivo e financeiro (BOFF, 2015).

Mesmo diante do conceito relativo à sustentabilidade em sua versão moderna, esse tem um percurso de desenvolvimento que remete há mais de 400 anos. Sua “pré-história” expede aos meados do século XVI, no qual surge, em alguns países, a apreensão com as florestas que passavam a definhar diante do uso intensivo de madeira para fins diversos, como no uso doméstico (construção de casas e de móveis, combustíveis para cozimento ou aquecimento) ou no técnico (fundição de metais, construção de barcos) etc. Na letra de um dos autores,

Foi na Alemanha, em 1560, na Província de Saxônia, que irrompeu, pela primeira vez, a preocupação pelo uso racional das florestas, de forma que elas pudessem se regenerar e se manter permanentemente. Nesse contexto, surgiu a palavra alemã *Nachhaltigkeit*, que significa “sustentabilidade” (BOFF, 2015, p. 32-3).

A partir dessa conjuntura, surge inicialmente a palavra sustentabilidade (*Nachhaltigkeit*), de modo que, na mesma região da Saxônia, quase dois séculos mais tarde, precisamente em 1713, o conceito de sustentabilidade é transformado em conceito estratégico, diante da preocupação de que a restrição dos recursos naturais viesse a colocar fim aos lucros auferidos em um futuro próximo (BOFF, 2015). O responsável por essa transformação é o Capitão Hans Carl Von Carlowitz, que, diante da criação de fornos de mineração que abatiam as florestas a partir da extração da madeira para produção de carvão vegetal, necessário em grande escala para a demanda da época, escreveu um tratado intitulado de *Silvicultura Oeconomica*. Com esse texto, produzido em língua latina, Carlowitz se posicionou diante da necessidade de um uso sustentável da madeira para permitir que os negócios pudessem sobreviver.

Em 1795, surgiu outro livro, então escrito por Carl G. L. Hartig e com o título de *Indicações para a avaliação e descrição das florestas*, indicativo da preocupação com os recursos disponíveis para as futuras gerações. O autor sugere a necessidade de uma avaliação fiel das condições de vitalidade nas quais as florestas se encontravam, para que o uso e extração não impedissem que as gerações vindouras pudessem usufruir dos mesmos benefícios obtidos até então. Para Boff (2015), dá-se, com esses feitos, a criação da Silvicultura a partir da problemática de organização sustentável da extração e uso da madeira, de modo a impedir a escassez de matéria-prima que pudesse comprometer a continuidade das atividades econômicas e dos negócios. Devido à extensão alcançada pela Silvicultura, a partir principalmente da criação de academias, tanto na Saxônia quanto na Prússia, para as quais afluíam estudantes das diversas partes do mundo, como a Europa, os Estados Unidos e mesmo a Índia, o conceito de sustentabilidade, atrelado às condições dos recursos naturais, permaneceu em voga e, durante todo o seu desenvolvimento, esse se fez ressoar, posteriormente, nas inquietações propostas pelo Clube de Roma, ao abordar, em 1972, os necessários limites do crescimento (BOFF, 2015).

Sendo criado alguns anos antes, o Clube de Roma se destaca por seu primeiro relatório, cujo nome é *Os limites do crescimento*. Chefiado por Donella Meadows, esse relatório trouxe à tona uma preocupação com a finitude dos recursos da Terra e com sua capacidade energética diante de uma crescente população mundial, questionando diretamente a perspectiva econômica que acredita na possibilidade de um crescimento infinito para as atividades produtivas e para as margens financeiras (BOFF, 2009). Entretanto, como acrescenta a análise de Vivien (2011), os economistas neoclássicos não pouparam esforços para escamotear a argumentação da equipe da D. Meadows, alegando que a possibilidade de escassez dos recursos é contornável através da lei da procura e da oferta que, por uma resposta no sistema de preço do mercado, assume aqueles como um tipo de capital natural – isto é, como meros meios de produção – prescindível, sendo que “O sistema

de preços e o progresso tecnológico, afirmam os economistas, devem assim assegurar a continuidade de revezamentos entre os recursos e o prosseguimento do crescimento econômico, em um universo físico, não obstante limitado” (VIVIEN, 2011, p. 99). Como podemos ver, as implicações totais da delimitação física do planeta são ignoradas proposadamente e, para maior preocupação, essa delimitação física não se refere apenas aos recursos, mas, igualmente, à capacidade de suporte da própria atmosfera para a emissão de poluição que, normalmente, aumenta à medida do crescimento da produção e consumo (VIVIEN, 2011). Posteriores tentativas de revisão das considerações sobre limites para o crescimento econômico, tal qual o relatório supracitado, fazem com que essas sejam rejeitadas, ainda que a visão moderada sobre as previsões propostas pelos seus autores, apresentando certo otimismo inicial no limite para o crescimento, seja atualizada de modo mais preocupante por Donella Meadows, Dennis Meadows e Jørgen Randers, no livro *Beyond the limits* (VEIGA, 2013).

De todo modo, as inquietações elencadas pelo relatório do Clube de Roma contribuíram para a realização da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, de 1972, conhecida também simplesmente como conferência de Estocolmo, a partir da qual se deu a criação do PNUMA (BOFF, 2015). Apesar de serem parcos os resultados atingidos pela conferência de Estocolmo, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é vista com bons olhos, até porque, como considera Veiga (2013), as atividades gerais da comunidade internacional, voltadas para as questões ambientais, intensificaram-se com a criação desse programa. Ainda, algumas circunstâncias de preparação para as considerações levantadas pela conferência de Estocolmo ressaltam a importância do Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, cujo encontro, em 1971, ficou conhecido como Conferência de Founex. Suas 4 (quatro) teses fortaleceram, principalmente, diante das nações mais pobres, a compreensão sobre as questões ambientais e geraram maior receptividade para as questões que seriam levantadas em Estocolmo (VEIGA, 2013).

Com a intensificação das questões ambientais, foi notória a participação dos países considerados de terceiro mundo, na conferência de Estocolmo e, de acordo com Veiga (2013), a importância do convencimento da China para participação do evento foi tal que proporcionou uma visão diferenciada por parte dos países considerados em desenvolvimento⁵.

No que toca à conjuntura de surgimento do PNUMA, dentro da conferência de Estocolmo, o maior interesse na definição de seus *status*, estrutura e modo de financiamento veio dos Estados Unidos. Como apontado por Veiga (2013), foi pedido dos USA associar a responsabilidade das questões ambientais do PNUMA à Secretária Geral da ONU que, mesmo diante de sua atuação e contribuição, especialmente nos fatores relacionados à camada de ozônio, no qual se deu um êxito pontual do programa na governança global diante desses problemas, tornou latente a falta de coerência e coordenação na gestão de políticas do PNUMA, diante de suas limitações estruturais que careciam, principalmente, de autonomia enquanto agência especializada. Além disso, a partir de 1990, surgiram medidas, através da ocasional desvinculação e fragmentação entre as instâncias decisórias dos diferentes protocolos e convenções organizados, que comprometeram uma atuação coesa do PNUMA.

Paralelo ao percurso do desenvolvimento sustentável, associado pelos governos dos países majoritariamente à ideia hegemônica do crescimento econômico infinito, quase nunca convertido em igualdade social e distribuição de renda, surgiu o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiado por Gro Harlem Brundland. O relatório, que ficou conhecido, popularmente, por Relatório Brundland, foi apresentado em 1987 e formulava a definição mais famosa do desenvolvimento sustentável: “*aquele que*

5 Não podemos esquecer que, para Furtado (2001), o subdesenvolvimento dos países é tido como uma situação particular ocasionada pela própria expansão das sociedades capitalistas avançadas para usufruírem de recursos e mão-de-obra barata nas economias ‘subdesenvolvidas’.

atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas necessidades e aspirações” (apud BOFF, 2015, p. 34) (grifo do autor).

Em réplica a esse relatório, a ONU retomou as discussões sobre o assunto, ao convocar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Conhecido por vários nomes, entre eles Conferência Rio-92 ou ECO-92, esse evento se desenvolveu, como dito, em decorrência da publicação do Relatório Brundland e, por isso, seguiu sua linha de proposta diante do desenvolvimento sustentável, com base na preocupação com as necessidades e aspirações das próximas gerações (BOFF, 2015). Um dos principais documentos dessa conferência é conhecido como Carta da Terra e propõe a cooperação global dos Estados, através do princípio de “responsabilidade comum, porém diferenciada” (apud BOFF, 2015, p. 35). Para Veiga (2013), tal princípio da Convenção-Quadro das Nações Unidas, assinada no evento Rio-92, coloca-se como obstáculo à concretização de uma governança global do meio ambiente, quando altera o 24º Princípio da Declaração de Estocolmo, que previa uma cooperação igual entre os países, sejam eles “grandes ou pequenos”, diante das questões internacionais de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido, Boff (2009) ressalta que a Carta da Terra conclui seu texto indicando a necessidade de fortes mudanças.

É possível fazer um balanço sobre o desenvolvimento das duas governanças globais, uma em referência ao desenvolvimento e outra ao meio ambiente, o que revela a ausência de síntese entre as correntes econômicas tradicionais e as perspectivas ecológicas, como apontam, em certa medida, Vivien (2011) e, principalmente, Veiga (2013), quando este considera a falta de materialidade na concretude das propostas impingidas na Conferência Rio-92. De acordo com ele,

Com quase setenta anos de governança global do desenvolvimento gravemente desconectada de preocupações com a biosfera (...), e quarenta anos de governança ambiental global bastante prejudicada por tal incongruência (...), é como se ainda não tivesse saído do papel o belo projeto de desenvolvimento sustentável consagrado na Rio-92 (VEIGA, 2013, p. 79).

Cinco anos adiante, precisamente em 1997, realizou-se a Conferência Rio+5, oficialmente conhecida como 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual teve como tácita a percepção de contradição entre crescimento econômico e limites da natureza, mesmo que possa ter favorecido a criação de terreno para a aprovação do Protocolo de Kyoto, no final do mesmo ano (BOFF, 2015). Para autores como Veiga (2013), o Protocolo de Kyoto surgiu como um empecilho à governança ambiental global, pelos mesmos motivos encontrados nas medidas baseadas no princípio de “responsabilidade comum, porém diferenciada” proposta pela conferência Rio-92. Um exemplo desse empecilho, recorrente no desenvolvimento do protocolo de Kyoto, deu-se na recusa dos Estados Unidos em assiná-lo, uma vez que, pelo princípio de diferenciação das responsabilidades, esse seria responsabilizado ‘negativamente’ pelo problema das emissões, em relação ao custo-benefício das medidas necessárias à restrição de emissões de gases do efeito estufa (VEIGA, 2013). Diferentemente do Protocolo de Montreal, em proteção da camada de ozônio a partir de 1989, no qual havia casos de pressão dos consumidores sobre empresas e o qual não ia ao encontro dos interesses econômicos norte-americanos (VEIGA, 2013), o Protocolo de Kyoto ganhou a antipatia dos USA, certamente pela dependência de sua economia ao carbono, cujas emissões seriam restringidas.

Diante de dificuldades semelhantes, uma nova cúpula foi realizada nos anos de 2002. A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou, simplesmente, Rio+10 aconteceu em Johannesburgo,

onde, para autores como L. Boff (2015), o sentido de cooperação entre os Estados, no que concerne à preocupação com o meio-ambiente, foi perdido. Diante do documento *Johannesburg's Plan of Implementation*, proposta da Rio+10, foram desconsideradas as mudanças estruturais necessárias quanto às questões ambientais, sendo que a tão esperada inclusão de pauta estrutural da PNUMA, pela ONU, deu-se apenas dez anos depois, na Rio+20 (BOFF, 2015). Todavia, mesmo a despeito da sugestão de diversos países e de estudiosos, o PNUMA não foi transformado em uma agência especializada (VEIGA, 2013). Mesmo com os compromissos propostos pela Rio+20 (VEIGA, 2013), alguns autores consideram que as propostas iniciais do evento atingiram resultados pífios (BOFF, 2015), retardando a política internacional ambiental para 2020, com um possível acordo antes disso, e revelando uma inércia institucional que pode comprometer as soluções realistas (VEIGA, 2013).

Para Veiga (2013), as negociações ambientais pós-Rio-92 já deixavam revelar a morosidade no tocante às mudanças necessárias ao trato das questões ambientais, apesar das propostas do ministro colombiano Juan Mayr favorecerem, anos depois, que o Protocolo de Nagoya fosse ratificado. Mesmo com esse ganho, é notória a permanência da oposição de interesses entre os países do hemisfério Norte e os do Sul, diante do que é ressaltada a necessidade da participação de secretariados nas medidas em prol da governança ambiental global, assim como das ONGs, como interlocutoras da sociedade civil (VEIGA, 2013).

3 ANÁLISE DE DISCURSO

3.1 PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO

Adentrando o elemento originário de nosso percurso interdisciplinar, buscaremos introduzir as discussões e apontamentos teóricos gerais referentes à Análise de Discurso Crítica (ADC), visto sua relevância e adequação para os fins de nosso trabalho. Dessa maneira, achamos pertinente considerar alguns aspectos específicos da constituição dessa perspectiva teórico-metodológica, caracterizando, a partir do linguista Norman Fairclough, como sua formulação sobre essa pode ser apreendida por diferentes etapas que remetem a momentos diversos de seu instrumental analítico. A partir disso, não pretendemos sugerir que haja fases independentes na elaboração da ADC por Fairclough (2012; 2008; 1989), mas apenas que, em diferentes períodos da elaboração de seu trabalho, o autor propõe reformular, com vista em seus objetivos analíticos, alguns elementos teóricos ou metodológicos de pesquisa, os quais serão apresentados posteriormente.

Pelo que diz o analista de discurso Maingueneau (2015), podemos estabelecer as últimas décadas do século passado como marco contextual de surgimento da ADC, girando em torno de questões características da própria concepção de crítica. Fairclough assumirá o mesmo desafio de sustentar sua perspectiva analítica sobre o epíteto da criticidade, mais caracterizada como uma Teoria Social do discurso

(FAIRCLOUGH, 2008; GOMES, 2018), no caso de uso de categorias como prática e estrutura social, discurso, internalização, ideologia e outras (GOMES, 2018). Tal aponta Gomes (2018), a corrente funcionalista defendida principalmente por Michael Halliday teve um papel acentuado de orientação teórica dos analistas críticos, inclusive de Norman Fairclough, principalmente a partir da concepção de ideologia que o ramo funcionalista permitia estabelecer. Nesse turno, é possível arguir a favor da possibilidade do desenvolvimento da ADC remeter teoricamente aos primórdios da Linguística Crítica (LC), que, a seu modo, também se fundamentavam em apontamentos formulados por Michael Halliday⁶:

Uma arqueologia ou antropologia ou ainda uma sociologia da ADC poderia ser remontada aos interesses de um grupo de estudiosos na Inglaterra e na Holanda (...), preocupados com os desdobramentos sociais e políticos do capitalismo tardio e a construção de ideologias hegemônicas que promovem a assimetria social (GOMES, 2018, p. 40)

Essa atenção dada aos aspectos políticos implicados em práticas assimétricas de poder na e pela linguagem aparece frequentemente sob o enfoque da ADC faircloughiana. Assim, quanto ao que trata especificamente da caracterização dos diferentes momentos da ADC, a etapa inicial compreende principalmente os livros *Language and Power*, publicado em 1989, e *Discurso e Mudança Social*, originário de 1992⁷ e traduzido para o português em 2001. Os momentos posteriores sobrevêm com diversas obras e publicações, sendo que tomaremos didaticamente como referência as datas de publicação do livro, em parceria com Chouliaraki, *Discourse in Late Modernity*, em 1999, para a segunda etapa da ADC faircloughiana, e do *Analysing Discourse*, em 2003, para a terceira.

6 Pode-se ver em Fairclough (2008) a associação entre Linguística Crítica e Funcionalismo.

7 Com o título inglês de *Discourse and Social Change*.

O momento inicial da ADC fairglouchiana tem como características principais o modelo tridimensional e a incorporação das práticas sociais ao discurso, os quais são assumidos como instrumental de análise. O segundo momento da ADC faircloughiana gira em torno do livro *Discourse in Late Modernity*, publicado em parceria com Chouliaraki. Aqui há uma dispersão do quadro tridimensional que se realiza principalmente pela pulverização de dimensões que, ao estilo do quadro tridimensional, eram tomadas de maneira específica na análise, mesmo que não pudessem ser definitivamente dissociadas (RESENDE; RAMALHO, 2008). Mesmo que a tridimensionalidade do discurso permaneça na segunda etapa da ADC faircloughiana, sua ênfase é dada sobre a prática social: “houve, entre os modelos [da ADC], um movimento do discurso a prática social” (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 29). Esse movimento leva ao questionamento da centralidade do discurso como foco dominante das análises e sua definição é estabelecida como apenas mais “um momento” da prática social (RESENDE; RAMALHO, 2008). Diante da transformação do discurso como elemento relativo da prática social, na qual ele representa uma outra instância corriqueira, será enfatizado que, em relação a outras instâncias, as práticas sociais particulares se realizam a partir de configurações determinadas dos diferentes *momentos*, em semelhança à linguagem. Pode-se, por isso, conceber o desenvolvimento de uma dimensão articulatória de diferentes elementos no terreno das práticas sociais, das quais faz parte o “momento discursivo” (RESENDE; RAMALHO, 2008). Resende e Ramalho (2008) não esquecem de apontar que, além dessa articulação externa dos elementos da prática social (isto é, dos seus momentos), há ainda outro vínculo que se dá no nível interno de cada um desses momentos. A exemplo, os recursos simbólicos ou discursivos, materializados em formas de gênero, estilo ou discurso, apresentam-se como “momentos” internos do momento externo da prática discursiva que é o próprio discurso:

o momento discursivo de uma prática particular é resultado da articulação de recursos simbólicos/discursivos (como gêneros, discursos, estilos), articulados com relativa permanência como momentos (sic) do Momento (sic) do discurso (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 40)

Fairclough propõe, na linha do Realismo Crítico, vários momentos constituintes da prática social, como o próprio discurso ou ainda a atividade material, as relações sociais e políticas, incluindo até a atividade mental. De modo mais abrangente,

Uma prática social particular traz consigo diferentes elementos da vida – tipos particulares de atividades, ligadas de maneiras particulares a condições materiais, temporais e espaciais específicas; pessoas particulares com experiências, conhecimentos e disposições particulares em relações sociais particulares; fontes semióticas particulares e maneiras de uso da linguagem particulares; e assim por diante (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH apud RESENDE; RAMALHO, p. 38).

Esses diferentes “momentos” concomitantes das práticas sociais, que se realizam em circunstâncias particulares, apresentam uma internalização recíproca entre si. De acordo com Resende e Ramalho (2008), essa internalização entre os elementos da prática social não pode ser assimilada como uma redutibilidade, na qual pudesse sugerir uma retenção de certos elementos por outros, de modo a minguar os seus efeitos característicos. Nessa perspectiva, parece possível dizer que, conservando as devidas proporções quanto ao papel de cada elemento da prática social, atingir-se-ia o caráter duplo do discurso diante da vida social, no que toca tanto à regulação dos eventos pelas estruturas quanto às transformações viáveis que esses mesmos eventos podem desencadear sobre as estruturas (RESENDE; RAMALHO, 2008).

Quicá esse encadeamento de ideias possa funcionar também como motivação da ADC faircloughiana ao requerer recurso teórico ao Realismo Crítico, no qual a vida social seria tomada como sistema aberto que insta pela irredutibilidade de cada mecanismo produtivo dessa vida em relação uns aos outros. Tendo como elementos da construção da vida social as “ações habituais da sociedade institucionalizada, traduzidas em ações materiais” (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 35), a ADC faircloughiana sofrerá influência do materialismo histórico-geográfico quanto ao seu conceito de práticas sociais, definido em referência a Harvey, como “constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura, incluindo a vida cotidiana” (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 35).

Com esse aporte teórico “realista”, a ADC faircloughiana, em sua segunda etapa, tem como preocupação “refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias” (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 36), de tal maneira que Resende e Ramalho (2008) não hesitam em enunciar vantagens que esse momento do modelo da ADC ofereceria, principalmente quanto às implicações analíticas da descentralização do discurso, forjada pela aderência de Fairclough à terminologia crítico-realista. Na consideração da centralidade do discurso para a teoria dialética, as autoras entendem essa tendência como problemática e, em concernência aos aspectos – no que lhes parecem – mais emancipatórios da análise nessa segunda etapa, elas enunciam as possíveis vantagens de um “realismo” adeceano:

Primeiro, porque possibilita maior abertura nas análises; segundo, porque incita, mais que o modelo tridimensional, o interesse na análise de práticas problematizadoras decorrentes de relações exploratórias; e, terceiro, porque capta a articulação entre discurso e outros elementos sociais na formação de práticas sociais (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 37-8).

Outra aparente vantagem dessa configuração da ADC faircloughiana provém da consideração do foco analítico nas práticas sociais, as quais forneceriam, enquanto interseção entre estrutura e evento, uma visão mais ampla, saindo da compreensão de realizações pontuais (isto é, “eventos individuais”) para a compreensão da conjuntura dessas realizações (RESENDE; RAMALHO, 2008). Contudo, mesmo que esses pontos possam parecer algo de vantajoso para uma análise de discurso que o compreenda a partir de sua inserção necessária em práticas sociais, não se pode tomar o posicionamento da Análise Crítica de Discurso de Fairclough, em sua segunda fase, apenas ressaltando o que, em suas considerações gerais, pode parecer mais promissor, mas esquecendo de apontar os problemas que estão implicados nas novas configurações de seu método.

Assim, certos elementos da ADC proposta por Fairclough, como a sua concepção de ideologia ou mais especificamente essa sua inclinação a um vocabulário “realista” que leva, paradoxalmente, a uma concepção ainda idealista (porque parcialmente positivista) de ciência, não permitem ajustar os mecanismos da análise crítica do discurso aos princípios de uma virada linguística que, na esteira de Voloshinov/Bahktin (2006), Wittgenstein (1979) e outros, entende ser impossível haver apreensão analítica do mundo físico ou da realidade social se não for através do discurso, o qual acarreta sempre posicionamentos ideologizados e/ou ideológicos, inclusive da própria ciência.

Uma vez que, enquanto Resende e Ramalho (2008) centram-se no entendimento de favorecimento da análise discursiva por sua vinculação à compreensão dita “mais realista” da relação entre discurso e sociedade, outros autores, dos quais destaco Gomes (2018), compreendem diferentemente essa tendência posterior na ADC faircloughiana como frágil, principalmente, digamos, em relação à separação oblíqua do discurso das demais práticas sociais ou políticas, por uma pretensão parcialmente positivista de fazer pesquisa próxima à premissa de uma condição privilegiada do conhecimento urdido pelo

método científico idealista, na qual a ADC parece infelizmente se sustentar ao recorrer a certos axiomas “realistas”, em defesa de sua contribuição para a mudança social.

Os questionamentos do segundo momento podem se aplicar, com certa aproximação, ao terceiro, principalmente se observarmos a instrumentalização que a análise de discurso pode ter sofrido aí em função de uma ciência social pretensamente “superior”. A terceira etapa da ADC proposta por Fairclough remete ao seu livro cujo título é *Analysing Discourse* e cuja publicação é de 2003. Nessa obra, Fairclough propõe a criação de novos momentos da prática social, que passam a ser classificados como: (i) ação e interação, (ii) relações sociais, (iii) pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias), (iv) mundo material e (v) discurso (RESENDE; RAMALHO, 2008). Indo além da anterior classificação da prática social – (i) atividade material, (ii) relações sociais, (iii) atividade mental e (iv) discurso/semiose –, a ADC mantém sua dupla orientação diante do linguístico e do social, podendo-se ver, nessa última etapa, uma acentuação da influência das macrofunções de Halliday, de modo que o funcionalismo passa a assumir o papel de paradigma da ADC (RESENDE; RAMALHO, 2008).

Nesse contexto, Resende e Ramalho (2008) comentam sobre a interrelação que se estabelece entre as macrofunções e a multifuncionalidade dos enunciados e, diante de uma indicação de explícita relação entre sistemas sociais e funções da linguagem, a própria língua, enquanto sistema interno, é submetida à demanda social. Como aponta Gomes (2018), na ligação entre texto e a esfera social, os enunciados se realizam por meio de gêneros, discursos e estilos. Na esteira funcionalista, ressalta-se que as práticas sociais estruturam as ordens de discurso⁸, em via, por exemplo, da organização de gênero, ao ponto de seu uso ser de grande importância para a prática social, sendo até associado a modos de ação e interação, definidos pelas próprias práticas (RESENDE; RAMALHO, 2008). Com essas questões, Resende e

⁸ Fairclough (2008) explicita sua preferência pelo termo ordem de discurso de Foucault ao de ‘interdiscurso’.

Ramalho (2008) vêm avultar o estabelecimento de um diálogo teórico entre a ADC e a Linguística Sistêmico Funcional, na qual essa passa por uma recontextualização⁹, em prol da ampliação do uso de categorias funcionalistas.

De tal maneira, na proposta de fazer interagir as macrofunções com os modos de funcionamento da linguagem (gênero, discurso e estilo), o linguista britânico faz a sugestão dos 3 (três) significados principais poderem ser articulados pela linguagem. Os significados acional, representacional e identificacional assumem a dianteira da formulação teórica em *Analysing Discourse* (GOMES, 2018), trazendo a correspondência desses significados com os gêneros, discursos e estilos, em substituição da importância das próprias funções. As funções que estão na base da elaboração dos tipos de significados apontados já teriam sido forjadas em *Discurso e Mudança Social* e, através delas, ocasiona-se a incorporação da função textual ao significado acional (RESENDE; RAMALHO, 2008), mesmo que, na interrelação entre as funções, seja dada primazia àquela referente ao significado ideacional (GOMES, 2018).

Vale ainda comentar que a multifuncionalidade atribuída aos enunciados alude também aos tipos de significados que são resultados da relação entre o discurso e as práticas sociais (RESENDE; RAMALHO, 2008). Não por acaso, a análise discursiva ocorre na interseção do texto e contexto social, voltando-se para como os significados se realizam linguisticamente e como ou quais gêneros, discursos e estilos são articulados no texto. Com isso, algumas relações consequentes são percebidas, como a relação do significado representacional com o discurso, na qual acontecem diversos tipos de relações entre esses últimos ou a relação entre significado identificacional e estilo, na qual dá-se um processo dialético pelo qual a identidade é inculcada (RESENDE; RAMALHO, 2008). Nesse sentido, as autoras consideram a existência de uma relação dialética entre os tipos de significados,

⁹ Resende e Ramalho (2008) oferecem um quadro referente às diversas recontextualizações da LSF feitas por Fairclough.

quando a concretização do discurso sucederia por meio de gêneros, enquanto aquele seria inculcado em estilos, sendo que os dois últimos podem ser representados no primeiro. Isso se realiza pela condição do discurso, em sentido lato dessa relação dialética, poder atingir modos de representar, agir e ser (GOMES, 2018).

Agora que foram apresentados alguns aspectos linguísticos da terceira etapa da ADC faircloughiana, a qual pode compartilhar dos elementos socioteóricos do momento anterior, podemos voltar a atenção aos elementos parcialmente positivistas dessa perspectiva teórico-metodológica. Nesse caso, Gomes (2018) lembra, em seu trabalho referente à problemática da vinculação entre ADC e Realismo Crítico (RC), sobre a determinação histórica da ciência, da qual nenhuma pesquisa poderia fugir e, com essa compreensão, a inserção do RC na ADC parece tentar assumir uma conotação supra-histórica que pretende estar além das vicissitudes do discurso como meio de apreensão do mundo físico, que interfere inclusive no fazer científico. O recurso que a ADC faz do RC é uma tentativa de superação de algumas insuficiências presentes nas ciências sociais da época que assumiam um caráter relativista ou niilista em relação às práticas sociais. Assim, afirma Gomes (2018) que o intuito da ADC em recorrer ao RC seria de evitar o niilismo ou relativismo ontoepistemológico, diante do qual, “de alguma forma ao mesmo tempo ingênuo e perigoso, a ideia de uma realidade era urgente” (GOMES, 2018, p. 38). Receando uma concepção de discurso onipotente, Fairclough assume uma posição “dialético-relacional”, em consonância com o RC, “de modo a orientar a compreensão do discurso como uma dobradiça teórica que tanto, de um lado, abre a possibilidade de mudança social, quanto, de outro, fecha as chances para transformações nas relações de poder” (GOMES, 2018, p. 38).

Com essa motivação, o RC é o recurso teórico que a ADC se arroga diante da problemática das assimetrias do poder, mesmo que a saída encontrada pela ADC desse labirinto político-ideológico, por

meio do RC, traga divergências de bases linguístico-filosóficas que se posicionam dubiamente diante do papel do discurso na formação do próprio conhecimento e apreensão da realidade (GOMES, 2018). Inclusive, certas perspectivas, como a Linguística Crítica (LC), já conheceram esse mesmo impasse teórico diante da relação entre linguagem e realidade e, no caso da LC, a oposição ao realismo clássico se dá pela negação de que a realidade exista independentemente da percepção humana, que é tornada conhecimento operacional ou analítico apenas pelo discurso, mais especificamente pela dimensão simbólica humana. A indicação de controvérsias pouco consideradas na relação entre discurso e realidade pode representar um empecilho para o analista de discurso e, dentro das questões levantadas pela ADC quanto à existência de uma “realidade” analiticamente objetiva fora da linguagem, leva à necessidade de seu redirecionamento (GOMES, 2018). De acordo com Gomes (2018), a semelhança entre o RC, a LSF e a ADC é justamente a expressão da matriz filosófica moderna que sustenta um modo de compreensão no qual elementos abstratos, como a sociedade, circundam elementos concretos, como a linguagem, e, se ocorre de haver uma relação dialética entre esses, deve ser mantida a distinção diante da qual não venham a se confundir. Contrariamente, Gomes (2018, p. 60) levanta uma questão relevante:

A realidade é uma entidade situada fora da linguagem, como ponto de referência para a produção da referência dentro da linguagem, ou é o resultado da atividade de construção de referências sobre o mundo – resultado acordado seja entre participante de uma interação, seja entre membros de uma cultura?

Escolhendo por tomar partido pela segunda opção, Gomes (2018) sugere certo idealismo do conhecimento humano para além do discurso no próprio RC, sendo que uma das consequências de vinculação da ADC àquele é a alteração do papel do discurso, tido

como momento da prática social, cujas possibilidades atribuídas a essa poderiam muito bem transcender àquele. Para essas perspectivas, sem ignorar completamente os aspectos constitutivos do discurso, precisa-se conservar a irredutibilidade entre os elementos da prática social, o que pode levar a controvérsias sobre o caráter de constituição do discurso na prática metalinguística da ADC, pela qual essa perspectiva pretende atingir os eventos sociais para além do caráter político-ideológico do próprio discurso. Diante dessas dificuldades, apontamos que as questões consequentes do vocabulário realista assumido pela ADC faircloughiana “permite as afirmações feitas a partir dele serem respaldadas por um valor de verdade, científico, tão à altura de uma verdadeira ciência (no sentido que tradicionalmente se deu a este termo)” (GOMES, 2018, p. 71-2). Contudo, não pretendemos negar a importância do realismo para a teoria crítica e para a ciência em geral, uma vez que esse, enquanto forma de “educação” comportamental do intelecto (HORKHEIMER, 1983, p. 53), funciona como propulsão ao desenvolvimento da capacidade de pensar, resumindo-se “essencialmente em conhecer as condições para o surgimento de um efeito”.

A finalidade de nossos apontamentos é se desvincular de um caráter possivelmente positivista da ADC, presente principalmente em *Discourse in Late Modernity* (GOMES, 2018), ao seguirmos um realismo que seja constituinte, no qual a realidade é constituída, enquanto conhecimento operacional do qual se fala ou pensa, unicamente por meio do próprio discurso, diante da dimensão simbólica humana, o qual acarreta posicionamentos inerentes à apreensão analítica, seja da realidade social ou do mundo físico. Como só podemos interpretar ou, obviamente, falar do que é discursivo, tudo o que analítica e operacionalmente podemos saber do mundo físico ou da realidade social *per se* também é discursivo (quer dizer, dá-se no nível do discurso ou pela dimensão simbólica), não podendo haver pressuposição de posição privilegiada para o analista, como é feito nas últimas etapas da ADC. A apreensão operacional da realidade fora do discurso, tauto-

logicamente, não diz nada de operacional e, apesar de não ignoramos a possibilidade de uma percepção das coisas para além do discurso, já estaríamos, nesse ponto, fora do nível analítico, uma vez que não há análise acima das condições situacionais do discurso. Dessa forma, quando se fala de realismo crítico como fundamento da ADC, torna-se inevitável o questionamento das contribuições e problemas do consórcio entre essa e o RC, como aponta Gomes (2018). Então, se falar sobre conhecimento operacional do mundo através do discurso parece uma redundância, pretender ir além dele, em um processo analítico, é um fracasso anunciado. Ainda assim, a ADC faircloughiana, em suas etapas finais, sugere poder analisar seus objetos para além do próprio discursivo/simbólico, supostamente alcançando, em suas análises, o que geraria, em primeira instância, a realidade além da linguagem. Contudo, apesar de seu valor possível em outros aspectos, uma percepção fora dos limites simbólicos não pode ser assimilada no processo de análise pela qual o conhecimento operacional é desenvolvido. Esses problemas presentes na ADC, provavelmente por sua vinculação ao RC, obedecem a certas circunstâncias já apontadas dessa aproximação em *Discourse in Late Modernity* (GOMES, 2018).

Se o RC fornece à ADC ferramentas sensíveis a possíveis mudanças social ou discursiva, também se infla com a pretensão de atingir um discurso que, pela sua proveniência, seja o mais realista (GOMES, 2018). Como se vê, nem todos os aspectos teóricos concordam com as supostas vantagens de uma restrição do caráter constitutivo do discurso para uma alegada “melhor” captação das mudanças via linguagem, o que não deixou de atribuir à ADC faircloughiana uma postura positivista que, alegadamente privilegiada em seu metadiscurso, seria capaz de desmistificar essencialismos por trás de meras aparências (GOMES, 2018).

3.2 O QUADRO TRIDIMENSIONAL

Diante de diferentes modelos possíveis da ADC, voltamo-nos ao quadro tridimensional da análise do discurso (FAIRCLOUGH, 2008), pela relevância desse modelo às diferentes exigências analíticas que, ainda tomadas pela perspectiva crítica, resgatam o caráter constitutivo do saber humano operante. Pelos variados momentos atravessados pela orientação da ADC, a importância do modelo tridimensional – encetado em *Language and Power* – destaca-se principalmente a partir dos apontamentos anteriores. Devido ao método tridimensional ser aprimorado na Teoria Social do discurso, exposta em *Discurso e mudança social*, como Resende e Ramalho (2008) mesmo registram, centraremos a descrição do quadro nos comentários oferecidos nesse livro.

Pelas diferentes menções à abordagem tridimensional (RESENDE; RAMALHO, 2008; GOMES, 2018; ALENCAR, 2009), vemos que, em publicações gerais, algumas questões importantes são comentadas diante da caracterização desse quadro em versões diferentes. Na comparação entre modelo da ADC, de 1992 e 1999 (RESENDE, 2006), ressalta-se o foco do discurso, para o primeiro, e das práticas sociais, para o segundo. Em versão mais atual, a ADC continua sendo definida como uma análise da dialética existente entre a linguagem ou, como passa a chamar, entre a semiose e os elementos de uma prática (social) (FAIRCLOUGH, 2012). Contudo, mesmo que na definição de semiose (FAIRCLOUGH, 2012), essa seja caracterizada a fim de considerar o discurso em sentido abstrato (FAIRCLOUGH, 2005) que assume as funções de representar (*representing*), de agir (*acting*) e identificar (*identifying*), relacionadas essas respectivamente com o discurso, gênero e estilo (FAIRCLOUGH, 2005), os elementos constitutivos de uma prática social ganham uma certa independência das próprias formas de atuação da semiose, na qual a constituição da ordem social se dá por uma particular interrelação das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2012).

A ordem de discurso surge como aspecto semiótico de uma ordem social e, mesmo aquela como sistema aberto, acaba incorporada de modo pouco abonado quanto à preponderância na assimilação constitutiva do social, dando a impressão errônea de que esse pode ser apreendido analiticamente para além da linguagem. Mesmo a constituição discursiva dos regimes sociais assume um caráter interativo entre elementos discursivos e não-discursivos, cuja relação dialética preserva a preponderância inversa do segundo tipo de elemento, uma vez que se supõe a possibilidade pretensa de analisar o não-discursivo por si mesmo (FAIRCLOUGH, 2005).

No que trata dessa relação dialética, a ideia de irredutibilidade recíproca dos elementos da prática social (FAIRCLOUGH, 2005) é, como já visto, aproveitada da Ciência Social Crítica (CSC), assim como a concepção de discurso é oriunda do Materialismo histórico-geográfico (MHG), como apenas mais um elemento do social que “relaciona-se com outros, mas não os reduz a si” (RESENDE, 2006, p. 107). Essas vertentes, às quais a ADC passa a se vincular posteriormente, geram uma dificuldade diante do entendimento de que, mesmo não podendo ser reduzidos ao discurso, os elementos físicos ou sociais sempre são apreendidos analiticamente através da linguagem, o que é o mesmo que dizer que esses elementos são construídos como elementos para a razão operante humana tão somente pelo discurso/símbolo. Esse é um dos motivos pelo qual acreditamos ser mais profícuo o modelo tridimensional de Fairclough (2008), no qual o discurso se apresentava preponderantemente, mas sem se limitar à análise textual do discurso, de modo a ficar cada vez mais claro que a constituição do conhecimento operacional humano se dá através do discurso.

Assim, o modelo tridimensional exposto em *Discurso e mudança social* garante uma compreensão mais apreciativa do caráter constitutivo do discurso, ao vislumbrar o discurso no processo de apreensão analítica da realidade. Nesse livro, Fairclough (2008) considera que sua concepção de discurso, pela perspectiva dialética entre estrutura e

evento, está em harmonia com algumas concepções que podem favorecer um entendimento da preponderância do discurso na experiência operante humana. Assim, quanto a essa compreensão de discurso, apresentaremos essa fase inicial de Fairclough, na qual a prática social pode ser encarada como “dimensão do evento discursivo” (RESENDE; RAMALHO, 2008, p. 28), até porque, a partir dessa referência, a prática social passa a ser assinalada, por alguns pesquisadores, como dimensão do evento discursivo mais amplo (ALENCAR, 2009). Por isso, afirmamos que, no que toca à relação dialética do discurso com outros elementos sociais, é preciso reconhecer a preponderância do discurso na experiência atuante forjada na e para as práticas sociais.

Nesse livro, Fairclough (2008) será também cauteloso quanto ao que entende por exagero indevido no papel constitutivo do discurso, por parte de algumas vertentes teóricas. Isso já parece estar presente quando Fairclough (2008) comenta sobre a relação dialética que o discurso deve estabelecer com a realidade “pré-constituída”, em detrimento da constituição exagerada do discurso. Mas, no instante em que entendemos que o conceito de real não pode se desvencilhar, na dimensão analítica, de sua apreensão discursiva e simbólica, a primazia foucaultiana das práticas discursivas sobre a não-discursivas, tal como apontada na *Arqueologia do saber* (FAIRCLOUGH, 2008), passa a ganhar mais evidência. Diante dos aspectos discursivos consutivos do social, Fairclough (2008) conclui que a prática discursiva, além de ajudar na reprodução da sociedade, em suas identidades, relações e sistemas de conhecimento e crença, também pode contribuir para a sua transformação, uma vez que a mudança decorre de uma relação dialética entre discurso e estrutura social. Contrariamente, ainda que Fairclough (2008) advogue pela superação de ênfases indevidas diante de uma determinação social do discurso ou construção discursiva do social, na qual os princípios recíprocos de constituição do discurso e das estruturas sociais possibilitam que a transformação seja forjada dentro do bojo das relações entre as pessoas, dentro das formações

sociais, isso não pode ser suficiente para descartar que a capacidade de apreender operacionalmente a realidade não é um movimento passivo, mas uma assimilação ativa na qual a realidade social e o mundo físico ganham sentido atuante.

Em consequência, o quadro tridimensional inicial, principalmente por seus elementos estratégicos, assume a incorporação das práticas sociais no discurso, aventada por uma concepção mais inclinada as condições constitutivas de preponderância do discurso para a razão operante humana, o que será levado, por nós, até ao nível da apreensão analítica do mundo, com a compreensão da inserção da realidade na semiose (social), de modo que essas se vinculam aos sistemas (sociais) de classificação (GOMES, 2018). Não obstante, a realidade vem a ser indicada como consequência, em vez de causa, da experiência atuante humana, na qual surge a vinculação da realidade ao signo. Muitas perspectivas teóricas, seja na Linguística Crítica¹⁰ ou mesmo no Funcionalismo¹¹, já consideram a possibilidade de apreensão discursiva da realidade, na qual essa assimilação é conjecturada próximo ao socioconstrutivismo (GOMES, 2018). Como Fairclough parece se esquivar cada vez mais dessa ideia, as dificuldades no conceito de discurso da ADC (GOMES, 2018) vão se acumulando em sua segunda etapa, sendo que, mesmo diante da irredutibilidade dos elementos da prática social, esses elementos só ganham sentido atuante – e, por isso, só são passíveis à análise – no e pelo discurso. Contudo, as dimensões do caráter constitutivo do discurso (ALENCAR, 2006) acabam reforçando, para nós, a ideia de que sua competência preponderante diante da apreensão analítica do mundo físico ou da realidade social fomenta as formas de experiência operacional.

Ainda assim, acreditamos que, em Fairclough (2008), existe o caráter constitutivo muito mais propício ao entendimento da dimensão da experiência operacional humana pautada na apreensão

10 Como em relação a utilidade do pós-estruturalismo para essa (GOMES, 2018).

11 Na visão construtivista-discursiva da realidade em Halliday, a realidade é tida como construto social (GOMES, 2018)

discursiva da realidade e, nesse sentido, o autor aponta que os aspectos do caráter constitutivo do discurso remetem tanto às identidades sociais, em referência a Foucault, quanto à constituição de relações ou de sistemas de crença/conhecimento, destacando que as funções da linguagem também estão relacionadas com os aspectos constitutivos do discurso. Essas considerações podem ser reforçadas por diversas contribuições epistemológicas atuais, como as que se ligam ao conhecimento operacional sobre o mundo por meio da linguagem, próximo do que é destacado por Wittgenstein (ALENCAR, 2009) ou ainda quando Bakhtin/Voloshinov (2006) sugere tal visão, chegando a dizer que “vemos ‘a cidade e o mundo’ através do prisma do meio social concreto que nos engloba”. Nessa linha, E. M. Morato (2004) considera que a linguagem está presente na maioria das formas de percepção, sendo que, por outro lado, a linguística desconsiderou por muito tempo a função da linguagem na elaboração do próprio pensamento. Para concluir esse ponto, precisamos considerar que o “real” é inacessível para a dimensão analítica da consciência atuante fora do discurso e o acesso à realidade pela percepção operante dá-se dentro dos limites da linguagem.

Dito isso, podemos então encarar outras características relevantes do quadro tridimensional, como no momento em que Fairclough (2008) destaca-o no intuito de combinar a ADTO (análise de discurso textualmente orientada) e um relevante pensamento social e político, de modo que a concepção tridimensional assenta na reunião de diferentes tradições de análise do discurso. Ao proporcionar um gráfico da concepção tridimensional, Fairclough (2008) evidencia os pontos específicos de relevância social em vínculo à especificidade textual, por parte desse quadro, no qual oferece na análise de discurso possíveis interpretações das mudanças sociais e discursivas. Assim, sua relevância se manifesta também por razões metodológicas, como articulação entre análise textual e social, na resolução faircloughiana de integrar variadas perspectivas teórico-analítica em prol do estudo das

diferentes dimensões da mudança social e cultural. Nessa perspectiva, a tridimensionalidade do discurso para a ADC focaliza-o como texto (nível formal), como interação (nível propriamente discursivo) e como interesse (nível social), em virtude da síntese feita por essa abordagem das orientações social e linguística do discurso. Realizando o objetivo faircloughiano em combinar análise textual e social, a proposta teórico-metodológica do linguista inglês se destaca diante dos conflitos socioculturais, evidentes no seu quadro de análise (GOMES, 2018).

Nesse turno, a descrição da operacionalidade do quadro tridimensional inicial é totalmente possível e, nesse sentido expositivo, diríamos que Fairclough (2008) opta pelo uso restrito do termo discurso como uso de linguagem, o que, na tradição desde Saussure, é tido como aspecto da linguagem não acessível ao estudo sistemático, por ser considerado como individual e imprevisível. De todo modo, o autor reconsidera essa tradicional apreensão do conceito de linguagem e, diante da aproximação do discurso das demais práticas sociais, considera o uso da linguagem através de suas manifestações em formas linguísticas (texto), nos processos de produção, distribuição e consumo textual (prática discursiva) e nas práticas sociais. Em resumo, o quadro teórico-metodológico tridimensional do discurso o caracteriza como texto, prática discursiva e prática social, tornando-se muito propício ao possibilitar a reunião de diferentes dimensões indispensáveis à análise de discurso que pretendemos realizar. Vemos aí diversas categorias analíticas, organizadas em três dimensões do discurso.

No que trata da dimensão textual, Fairclough (2008) antecipa que falta nitidez nos limites da análise textual e da prática discursiva, dependendo aquela do destaque dado a cada dimensão do discurso. A partir de então, o autor considera a importância de incorporação de vários tipos e técnicas na análise complexa e técnica do texto, sem esquecer de indicar a ilusão de separação da orientação da análise ora para o texto ora para o sentido, porquanto a ADTO se volta simultaneamente para “questões de forma e (...) de significado”

(FAIRCLOUGH, 2008, p. 102). A motivação social dos signos se expressa, para a ADC, pelo vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual e, possivelmente, outras categorias, fazendo com que a relação entre significado potencial e interpretação de um texto sujeite aquele a ambivalências e contradições. Os itens da análise textual se realizam, especificamente, por meio do vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, sendo que alguns itens para uma análise da prática discursiva, que envolvem aspectos formais, voltam-se para a “força” do enunciado (atos de fala), a coerência do texto e a intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2008). A partir de Fairclough (2008), quanto à gramática, sabe-se que a oração funciona como sua unidade principal e, diante de considerações sobre alguns desses aspectos, encontra-se que as escolhas diante da oração proporcionam significados ideacionais, interpessoais e textuais, os quais podem assumir, por sua vez, investimentos ideológicos. Sobre vocabulário, esse possui várias formas de análise, enquanto os termos *wording*, lexicalização ou significação indicam melhor as sobreposições e competições sociais em torno dessa categoria, revelando também a dimensão político-ideológica dessa. No que toca à coesão, essa pode apresentar uma ligação ascendente entre orações, frases e unidades maiores, diante da qual se encontram formas específicas de ligação, podendo o foco na coesão se relacionar com a atenção dada aos esquemas retóricos foucaultianos. Por fim, quanto à estrutura textual, notam-se possíveis relações com convenções textuais que ajudam na compreensão dos sistemas de conhecimento e crença e das relações e identidades sociais.

Para falar sobre a dimensão da prática discursiva, não podemos esquecer dos processos de produção, distribuição e consumo textual (FAIRCLOUGH, 2008). Assim, podemos mencionar alguns processos envolvidos na prática discursiva, diante da variação social de suas naturezas. Sobre o produtor ou produtora textual, vê-se a existência de posições sociais envolvidas a ele ou ela, podendo a variação social na construção de textos relacionar-se com o trabalho interpreta-

tivo e seus modos de interpretação. Vemos ainda a existência de consumo individual ou coletivo de discursos, com aspectos específicos de processamento do consumo. A distribuição de textos pode ser simples ou complexa, podendo as últimas apresentarem certos padrões de consumo ou rotinas de reprodução, enquanto que a antecipação possível de receptores, ouvintes e destinatários também é executável, podendo essas posições serem ocupadas de maneiras múltiplas. É fácil apontar como essas categorias podem contribuir para a análise, mesmo que o foco analítico esteja sobre a categorias gerais do texto, da intertextualidade (na dimensão da prática discursiva) e da ideologia (na dimensão social), principalmente quando se considera a relação entre o recurso internalizado dos membros e processos produtivos (traços) ou interpretativos (pistas) que, por geralmente se darem de modo não consciente, são passíveis a investimentos ideológicos. Retornando questões sobre produção, distribuição e consumo de textos, consideram-se também as restrições sociais aos processos interpretativos e produtivos que podem se dar duplamente, seja (i) pelos recursos dos membros e/ou (ii) pela natureza das práticas sociais, determinantes em relação ao acesso e disponibilidade dos recursos. Fairclough (2008) afirma preocupação do quadro tridimensional com essas restrições, principalmente a segunda, podendo ser vista especialmente pela ótica da intertextualidade.

Outros elementos sociocognitivos que podem ser mencionados como categoria referente à prática discursiva são a força e a coerência, as quais possuem níveis múltiplos de funcionamento e apresentam caráter ascendente-descendente diante da produção e interpretação textual, indo assim dos ínfimos sons e marcas até aos significados ou vice-versa, o que pode reduzir a potencial ambivalência dos textos. Quanto à primeira categoria (força ou atos de fala), identifica-se uma relação entre força e tipos de significados, a qual contrasta da proposição, enquanto que, em relação à segunda, ela (coerência) também é tida como propriedade interpretativa. Nesse ponto, a relação

entre coerência textual com um dado sentido depende, desde já, da interpretação/inferência que possa ser feita, tangenciando-se, também, através de princípios naturalizados por tipos de discursos e podendo favorecer a criação de posições intérpretes pela naturalização de princípios interpretativos, apoiados, muitas vezes, em pressupostos ideológicos. Assim, realiza-se o trabalho ideológico pelo estabelecimento de princípios que são passíveis a luta e resistência e, eventualmente, tem-se ainda o conceito de intertextualidade no aspecto da prática discursiva, sendo que os níveis micro e macro da análise da prática discursiva apresentam suas características como complementares na mediação entre prática social e texto, pelo quadro tridimensional (FAIRCLOUGH, 2008).

Finalmente, voltamo-nos à descrição da prática social e, por essa via, o discurso pode ser tomado como prática política, na qual são estabelecidas as relações de poder e a prática ideológica, na qual as significações de mundo se relacionam com as posições no interior das relações de poder, devendo-se evitar, também nesse sentido, uma oposição rígida entre sentido e forma do texto/discurso, já que esses estão completamente interligados, podendo a própria estrutura textual ou outros aspectos formais – ao contrário do que não se percebe comumente – serem investidos ideologicamente (FAIRCLOUGH, 2008). No nível do discurso como prática social, há ainda a situacionalidade do discurso diante do poder como hegemonia e de sua evolução como luta hegemônica, em referência à dimensão social do discurso.

Vale reforçar que essa segmentação entre as dimensões do discurso é apenas elucidativa, pois elas podem interagir. Quanto a isso, a dimensão do discurso como prática discursiva medeia a relação entre esse como prática social e linguística, sem contar que a própria prática discursiva é uma forma de prática social que estabelece relação com outras práticas (FAIRCLOUGH, 2008). Por esses motivos de imbricação das dimensões, por exemplo, a análise textual, subdividida em escala ascendente por itens como vocábulo, gramática, coesão e estru-

tura textual, metodologicamente pode se precipitar sobre categorias da prática discursiva como força dos enunciados, coerência dos textos e sua intertextualidade, assim como pode igualmente servir de recurso na análise social. Nesse sentido, a análise propriamente discursiva, na compreensão dos processos de produção, distribuição e consumo textual, tanto pode oferecer aspectos textuais que a evidenciem, quanto se conectar a níveis da prática social, requerendo que o discurso seja analisado de um modo bastante amplo.

3.3 CONCEPÇÃO DE DISCURSO

Um apontamento teórico importante que podemos fazer ainda é viável pela exposição do conceito de discurso, devido ao seu favorecimento de uma compreensão da linguagem muito relevante para nosso percurso interdisciplinar, entre Análise de Discurso e áreas como a Ecologia, sendo o conceito de discurso central para a primeira etapa da ADC faircloughiana (FAIRCLOUGH, 2008), como argumentado na seção anterior. As diferentes acepções do termo apontadas por Fairclough (2008) giram em torno das condições históricas do discurso que, como sentido socioteórico, é combinado aos sentidos de texto e interação, estabelecidos pelo discurso e, por isso, podemos reservar alguns parágrafos desta seção para comentar sobre como alguns autores e filósofos contribuem epistemologicamente para o entendimento da linguagem como prática social, o que é indicado por vários pesquisadores, inclusive por Fairclough, e o que faz larga atribuição ao papel de relevância do discurso (GOMES, 2018).

Recorrendo a alguns elementos de formação da concepção, a constituição do conceito de discurso é favorecida pela ampliação de fatores teóricos que se dão pela fundação da Análise do Discurso (AD), enquanto campo (MAINGUENEAU, 2015); e, se a linearidade narrativa da AD só se realiza com a restrição efetuada por Maingueneau (2015), em apenas algumas correntes desse campo, essa permite men-

cionar que o surgimento do termo referente à análise do discurso se dá com Zellig S. Harris. Sua concepção de discurso é a de que esse é “uma unidade linguística constituída de frases” (MAINGUENEAU, 2015), fazendo com que a análise proposta por Harris seja caracterizada por meio de uma decomposição (estrutural). Para Maingueneau (2015), haverá semelhanças entre a análise harrisiana e o estruturalismo literário francês, mesmo que, por outro lado, surjam divergências da proposta harrisiana e a AD atual, cujas problemáticas recentes aparecem desde 1960 e cuja aproximação com outros campos é notável, como com o pós-estruturalismo. De acordo com Maingueneau (2015), continua ausente um projeto unificador para a formulação das problemáticas da AD, o que não impede o favorecimento para a reflexão sobre discurso, principalmente se identificarmos a acentuação da Pragmática na Linguística, em relação à contextualização da linguagem e do sentido.

Todos esses passos intensificam o fomento da discussão sobre discurso, diante da qual emergem desafios de não reduzir ao (estritamente) linguístico ou, contrariamente, ao (unicamente) social ou psicológico (MAINGUENEAU, 2015). Em seguida, Maingueneau (2015) estabelece uma distinção entre teoria do discurso e análise do discurso, surgindo, por meio das primeiras, a importância de Foucault, dentre os discursivistas, a qual acaba sendo absorvida pelos analistas do discurso, como Fairclough (2008), sendo necessário abordar, posteriormente, a contribuição daqueles, como Foucault ou até Nietzsche, para o conceito de discurso. No que toca à possibilidade de um paradigma transcendental ainda permanecer na base de certas teorias do discurso, como na do agir comunicacional habermasiano, é preciso ficar atento aos mecanismos de algumas análises de conteúdo que acabam falhando por uma compreensão transparente da linguagem, como é o caso da crítica faircloughiana a assim chamada análise de conteúdo (MAINGUENEAU, 2015). Nas suas observações, Maingueneau (2015) trará à tona, ainda, alguns impasses quanto ao conceito de discurso, principalmente por meio da concepção linguística

desse, através de convencionais oposições em relação ao discurso: (i) discurso *versus* frase, (ii) discurso *versus* língua e (iii) discurso *versus* texto. Os dois primeiros casos levam, respectivamente, à concepção “transfrástica” de discurso e à concepção de discurso como “uso em contexto”. Apesar da inclinação saussuriana em relação à segunda oposição, ela poderá ser dirimida, por exemplo, pela associação das oposições anteriores, tal como feito pela literatura anglófona da AD, ocasionando uma possível superação da dicotomia *langue/parole* pelo conceito de discurso, além de superar também a oposição restrita entre discurso e texto, principalmente em Fairclough (2008), que toma o texto como uma dimensão do discurso.

Parece possível para Brandão (2012) sugerir que o discurso pode ser tomado como nível situado fora da dicotomia saussuriana, principalmente pela ligação do linguístico e extralinguístico pelo conceito anterior, ao ponto, inclusive, de ocasionar uma articulação entre ideológico e linguístico. Fairclough (2008) também se recusa a aceitar a caracterização de *langue* e *parole* feita pela dicotomia saussuriana, como se a última não tivesse nada de social e, com isso, deve-se também lembrar a refutação que a ADC proposta por Fairclough faz do conceito de *parole* como algo individual (RESENDE; RAMALHO, 2008). A essa crítica, podem-se acrescentar outros comentários, como os provindos de Mussalim (2012), que, não por acaso, chega a apontar que todo sentido construído pela linguagem e, enquanto forma de discurso, ultrapassa e vai além de uma dimensão da *langue* enquanto conjunto de regras que viriam a reger o uso da linguagem.

Diante dessa construção progressiva do conceito de discurso, destacando a sua importância para os estudos da linguagem, seguem-se as principais concepções em torno do que podemos entender por esse conceito. Primeiramente, para a discussão sobre discurso, há dois tipos de emprego geral feitos a partir do termo, os quais acarretam um duplo caráter do discurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 23):

“discurso” se emprega de duas maneiras:

- Como substantivo *não contável* (“isto deriva do discurso”, “o discurso estrutura nossas crenças”...);
- Como substantivo contável que pode referir acontecimentos de fala (“cada discurso é particular”, “os discursos se inscrevem em contextos”...) ou conjuntos textuais mais ou menos vastos (“os discursos que atravessam uma sociedade”, “os discursos da publicidade”...).

A “ambiguidade” do termo discurso também é ressaltada por Resende e Ramalho (2008, p. 28), ao considerarem as características da ADC faircloughiana:

Fairclough define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade [sem artigo] (...) Mas o termo ‘discurso’ apresenta uma ambiguidade: também pode ser usado em um sentido mais concreto [com artigo], como substantivo contável, em referência a ‘discursos particulares’.

Não é obra do acaso a semelhança entre as duas exposições anteriores. De todo modo, Fairclough (2008) mesmo explicita que o conceito de discurso pode ser antecedido ou não por um artigo. No caso em que não é antecedido por um artigo, faz referência ao uso geral da linguagem que é analisado pelas três dimensões apontadas no quadro tridimensional, o qual faremos uso no capítulo 5. Podendo apontar, também, para “tipos de discurso”, quando o termo é antecipado por artigos, ele vem ainda a se referir ao sentido socio-teórico de discurso. No mesmo livro em que essas considerações são feitas, são propostas algumas especificidades do conceito e, nesse nível, Fairclough (2008) resgata o discurso como uso de linguagem que se caracteriza por ser uma prática social. A implicação dessa concepção,

como seu entendimento enquanto forma de ação¹², oferece compreensões diversas sobre o uso da linguagem, quando o autor remete essa ideia à própria Pragmática. Essa perspectiva sobre a linguagem habilita Fairclough (2008) a enfatizar o papel social da linguagem e, para alguns pesquisadores, fica evidente que a ADC faircloughiana se caracteriza pela tomada da linguagem como uma forma de prática social (GOMES, 2018). Resende e Ramalho (2008) também mencionam a concepção de discurso, presente principalmente no livro *Discurso e Mudança Social* de Fairclough, como ação que, enquanto visão da linguagem como prática social, é caracterizada por ser “historicamente situada” (RESENDE; RAMALHO, 2008). Para Alencar (2006), essa perspectiva sobre linguagem como prática social, fomentada – acrescentamos – pelo conceito de discurso, tem um grande potencial transformador, implicando novos pontos de vista sobre a linguagem, que são de grande importância para a teorização linguística geral.

Por essas observações, é um passo relevante compreender que, em relação ao discurso ou, poderíamos dizer, às práticas discursivas como um todo, a linguagem torna-se inseparável das práticas e relações sociais (FABRÍCIO, 2006), fazendo emergir a necessidade de se estabelecer uma relação dialética entre a linguagem e o social. Fairclough (2008) antecipa a qualificação dessa relação dialética entre linguagem e estrutura social, pleiteando a correção de ênfases indevidas e o tratamento dialético do princípio constitutivo do discurso. Para esse autor, “a constituição discursiva da sociedade não emana de um jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 93-94). Quanto a isso, não podemos esquecer, como argumentado a favor de um realismo constituinte, que essa orientação atuante dos sujeitos para os elementos sociais provém de recursos discursivos, sem os quais a apreensão analítica da realidade (social) é impossível.

12 Fairclough (2008) não desconsidera a possibilidade de o discurso também funcionar, em certo nível, como representação, a qual não podemos desvincular de seu valor “performativo”.

A advertência diante da relação dialética do discurso com outros elementos da prática social, a qual pode ser percebida em autores como Gomes (2018), ao criticar a ausência de problematização do metadiscurso do analista na ADC da terceira fase, não intenta desconsiderar a ocorrência dessa dialética entre discurso e sociedade, principalmente quando se concebe que essa relação dialética se dá em nível interno (RESENDE; RAMALHO, 2008), isto é, não são dois componentes alheios que se relacionam apenas secundariamente. Quando Fairclough (2008) fala de motivação social dos signos para a ADC, não deve-se ignorar que não é possível estabelecer o ponto de influência do social sobre o discursivo como exclusivo, uma vez que a assimilação operante dos elementos sociais é igualmente discursiva. Assim, pelas considerações sobre a relação entre discurso e realidade (social), são criadas versões do mundo físico ou social por meio da linguagem (GOMES, 2018) e não apenas uma aquisição transparente de sua imanência.

De qualquer modo, deve ser ressaltada a abertura da linguagem ao social, por meio do conceito de discurso, até porque a variação de natureza das práticas discursivas se dá por meio dos tipos de discurso que são assumidos nas práticas sociais (RESENDE; RAMALHO, 2008). Harmoniosamente a essas perspectivas, Mussalim (2012) indica que a construção do sentido das palavras se realiza pelo e no próprio discurso e, como isso está imbricado com a posição sócio-política que o sujeito ocupa, intensifica-se a relação estrutura-discurso. Tais questões podem ter levado alguns autores, como Brandão (2012), a indicar devidamente, entre as características do discurso, a impossibilidade de sua neutralidade, já que a inserção da linguagem na sociedade destaca a vinculação do discurso às suas condições sociais de produção e a seu funcionamento interacional, como chave do entendimento das mudanças sociais (RESENDE; RAMALHO, 2008). Nesse turno, é evidente o contexto social atual de importância do conceito de discurso (GOMES, 2018, p. 65), no qual, dentre outras coisas, o recurso a ele representa uma “forma de poder social”. Consequentemente, o

foco de Fairclough na relação entre mudanças sociais e discursivas faz sobrevir a ambivalência característica do discurso que se situa entre a possibilidade de coerção ou de ação (GOMES, 2018), possibilitando ao discurso assumir funções emancipatórias.

No ponto da discussão que chegamos, é salutar ponderar sobre as contribuições epistemológicas gerais que beneficiaram a formação do conceito de discurso.

Partiremos de Foucault!

Para Gomes (2018), áreas como a LC, ADC e AAD (Análise Automática de Discurso) são possivelmente tributárias ao conceito foucaultiano de discurso e, igualmente, Brandão (2012) reconhece a influência da elaboração teórica de Foucault sobre discurso para a AD. Nessa linha, mesmo Fairclough (2008) explicita seu intuito de apontar para a reestruturação recíproca entre ordens de discurso e práticas discursivas, por meio da combinação de uma concepção de discurso provinda de Foucault, com uma ênfase na intertextualidade elaborada por Bakhtin. A conceituação de discurso para Foucault centraliza em “um conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação” (MUSSALIM, 2012, p. 131), o que quer dizer que o “discurso [é compreendido] como sendo constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência” (MUSSALIM, 2012, p. 131). Assim, os enunciados estão sob o foco de um trabalho arqueológico, os quais pertencem às formações discursivas, estabelecidas por meio de regras (de formação) referentes aos aspectos concernentes aos enunciados (FAIRCLOUGH, 2008). Essa atenção às condições de produção do discurso é relevante para a dimensão sociopolítica da linguagem, no que tange ao controle e restrições sociais exercidas sobre as práticas discursivas. Fairclough (2008), pela transição da arqueologia para a genealogia foucaultiana, classifica o discurso como *locus* e objeto de lutas, o que reforça a compreensão sócio-histórico-política do discurso e seu caráter duplo, tanto na reprodução quanto na transformação social.

Um dos aspectos que pode ser potencializado pela compreensão de Foucault sobre o discurso é o funcionamento desse diante das mudanças sociais e outro que pode ser fragilizado é certa ausência de tento para as questões textuais. Fairclough (2008) considera que uma análise de discurso textualmente orientada (ADTO) contribui tanto para o reforço da análise social quanto para a própria tradição foucaultiana. Além disso, postula que a Arqueologia tem muito a colaborar com a ADTO, como, por exemplo, por meio da visão constitutiva do discurso e da interdependência das práticas discursivas que podem se relacionar, materialmente, pela intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2008). Existe um favorecimento da ADC pelas investigações genealógicas, especialmente aquelas que se debruçam sobre as transformações históricas das práticas inerentes às ordens de discurso, levantando questões patentes sobre as relações entre mudanças discursivas e sociais. Há outros importantes *insights* foucaultianos sobre o discurso destacado pelo linguista britânico, como a existência de relações (interdiscursivas e intertextuais) entre suas práticas ou a referência à natureza (implícita ou explicitamente) política do discurso.

Outra contribuição epistemológica, ainda que interinamente, é a de Nietzsche. Fabrício (2006) destaca a relevância nietzschiana para a concepção de linguagem como prática social e a de discurso que “cria” os próprios objetos e realidades de que fala. Foucault seguirá essa linha de raciocínio para elencar o conceito de ordem de discurso, cujas implicações epistemológicas aos estudos contemporâneos são inúmeras: (i) a interdependência de campos do conhecimento, (ii) a fabricação de objetos pelo discurso, levando à necessidade de sua historicização, e (iii) a “produção” do mundo e do sujeito (social) pela articulação entre poder/saber/subjetividade (FABRÍCIO, 2006). Para Fabrício (2006), Wittgenstein contribui com a crítica ao essencialismo, que abala a tradição meramente representacionista da linguagem, com a possibilidade de engajamento ético nos estudos de linguagem.

Mainueneau (2015) reconhece a multiplicidade de perspectivas na formulação das aceções sobre discurso, principalmente fora do campo da linguística, o que ressalta o caráter interdisciplinar da análise de discurso:

- (a) a apropriação do conceito de discurso como “unidade transfrástica” entende que ele segue regras de organização;
- (b) o discurso pode ainda ser tomado como ação (social), além da simples representação. Sobre atos de linguagem e seus efeitos, alguns autores veem a possibilidade de integração entre atos (de linguagem) e gêneros de discurso;
- (c) o discurso ainda é tido como interação e sua interatividade está além da mera conversação, diante da qual percebe-se a insatisfatoriedade do termo destinatário;
- (d) o discurso também é contextualizado, já que haveria uma dependência do próprio sentido ao contexto, que transcende a concepção de cenário. Fale-se aí na incompletude das palavras fora do contexto, mesmo que esse não possa ser saturado;
- (e) o discurso é (sempre) assumido por um sujeito. A importância do sujeito para o discurso se realiza pela noção de referência e modalização, mesmo que não deva ser tomado soberanamente como origem do que fala;
- (f) a regência do discurso por normas sobreleva as normas de regência da atividade verbal, em diferentes níveis, inclusive quando essas normas funcionam como justificativa/legitimação dos discursos;
- (g) o discurso também é absorvido pelo interdiscurso¹³, sendo que o sentido de um discurso depende daquele. Em termos faircloughianos, as posições dentro das ordens de discurso têm primazia sobre o discurso, o que, para Mainueneau (2015), relaciona-se com o dialogismo bakhtiniano;

13 Vale relembrar a preferência de Fairclough (2008) pelo conceito de ordem de discurso, em desfavor ao de interdiscurso.

(h) a construção social do sentido do discurso estende-se, em alcance, à construção social do sentido, na qual esses são re-construídos continuamente nas práticas sociais.

4 ESTUDOS ECONÔMICOS

4.1 REVEZES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO INFINITO

Em perspectiva com estudos referentes às questões econômicas, passamos a apontar os elementos confluentes nos discursos entorno da relação entre sistemas socioeconômicos e ecossistemas, questionando a vertente de desenvolvimento sustentável que, tributária à teoria neoclássica, assume o meio ambiente como meio de produção, sem qualquer valor e regras de funcionamento inerentes. Nesse caso, pelo contexto atual, principalmente diante do sistema neoliberal, o discurso hegemônico sobre sustentabilidade limita-se, por uma adequação aos meios produtivos expansionistas, justamente em adotar a sustentabilidade como propícia ao crescimento econômico infinito, justificando-se através da perspectiva econômica neoclássica¹⁴.

Contrário aos diversos apontamentos sobre as ameaças de destruição representadas pelo uso dogmático da capacidade transformadora do homem ao sobrecarregar os mecanismos reguladores da Terra, como vislumbra Passet (2002), o discurso hegemônico da sustentabilidade ignora o fato de que, da busca constante por cresci-

¹⁴ Vale destacar, de antemão, que o surgimento da ideia de desenvolvimento econômico no contexto do século XVIII se faz a partir do conceito de evolução nas ciências da natureza, dando-se a elaboração da teoria do crescimento econômico no pós-guerra, com a promessa do desenvolvimento econômico generalizar o modelo de vida dos países industriais de vanguarda, o que desencadeia problemas socioambientais, devido aos seus custos ecológicos e uma estratégia política de geração de vínculos de dependência para o terceiro mundo (FURTADO, 2002).

mento, decorre o aumento tanto da demanda por recursos quanto da produção de dejetos, em forma de poluição, tendo em vista expandir as atividades econômicas e produtivas. Tal atitude segue à risca a falácia da modernidade que se expressa grosso modo em duas proposições: recursos e progresso infinitos (BOFF, 2015). Contudo, não são poucos os pesquisadores que concluem pela limitação dos estoques de matérias-primas, principalmente as reservas de energias fósseis, de modo ainda que seu uso e exploração progressivos levam a problemas evidentes, para assimilar os dejetos produzidos nesse processo (PASSET, 2002). Em uma conjuntura caracterizada por compreensões tão limitadas diante da realidade ecológica, a economia, como medida de relação com o meio ambiente, através da “extração, transformação, uso e descarte de recursos naturais” (MERICCO, 2014, p. 34), passa a representar uma interferência na dinâmica dos ecossistemas e da biosfera como um todo.

Para Boff (2015), muitas das interposições negativas provocadas pelos seres humanos sobre o equilíbrio do planeta são geradas pelo processo de industrialização, que, no encaço do crescimento constante de margens de lucro e da produção, propaga o consumismo como sua força propulsora. A relação entre consumo e aumento da produção é uma realidade bem considerada, no que toca à sua capacidade de fomentar o crescimento econômico – algo até comemorado por governos e empresas de boa parte dos países; contudo, o que pouco se alude é que, diante do dogma do crescimento econômico infinito, tal como apresentado por Penna (2012), a convergência desses três fatores gera uma grande demanda por recursos (bens e serviços ambientais) e fortes impactos sobre a natureza que, muitas vezes, estão além de sua capacidade de regeneração. Menosprezando-se as limitações produtivas da Terra como limite ao crescimento econômico, vêm à tona a exaustão de recursos e a geração excessiva de poluição pela conjunção de crescimento econômico e populacional (PENNA, 2012), ao ponto de que seja necessário enfrentar problemas extremos, como o caso do aquecimento global, discutido anteriormente.

Nesse cenário, como se pode apreender de Boff (2015), além de limites para o crescimento, devem-se estabelecer limites para a agressão ao planeta, principalmente em razão da possibilidade de atividades econômicas desrespeitosas para com os ecossistemas virem a gerar uma ruptura que altere profunda e/ou irreversivelmente a sociedade humana (MÉRICO, 2014). Não à toa, fala-se na capacidade humana em gerar degradação ambiental em níveis elevados, como o da biosfera, de conformidade que não podem, muitas vezes, ser geridos pelos mecanismos naturais de regeneração do planeta e, muito menos, pelo sistema de comando e controle, proposto pela teoria econômica hegemônica (MÉRICO, 2014). É assim que se corre o risco da capacidade de suporte do planeta Terra ser rompida, o que produziria impactos catastróficos para a vida e afetaria a própria economia (PENNA, 2012), na busca incessante por crescimento econômico ilimitado. Em face da dependência desse crescimento para com o consumismo, esquecemos a associação necessária existente entre deprecação dos ecossistemas e um consumo irresponsável e descuidado com o planeta (BOFF, 2009).

São inúmeros os impactos ambientais gerados pelo fomento do crescimento econômico e do consumo de supérfluos (PENNA, 2012; CAVALCANTE; MARTINS FERREIRA, 2018), sendo possível que, mesmo do ponto de vista socioeconômico, vários problemas sejam mencionados como indício de avarias mantidas pelo sistema atual sobre a própria sociedade, ao priorizar o crescimento e o consumismo, em detrimento da proposição de qualidade de vida:

Mesmo nos países onde se concentrou a grande fatia da riqueza gerada no pós-guerra, os problemas do enorme contingente de desempregados, dos sem-teto e da violência urbana estão em escala ascendente, agravados por novas mazelas sociais, como o crime organizado, as drogas e a imigração clandestina, e outras não tão novas, como o alcoolismo, o aumento da prostituição, a xenofobia e a intolerância étnica e religiosa (PENNA, 2012, p. 21).

Penna (2012) apresenta esses e outros detalhes, como a queda paulatina da expansão da economia mundial, como sinais de insustentabilidade do crescimento econômico sem limites. De acordo com o autor, a relação entre globalização e crescimento do mercado financeiro e do mercado de bens supérfluos surge apenas como sobrevida para as taxas de crescimento econômico global, que, desde os anos 2007-2008, apresenta traços óbvios de insuficiência, ao redor do mundo. Na perspectiva da globalização, os EUA são tomados como modelo de padrão de produção e consumo para os países adeptos ao culto do crescimento econômico, sendo notório, desse encadeamento, o aumento da demanda por recursos e da produção de dejetos e poluentes. Um dos pontos mais críticos dessa realidade é a produção de resíduos na exploração de minerais e outros expedientes, dentre os quais países classificados como exportadores de matéria-prima destroem seus ecossistemas para suprir a demanda global por recursos (PENNA, 2012). Para o autor, uma das questões que esclarece a insustentabilidade do consumo de recursos, como o minério, são suas taxas atuais elevadíssimas que chegam a anular os ganhos ambientais que possam provir da reciclagem ou de melhoras tecnológicas.

No quadro específico da mineração, a poluição dos lençóis freáticos e lagos acontece de modo notório ao, por exemplo, dissolvermos e removermos os constituintes de rochas e dos solos, ao desativarmos inadequadamente minas de exploração ou ao envenenarmos os solos e ecossistemas pelo uso de metais pesados nos processos de extração e ao desmatarmos, como resultado dessas atividades (PENNA, 2012). Ao se enumerar detalhadamente todas as consequências negativas gerais do modelo atual de produção e consumo crescentes diante da Natureza, nos estenderíamos demasiadamente, restando apenas mencioná-las de modo genérico, a partir de temas, como:

desertificação (cada ano terras férteis equivalentes à superfície do estado do Rio [de Janeiro] ficam desérticas); desflorestamento: 42% das florestas tro-

picais já foram destruídas; o aquecimento da Terra e as chuvas ácidas podem dizimar a floresta mais importante para o sistema-Terra, a floresta boreal (6 bilhões de hectares); superpopulação: atualmente somos 6,3 bilhões de pessoas com um crescimento de 3-4% ao ano¹⁵, enquanto a produção dos alimentos aumenta somente 1,3%. E apontam no horizonte ainda outras consequências (sic) funestas para o sistema-Terra, como eventuais conflitos generalizados em decorrência das desigualdades sociais em nível planetário (BOFF, 2009, p, 74-5).

Complementando a lista de nocividades que podem decorrer do atual sistema de produção e consumo voltado para um crescimento econômico sem limites, tem-se ainda:

Crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio ambiente em geral; aquecimento do Planeta, começo da fusão das geleiras polares, multiplicação das catástrofes 'naturais'; início da destruição da camada de ozônio; destruição, numa velocidade cada vez maior, das florestas tropicais e rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; esgotamento dos solos, desertificação; acumulação de resíduos, notadamente nucleares, impossíveis de controlar; multiplicação dos acidentes nucleares e ameaça de um novo Chernobyl; poluição alimentar, manipulações genéticas; 'vaca louca', gado com hormônio (LOWY, 2014, p. 39).

Diante dessas circunstâncias, estudiosos reconhecem a perversidade do fundamentalismo do crescimento econômico com as gerações presentes e futuras (LOWY, 2014; MERICO, 2014). Como diz Lowy (2014), os impactos negativos do modelo expansionista já se

15 De acordo com estudo da ONU, referente a 2017, havia no planeta 7,6 bilhões de habitantes (Fonte: ONU News. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2017/06/1589091-populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-de-habitantes>>. Acesso em: 04 jul. 2018).

exercem, pelos diversos âmbitos, sobre as gerações atuais que já estão sentindo seus efeitos nocivos. Não por acaso, Merico (2014) é enfático ao ressaltar a destrutividade do crescimento econômico que replica a tendência humana de tornar indesejada a ideia de limite para as atividades de nossa civilização, restando salientar, para si mesma, a perigosa busca por expansão de seus modelos insustentáveis. No enquadramento do ideal de crescimento na economia (BOFF, 2015), até aquilo que passou a ser chamado, por muitos, de desenvolvimento sustentável chega a dar ênfase ao crescimento (BOFF, 2009), esquecendo-se de que o crescimento econômico atual é o maior destrutor da natureza (PENNA, 2012).

A evidência cabal de insustentabilidade do crescimento econômico sem limites é que, mais cedo ou mais tarde, haverá, ao passo atual, o rompimento da capacidade de sustentação da biosfera (MÉRICO, 2014), sem contar que já se estão ultrapassando, em muitos aspectos, vários limites ecológicos do planeta (BOFF, 2015; VEIGA, 2013; MÉRICO, 2014; PENNA, 2012). Tomada pela ciência econômica como capital natural, a dupla função da natureza no fornecimento de matéria-prima e no suporte e absorção de rejeitos e poluição está comprometida com a busca dogmática pelo crescimento econômico, uma vez que a limitação de recursos e de espaço no planeta Terra está sendo ignorada (PENNA, 2012). Assim, como evidência da insustentabilidade do crescimento econômico infinito, não há apenas o uso crescente de recursos, mas as formas poluidoras de descarte de seus resíduos (PENNA, 2012), o que não pode ser resolvido simplesmente através do sistema de preços, como a teoria neoclássica pretende fazer, mesmo que pretenda gerar mercados para a permissão da poluição. Contudo, a crença dos economistas nas leis econômicas de mercado que pretendem substituir recursos esgotados, como questiona Callenbach (2001), é muito menos viável para solucionar o problema da poluição, principalmente ao pensar sobre a permanência dos rejeitos na natureza, como no caso dos gases do efeito-estufa (FLANNERY, 2007).

Seguindo o trilho ortodoxo-dogmático da economia, as políticas de desenvolvimento se fazem insustentáveis, caracterizando-se por retórica a argumentação desenvolvimentista da sustentabilidade como crescimento econômico constante (PENNA, 2012). Nessa conjunção pouco realista das relações ecológicas e das condições dos ecossistemas, verifica-se a tentativa de conciliar o ideal de crescimento e a sustentabilidade, sendo que, a despeito das contradições, essa tentativa de conciliação está presente na maioria das propostas atuais de sustentabilidade, que sempre visam um crescimento econômico infinito (BOFF, 2015). Um exemplo clássico das formas hegemônicas de solucionar os problemas ambientais provém do cânone referente às três pilastras (*triple bottom line*), tido como modelo padrão do desenvolvimento sustentável e criado em 1990 (BOFF, 2015). Para Boff (2015), sua formulação operacional tripartida é alvo de diversas críticas, inclusive pelo seu aspecto econômico visar um crescimento material constante. Contudo, apesar de todas as peripécias e malabarismos da teoria econômica e do discurso da sustentabilidade hegemônicos, é perceptível a permanência da tese de inviabilidade de crescimento econômico irrestrito, mesmo observando apenas o aspecto de falta de recursos (VEIGA, 2013) que sustentem uma escala ascendente e sem limites da produção e consumo. De tal ponderação resulta a conclusão de impossibilidade de sustentabilidade para o padrão atual de produção e consumo, em destemperança de fatores de pressão sobre os ecossistemas, como o crescimento produtivo, principalmente em conjunto com o aumento populacional e as desigualdades (PENNA, 2012).

Embora a economia neoclássica proponha a externalização dos custos sociais e ambientais em prol do crescimento econômico, isso não altera em nada os limites das condições físicas dos ecossistemas, sendo que o funcionamento daquele se efetua exponencialmente por escala geométrica, o que destoia da progressão regenerativa da Terra.

Como ilustração, imagine-se que a produção anual de um determinado produto – automóveis, por exemplo – seja de 10 mil unidades e que esteja projetado um aumento de 5% ao ano. Após o primeiro ano, a produção será de 10.500 automóveis. No segundo ano, ela alcançará 11.025 unidades, no terceiro, 11.575 e, em apenas 14 após a produção será de 20 mil automóveis, o dobro da inicial (PENNA, 2012, p. 129).

Nessa mesma ótica demonstrativa da nocividade do crescimento econômico ilimitado, Penna (2012, p. 138) recorre à demonstração de Meadows do crescimento exponencial do capital industrial, no qual “novas máquinas e fábricas geram outras máquinas e fábricas”, o que leva ao aumento na demanda crescente por recurso que funciona como estímulo negativo do crescimento econômico, na relação abastecimento/demanda. É, pois, evidente a pouca durabilidade (ou sustentabilidade) do crescimento econômico sem limites e, nesse turno, Penna (2012) chega mesmo a metaforizar o crescimento econômico como células cancerosas, diante da qual a reciclagem manifesta-se como paliativo diante do crescimento exponencial no consumo de recursos. Conforme Merico (2014) afirma, diante da necessidade de reverter a crise ecológica atual, deve-se ir além da mera produção limpa, por ser paliativa diante do crescimento produtivo e consumista, sendo que se carece de novos paradigmas, diante do modelo atual, para a produção dentro dos limites da capacidade de suporte da biosfera. Para ele, não é suficiente desenvolver processos industriais mais limpos por meio de tecnologias, mas sim produtos que sejam sustentáveis em si, ao sair do gerenciamento de processos para o gerenciamento de produtos. A crença neoliberal na tecnologia (CALLENBACH, 2001) se desfaz com a parcial competência tecnológica face aos desrespeitos aos limites físicos do planeta (PENNA, 2012). Destarte é que, a despeito da inovação tecnológica, a utilização de recursos e produção de resíduos atuais são insustentáveis, sendo que o excesso acentuado de bens e serviços se torna contingente ou desnecessário para a melhoria

da qualidade de vida (PENNA, 2012). Para Penna (2012), o papel da tecnologia na redução de demanda por matéria-prima esbarra no fato de que cada produto ou bem possui um limite físico ao qual pode ser reduzido, relacionado à sua resistência de matéria e à 2ª lei da termodinâmica, de forma que o aumento do consumo, intensificado pelo aumento da população, continua sendo motivo de preocupação com os recursos e com a capacidade regenerativa da Terra, mesmo diante do progresso técnico.

De todo jeito, mesmo com a crescente discussão sobre a dependência do homem à Natureza – como inclusive foi considerada na seção referente às interdependências ecológicas –, uma vez que o próprio sistema econômico depende em si dos ecossistemas naturais, não se aceita com facilidade a necessidade por mudanças (PENNA, 2012). De acordo com Penna (2012), torna-se imperativa a compreensão da influência recíproca entre a busca desenfreada por crescimento econômico e o meio ambiente, em virtude dos limites representados pelo segundo ao primeiro e das sequelas do primeiro sobre o segundo. Entretanto, permanecem os argumentos de resistência a mudanças, diante do modelo atual de desenvolvimento. Uma das alegações é que, pelo crescimento econômico, aumentam-se a arrecadação de impostos e a oferta de emprego, justificando-se, por essas vias, os danos ambientais de largas consequências (PENNA, 2012).

Em alternativa, vale observar bem o alcance dessas premissas. Primeiramente, em alusão à arrecadação, pode-se concluir que maiores podem ser os gastos públicos com os efeitos que a degradação ambiental exerce sobre a saúde e outros aspectos da vida. Não por acaso, Penna (2012) já considerava a degradação ambiental como grande causa de doença (e até de morte) no mundo. Em seguida, a respeito da oferta de emprego, o mesmo autor sublinha a insatisfatoriedade da geração de empregos pelos sistemas econômicos do mundo industrial nos últimos 20 anos e, ainda em conformidade com aquele, a oferta de empregos não consegue alcançar as taxas de crescimento econômico; pelo contrá-

rio, há falhas nos modelos de crescimento econômico para a solução do desemprego, sendo recorrentes aspectos de redução da oferta de trabalho e de demanda declinante por mão de obra, acentuadas pela diminuição progressiva do salário dos trabalhadores. Dados da economia americana mostram a combinação entre crescimento econômico e aumento do desemprego e da desigualdade, já no final do século passado e, dessa maneira, pobreza e desemprego irrompem como problemas estruturais indiferentes ao crescimento econômico pós-guerra, de modo a haver incapacidade no crescimento econômico para a garantia do pleno emprego e a representar até uma ameaça (PENNA, 2012).

Assim, desalinha-se o argumento do pleno emprego como uma das legitimações para a busca pelo crescimento (PASSET, 2002). Até porque a melhoria da qualidade da vida pode sobrevir sem aumento quantitativo dos negócios, sendo esse o único caminho para a sustentabilidade, para autores como Callenbach (2001), como resultado da revogação da fé no crescimento infinito em benefício de um/a mundo/sociedade sustentável. Além disso, numa tentativa de reverter a crise atual, pode-se sempre contar com a capacidade ampla de geração de emprego por meio de serviços ambientais e de manutenção, já que o próprio sistema tributário pode se amparar sob o princípio poluidor/pagador que oferece maneiras de integração das políticas econômicas e ambientais, no combate ao desemprego (PENNA, 2012).

Por essas e outras razões, vê-se constantemente um apelo pelo fim do fetiche do crescimento econômico por meio de um processo que contorne o consumismo (BOFF, 2015) e também a crença no crescimento contínuo como solução principal às questões socioeconômicas e políticas, principalmente pelo fato do crescimento econômico atual não ter solucionado a pobreza e por haver um nível das taxas de aumento da renda e do consumo em prol da melhoria da qualidade de vida, que depende, muito mais, da distribuição do que da manutenção do consumo de supérfluos (PENNA, 2012). Ademais, para autores como Boff (2015), o processo econômico moderno já atingiu o limite de seus

benefícios sociais, diante do qual se precisa, agora, de distribuição, algo pelo que o crescimento econômico por si só não se interessa. Furtado (2002), por sua vez, chega a fazer distinção entre desenvolvimento autêntico e mero crescimento econômico, sendo que a concentração de renda, em prol do consumo dos ricos, foi proporcionada pelo raciocínio dos economistas em favor do crescimento econômico que, em sua contínua progressão, desconhece a efetividade do desenvolvimento legítimo das capacidades humanas. Nesse turno, a sustentabilidade, como satisfação das necessidades humanas presentes e futuras, opõe-se ao ideal de crescimento ilimitado e, recorrendo a uma definição ecológica de sustentabilidade, como proveniente do equilíbrio dinâmico que harmoniza insumos e produtos, é compreensível a razão de inexistirem na atualidade sistemas de produção que sejam sustentáveis nesses termos (CALLENBACH, 2001). Assim, a definição de sustentabilidade efetiva para os sistemas humanos, inseridos dentro dos limites dos ecossistemas naturais, é incompatível com os padrões socioeconômicos atuais, havendo um antagonismo entre o paradigma atual socioeconômico e a preservação das comunidades de vida (BOFF, 2009).

Vivien (2011) também faz explícita consideração da incompatibilidade entre sustentabilidade e padrões atuais de produção e consumo que a economia neoliberal procura manter, apontando que a proposta de sustentabilidade neoclássica é conhecida como uma proposta fraca e que tem como característica principal a ênfase no crescimento, com a exagerada confiança no progresso técnico e com uma argumentação pautada na teoria da desmaterialização, que supõe um estágio ulterior autossustentável e durável da economia, no qual brada-se o lema: “prossigam o seu crescimento e muitos problemas ambientais encontrarão, eles próprios, suas soluções” (VIVIEN, 2011, p. 20). Além disso, Vivien (2011) apresenta restrições à teoria de Grossman e Krueger, uma vez que certas emissões de poluentes aumentam com o crescimento da renda per capita, assim como aumenta também a utilização de recursos. Conseqüentemente, se na proposta

da economia neoclássica, considerada como o discurso hegemônico da ciência econômica para a sustentabilidade, é constante a tentativa de encontrar um modelo propiciador do crescimento, pautado no conceito de capital natural, a partir da ideia de inovação técnica como solução para os problemas ambientais (VIVIEN, 2011), vale relembrar que, como também entende Passet (2002), o progresso técnico acaba sempre sendo suplantado pela corrida produtivista, que, à medida que melhora tecnicamente a produção, aumenta a demanda por recursos e emissões de poluentes em decorrência de um aumento produtivo.

Na inversão dessa realidade, cabe almejar uma sociedade sustentável e não somente o comodismo do desenvolvimento expansionista (BOFF, 2009) que, aliado à busca por crescimento constantemente progressivo, seria apenas uma nova racionalização da velha ordem e de lógicas obsoletas, demandando a alteração de uma sociedade em prol do crescimento industrial para outra que pretenda alcançar a sustentabilidade de toda a vida (BOFF, 2015). Não por aleatoriedade, encontramos-nos diante da defrontação entre duas lógicas: a do desenvolvimento econômico e a das regulações naturais (PASSET, 2002). Tal feição se expressa pela incompatibilidade entre o crescimento ilimitado do expansionismo industrialista e a sustentabilidade das relações ecológicas (CALLENBACH, 2001), quando se percebe a necessidade de o desenvolvimento obedecer aos limites dos ecossistemas do planeta (BOFF, 2015).

4.2 FRAGILIDADES DIANTE DAS QUESTÕES ECOLÓGICAS

Diante das considerações do discurso da economia atual relacionada à busca de crescimento econômico ilimitado, alguns autores sugerem que, a despeito da multiplicação de eventos ambientais extremos, o desenvolvimento expansionista passa a ser qualitativo de anga-

riação de lucros no processo de produção, no qual, principalmente, a sustentabilidade empresarial vem a incorrer em modismo oportunista e o que deveria responder por soluções para os problemas ecológicos atuais funciona como etiqueta de agregação de valor (BOFF, 2015). Dessa maneira, para Boff (2015), a sustentabilidade permanece no nível da “aparência” nos modelos atuais de produção e consumo, de modo que se pode falar em sustentabilidade retórica como modelo padrão do desenvolvimento expansionista. De acordo com o autor, pode-se concluir que a sustentabilidade está ausente no modelo socioeconômico atual e que, pela lacuna da inexistência de promoção da sustentabilidade no mundo em geral, surgem esquemas inconsistentes que não oferecem soluções realistas para os problemas socioambientais. Defronte de suas características que pretendem promover uma ecoeficiência no trato dos recursos naturais, ainda assim é insuficiente por não reconhecerem os limites inerentes à natureza (BOFF, 2015). Esse é um exemplo de como se alastra a insustentabilidade do desenvolvimento geral, mesmo a despeito do discurso sobre desenvolvimento expansionista (BOFF, 2009).

As críticas às soluções neoliberais aos problemas ecológicos não se limitam aí, sendo que a proporção do uso retórico e vazio do termo sustentabilidade, que seu padrão atual de desenvolvimento faz, é consonante ao interesse de colocar o lucro acima de tudo (BOFF, 2015). Logo, o que representa uma preocupação legítima com as condições de vida em geral, aparece como oportunidade de gerar mais rendimento, através da formação de novos mercados e demandas de consumo de produtos ditos “sustentáveis”. Posto que se enfrenta um período de letargia nas medidas ecológicas gerais, nada mais comum que perceber o conflito entre valores ecológicos e econômicos no tocante à natureza. Sejam os seguintes exemplos: “A ideia de que as outras ESPÉCIES (sic) existem exclusivamente para benefício dos seres humanos, embora seja negada por um grande número de provas científicas e experiência prática, ainda é um valor muito difundido, mesmo que muitas vezes passe despercebido” (CALLENBACH, 2001,

p. 194). Ou: “Considere, por exemplo, o valor de que uma parcela importante do fato de estarmos vivos é perceber, compreender e desfrutar a natureza. Respeitando este valor, preservariamos a VIDA SELVAGEM (sic) para os nossos filhos” (CALLENBACH, 2001, p. 194).

Assumir tal compreensão ajudaria bastante em tornar as atividades econômicas e produtivas menos nocivas à habitação na Terra, principalmente porque o futuro depende da inserção da sociedade humana, especialmente da economia, nos limites ecológicos, demandando outro modelo produtivo para favorecer uma postura ecologicamente adequada. Assim, pergunta-se: o dilema econômico de como lucrar sempre mais com a produção (BOFF, 2015) é conciliável com a harmonia e com os ecossistemas? Esse equilíbrio ecossistêmico, caracterizado como a própria sustentabilidade, não pode ser atingido obviamente por uma perspectiva que concerne a dominação da natureza, como única forma de relação com essa. Basta isso para perceber o quanto a racionalidade dominante da economia, em conjunto com seu discurso hegemônico da sustentabilidade, carece de uma reformulação elencada pela preocupação com os limites da natureza. Para Callenbach (2001), termos tradicionais da ciência econômica, restritos muitas vezes ao trato de compra e venda, precisam ser reorganizados com vistas às condições ecológicas da biosfera, para adquirir relevância para a sustentabilidade. A obsoleta perspectiva da natureza como mero fornecedor de matéria-prima e de uso exclusivo do homem (CALLENBACH, 2001; ALVES, 1994) necessita ser abolida, como também crítica Penna (2012), devido aos constantes riscos que ela oferece ao menosprezar o papel da natureza no fomento da vida. Aliás, as teorias econômicas dominantes rejeitam considerar os processos químico-biológicos característicos do ciclo de vida total daquilo que se produz e se consome. Por isso, fala-se no desconhecimento dos economistas clássicos dos processos de formação da matéria-prima, na desconsideração da teoria econômica pela renovação daquela e na rejeição dessa pelas leis naturais, mesmo que seja clara a classificação da economia como parte do meio-ambiente (PENNA, 2012).

Contrariando esse princípio básico, a exacerbação dos valores econômicos produtivistas surge como tendência crítica da atualidade e, dentro desse pendor desfavorável à manutenção dos ecossistemas, outro conceito bastante propagado pelo discurso hegemônico da economia é o de individualismo, pelo qual pode-se justificar a concentração de renda e dos lucros produzidos (BOFF, 2015). Contudo, muitos autores reconhecem as consequências nocivas da sobrevalorização dos interesses individuais em detrimento de políticas distributivas. Para Merico (2014), há uma conexão entre o individualismo da economia moderna e a insustentabilidade das questões ambientais e ecológicas, principalmente quando o primeiro se alia ao consumismo e impede, assim, a defesa da natureza enquanto bem coletivo. O lucro individual, como valor inerente ao modelo socioeconômico atual, segue ao lado do esgotamento de recursos naturais por esse modelo (CALLENBACH, 2001) e reproduz, como complemento, a lógica do lucro máximo (BOFF, 2009), pela qual se efetua a sobreposição desse lucro máximo aos aspectos sociais e ambientais (PENNA, 2012). A busca irrestrita do lucro individual favorece, ainda, o espírito competitivo e a atitude de desperdício que criou a cultura do consumo, como uma das causas da insustentabilidade atual (BOFF, 2015). O consumismo, como obstáculo à durabilidade das relações ecológicas, justapõe-se inclusive à consolidação da inserção da humanidade nos limites da natureza, tornando paliativas medidas outras, enquanto aquele permanecer perdulário (BOFF, 2009).

Callenbach (2001) critica a preponderância das regras empresariais sobre as condições para uma sociedade sustentável e, na ausência de alternativas dentro do fundamentalismo econômico atual (MERICO, 2014), outros pontos ganham relevo diante da insustentabilidade geral, como o ponto de vista quase exclusivamente econômico na lida com o planeta (CALLENBACH, 2001). São igualmente deletérios à biosfera os objetivos estritamente financeiros nessa exploração do planeta, assim como a mercantilização de seus recursos

(BOFF, 2009). Também é flagrante o malefício da lógica da competição (BOFF, 2009), principalmente quando se originam maiores demandas por recursos e taxas de poluição pela produção ornada de uma competitividade cada vez maior, que procura, com isso, reduzir seus custos operacionais e produtivos (PENNA, 2012). Não podemos negar as consequências perniciosas da competição e concorrência como fundamento do sistema econômico (BOFF, 2009), até porque o uso de valores monetários e do PIB no modelo atual de desenvolvimento não reflete a melhoria de vida, o que precisa ser confrontado em conjunto com a sua estrutura de governo (MÉRICO, 2014).

Todos esses desmandos se legitimam a partir da lógica neoliberal, mas, se defronte à insustentabilidade do mercado for feita a pergunta de como alcançar a sustentabilidade socioambiental (BOFF, 2015), dever-se-á concordar com a regulação e controle do mercado devido às consequências nocivas de sua operação absolutamente autônoma, como cedo indicou Polanyi (MÉRICO, 2014). De todo modo, isso só propiciaria a inserção da humanidade nos limites da natureza, caso se note a tempo a necessidade de mudanças individuais e coletivas diante dos problemas decorrentes do expansionismo. Assim, para Merico (2014), um primeiro passo seria o reconhecimento dos custos ambientais da economia que fornecesse um julgamento das despesas ecológicas de toda a produção e consumo, até mesmo do crescimento da demanda alimentar (BOFF, 2015), principalmente diante da possibilidade de elevação de preços mundiais dos alimentos (ANGELO, 2008). Nessa esteira, o auge das medidas dominantes alcançou a mesma nocividade à natureza, sem solucionar cabalmente o problema da fome no mundo, através da Revolução Verde, que concebeu ainda certos malefícios ambientais (BOFF, 2015). Para Boff (2015), essa revolução é conveniente ao sistema atual, por oferecer uma falsa alternativa dentro da lógica ecológica e, sem superar os problemas alimentares enfrentados, vê-se, aí, o império da indiferença ao sofrimento alheio. O problema da não contabilização dos bens naturais pela economia pode

ser outra maneira de ignorar que os bens e serviços naturais são fatores de limitação do desenvolvimento econômico (MERICCO, 2014). Ainda assim, eclodem inúmeros problemas ambientais estimulados pela desconsideração contábil da natureza, como a conversão de paisagens para a agropecuária, que conta com gordos incentivos públicos, sendo necessária, de acordo com Merico (2014), a alteração do paradigma agropecuário vigente para se alcançar a própria segurança alimentar.

Adversamente, a questão natural da economia é abordada, enquanto paradigma imperante, pela perspectiva da teoria neoclássica e, além dessas limitações apontadas, outras críticas sistemáticas são feitas ao discurso hegemônico da sustentabilidade, proveniente daquela, por meio da economia ecológica que refaz a rejeição ao crescimento econômico sem limites. Não sendo interesse desta pesquisa retomar o que já foi dito em tópicos anteriores, é preciso mudar a ótica, a fim de pincelar as características principais da economia ecológica. Diante da proposta da sustentabilidade aos moldes neoclássicos, encontrados no discurso hegemônico embasado na discussão sobre crescimento sustentável, representativo do discurso dominante sobre sustentabilidade, esse suposto crescimento sustentável se encontra rechaçado na economia ecológica de Daly (1984).

Com a institucionalização da economia ecológica, vários princípios da abordagem neoclássica passaram a ser questionados, ao se renovar a preocupação com a sustentabilidade pela economia de recursos, que seria contrariada pela lógica neoclássica da maximização do lucro. Para Vivien (2011, p. 22), os princípios da economia ecológica, propostos por Daly, levam a um modelo de sustentabilidade forte, tal como listados a seguir:

- 1) as taxas de exploração dos recursos naturais renováveis devem ser iguais a sua taxa de regeneração;
- 2) as taxas de emissão de resíduos devem ser iguais as capacidades de assimilação e de reciclagem dos ambientes em que seus resíduos são despejados;
- 3)

a exploração dos recursos naturais não renováveis deve-se dar no ritmo igual ao de sua substituição por recursos renováveis.

A partir daí, em vista de meios para alcançar o controle do impulso produtivo e do consumismo desenfreado, necessário aquele em prol da sustentabilidade (BOFF, 2015), esses princípios oferecem uma operacionalidade considerável, pois, mesmo do ponto de vista estritamente econômico, a economia é uma dimensão interna dos ecossistemas, os quais são dotados de limites físicos que não podem ser desconsiderados pelos interesses do ideal de crescimento infinito dos negócios. Em oposição a essa tendência geral da economia neoclássica, surge a proposta de uma sustentabilidade forte, sendo que, certamente, existem muitos desafios para a inserção da economia nas leis da natureza, dos quais se destacam aqueles referentes à dificuldade de reconhecer que bens e serviços ambientais são a base da atividade econômica (MÉRICO, 2014) e que, principalmente, existe contingência na lógica financeira (PASSET, 2002), da qual não se depende em absoluto para gerar qualidade de vida. Além do mais, o reconhecimento do conceito de “deseconomia” permite o percebimento de mal funcionamento nas leis econômicas, sendo que, na falta de comprometimento arguto com as relações ecológicas, a própria racionalidade econômica deveria se opor aos riscos a que estão sendo submetidos os ecossistemas, devido aos prejuízos a longo e médio prazos (MÉRICO, 2014). Porém, costumamos a aceitar a compreensão de que todos esses elementos já indicam a necessidade de alternativa aos discursos e ideologias hegemônicas que requer, para seu favorecimento, uma ruptura com a lógica do crescimento ilimitado. A própria necessidade de cooperação para a inserção da sociedade nos limites da biosfera (MÉRICO, 2014) é solapada pela lógica que dá ênfase à competitividade, dificultando o percebimento de como uma competição irrestrita não parece contribuir à sustentabilidade (BOFF, 2009). Toda compreensão da divergência entre relação utilitária e cooperativa (BOFF, 2009)

já é, ao nosso ver, uma forma de sensibilização para superar as dificuldades que nosso discurso hegemônico e a ideologia do crescimento econômico ilimitado impõem à manutenção de nossos ecossistemas e sistemas sociais.

4.3 INTERSEÇÕES HISTÓRICAS

A percepção dos problemas implicados nos tópicos anteriores fez com que fosse, muitas vezes, pretendida uma relação entre ecologia e economia no decorrer da História e, nesse decurso, as duas áreas de investigação apresentaram dadas aproximações, mesmo que a afinidade entre ambos os campos seja de data mais recente, a partir das confirmações do agravamento dos impactos ambientais, causados pelas atividades econômicas. Alguns autores apontam a tensão entre ciência e política existente no discurso dessas duas ciências, a Ecologia e a Economia, considerando que, para Gadard, a Economia se aproxima discursivamente mais da política, enquanto a Ecologia se aproximaria mais da ciência (VIVIEN, 2011). Contudo, mesmo que a Economia procure se desvencilhar, enquanto ciência, da política, ela não consegue se desfazer de seu teor ideológico, assim como de juízos de valor e concepções relativas, enquanto o discurso científico da ecologia assume igualmente um caráter ideológico no seu desenvolvimento diante das questões econômicas associadas à sua ordem e racionalidade (VIVIEN, 2011). Assim, a semelhança entre ecologia e economia está em que ambas querem “fundamentar o político pelo científico” (VIVIEN, 2011).

De fato, analisando os apontamentos do economista Franck-Dominique Vivien (2011), essa conexão remete ao próprio desenvolvimento da Economia enquanto ciência, cujas considerações iniciais e intermediárias se davam ainda dentro da *epistémé* clássica e, durante os seus primórdios, encontrava-se ainda entrelaçada às ciências naturais,

devido ao modelo seguido pelos economistas de inserir as discussões características da economia política dentro do que pode se entender por história natural. Será em período posterior que se dará a ruptura entre as considerações de cunho teórico sobre as atividades econômicas e as discussões ecológicas, no final do século XVIII e início do século XIX, durante o advento da Revolução Industrial, que representou uma declaração de guerra à Natureza, por parte das atividades produtivas (VIVIEN, 2011).

Nesse sentido, não é estranho que hoje os laços entre ambos os campos de investigação sejam problemáticos, ainda que algumas correntes se proponham a estreitá-los, principalmente na medida em que as pesquisas gerais foram confirmando o caráter antropogênico das mudanças climáticas, como um dos elementos do processo de degradação ecológica impingido pela economia dominante, expressa através da teoria neoclássica que, estabelecendo relação com neoliberalismo, desconsidera as preocupantes implicações decorrentes da ultrapassagem dos limites ecológicos do planeta, não só em termos de recursos, mas igualmente de suporte biogeofísico, devido a uma busca incessante por expansão para possibilitar um crescimento econômico constante dentro de um meio-ambiente de proporções físicas estáveis. De todo modo, a relação inicial entre economia e ecologia é parcialmente profícua e, como Vivien (2011) reconhece, há inclusive uma aproximação etimológica entre ambas, a partir do termo grego *oikos* (casa), quando a própria criação do termo ecologia teria acontecido a partir do de economia, como já vimos.

Sempre de acordo com Vivien (2011), no entremeio dessa interseção que acontecia aos moldes da história natural, vê-se surgir, a partir de Carl Von Linné, o conceito de economia da natureza, que representava o arranjo estabelecido entre os seres vivos por parte do Criador Supremo, ao ponto da palavra economia ser tomada, por esse médico e botânico sueco, como desígnio de Deus, pelo entendimento da teologia natural; mas, de qualquer maneira, remete a economia

divina à humana, ao fazer uso do sentido comum do termo. Assim, em sua compreensão da Natureza, Linné tomará a perspectiva de T. Hobbes, considerando-a como guerra de todos contra todos, ainda que a estendesse uma função autorreguladora ocasionada pela disposição divina na delimitação dos apetites das criaturas que possibilita a existência de uma ordem. Isso permite que Linné reconheça a realização de movimentos cíclicos na natureza que revelam um equilíbrio providente, expresso por ele, a partir da ideia de equilíbrio de Adam Smith. Por meio da referência ao jogo de concorrência do mercado, Linné conclui por aproximar natureza e mercado, dizendo que,

Como nos mercados, onde se percebe, à primeira vista, a grande multidão de homens espalhada aqui e ali [...]; assim, a ordem que está na natureza se descobre com muito maior dificuldade, pois os habitantes, dessa forma, não pertencem a uma mesma família, suas moradias são muito dispersas e as funções de cada espécie são pouco conhecidas (LINNÉ apud VIVIEN, 2011, p. 35).

Adam Smith, por sua vez, também oferecerá exemplos de aproximação entre o discurso da economia com a eclosão das considerações naturais. Buscando responder sobre o enigma do que permitia a convivência dos homens em sociedade, Smith, como liberal, discordará da existência de um contrato social, dizendo que a busca de interesses pessoais é o que dá liga às formas sociais, o que, para tanto, faz uso de explícita referência à vida animal, nesse intuito de refletir sobre as sociedades capitalistas: “Dois galgos que perseguem a mesma lebre, por vezes, parecem agir em conjunto” (SMITH apud VIVIEN, 2011, p. 35). E, quando diante da particularidade da permuta entre os homens, Smith faz apologia à socialização proporcionada pelo mercado como propiciadora de ordem para a sociedade que, de certo modo, é aproximada da natureza pela ideia de existir a famigerada mão invisível em ambos os terrenos.

Retornando a Linné, desenha-se, pois, um utilitarismo patente no seu entendimento de que a prova da justiça e bondade de Deus estaria na permanência de uma serventia em tudo o que é natural e, tendo a natureza como uma máquina, vê-se estabelecer um lugar funcional para cada parte individual. Mesmo sob o ímpeto de não se confundir natureza e sociedade, essa concepção demonstra uma semelhança daquela com a divisão do trabalho descrito na sociedade liberal por A. Smith (VIVIEN, 2011). Outro ponto levantado por Linné identifica o homem como um animal que pode venerar a Deus e, nesse aspecto, deve manter as proporções instituídas por esse, de modo que o conhecimento naturalista encontre aplicabilidade até mesmo no caso de uma agricultura rentável. No decorrer do interesse utilitário que o homem nutre sobre a natureza, proposto também por Buffon, essas considerações gerais interessarão tanto economistas quanto fisiocratas.

Levando adiante a ideia de encontrar ou ressaltar a ordem da natureza, o fisiocrata Quesnay propõe que a ordem moral e política esteja em prol do máximo de felicidade. Esse médico e economista francês inova ao submeter a representação da ordem social a ajustes globais da economia e, quanto à sua ideia de máquina econômica, uma vez que a economia funcionaria, para ele, como uma máquina, ela seria semelhante, metaforicamente, a um organismo vivo. De todo modo, a primazia funcional seria dada à própria máquina, devido ao fato de que seria a natureza que trabalharia como aquela máquina. Em referência às proposições econômicas de F. Quesnay, a agricultura assume o papel de progenitora e fonte das riquezas das nações, especialmente por meio do fornecimento imprescindível da alimentação, que responde à considerada generosidade da natureza. Surge o conceito de produto líquido como aquilo que resulta fisicamente da fertilidade da terra e que vai além do que foi investido, conservando as condições de produção e necessitando que a economia humana seja inserida entre os limites da economia da natureza. Mesmo que a fisiocracia, entendida como poder da terra ou regra da natureza, seja considerada, por J. Cartelier, como uma racionalização da velha ordem,

devido à sua orientação oposta aos acontecimentos de sua época na França, ainda assim é bem-conceituada no que toca a suas preocupações ecológicas iniciais. Ainda de acordo com Vivien (2011), tem-se que Richard Grove considera a fisiocracia como responsável por uma das primeiras medidas de proteção ambiental, no contexto da Ilha Maurício. Diante do surgimento do livro do botânico francês Pierre Poivre sobre desmatamento e sua relação com as precipitações e erosão do solo, a pequena ilha situada no oceano Índico aparece como palco primeiro do debate sobre meio ambiente, desenvolvendo-se medidas de proteção da floresta e controle de pesca, a partir da influência daquele. Já em sua chegada à ilha, Pierre Poivre faz um discurso sobre as questões ambientais e, posteriormente, um de seus colaboradores, Philibert Cormmerson, desenvolve trabalhos que se apresentam como precursores das discussões ecológicas.

Com o avanço histórico, as considerações dos fisiocratas serão assumidas pelos economistas clássicos que, abordando-as pela perspectiva do valor, não podem se furtar ao entendimento de que o desenvolvimento econômico, mais cedo ou mais tarde, irá esbarrar em seus limites. Nessa linha, Thomas Robert Malthus prevê existirem obstáculos para o progresso humano e suas conclusões giram em torno do princípio de população que, estendendo-se demasiadamente em números, pode conflitar diante de uma natureza restrita em espaço e alimento. Mesmo que sua tese tenha recebido um apoio inicial limitado, com o aprimoramento de seu trabalho, embasando-se em estudos botânicos e da história natural, tornou evidente que a natureza impõe limites populacionais a todas as espécies, inclusive à humana, permitindo-lhe aplicar esse arremate às sociedades:

Aplicadas a elas, a 'lei' ou princípio de população encontra ainda uma expressão matemática precisa, pois, segundo Malthus, a população humana tende a aumentar em progressão geométrica, enquanto os recursos alimentares disponíveis crescem em progressão aritmética (VIVIEN, 2011, p. 44-5).

De acordo com o economista britânico, dessa restrição básica impõe-se a necessidade do controle demográfico que, para ele, dar-se-ia de modo preventivo, através inclusive da castidade e abstinência, ou destrutivo, com o surgimento da fome, doença e outras calamidades. Certamente em seu vislumbre de uma transição demográfica, dever-se-ia escolher pela primeira opção, em detrimento da segunda. Reconhecendo limites para a produção humana, T. R. Malthus será aproximado aos fisiocratas diante de uma visão da natureza que exalta sua fertilidade. Por outro lado, para aquele, sendo a natureza também imutável e ordenada, ela deve ser submetida à perspectiva de uma fertilidade estável que, não podendo ir além de certo ponto ou nível, corre o risco de perder sua produtividade à medida que se dá o crescimento populacional.

Paralelo a essas determinações, Ricardo assume um ponto de vista de negação da possibilidade de demanda efetiva insuficiente, o que é a carência na capacidade de pagamento pela aquisição de bens e serviços, antecipada por T. R. Malthus, fazendo surgir a pretensão de que a produção industrial não encontraria limites por ser diferente da produção agrícola e por, supostamente, não conhecer barreiras ecológicas ou econômicas. Até no caso do segundo tipo de produção, é possível, para Ricardo, que o controle (talvez em antecipação da aplicação do sistema de *command and control*, na economia) da natureza comporte o contínuo enriquecimento das nações, através da necessidade de uso de novas terras, com o crescimento da população, e na hipótese de que essas, por serem recém-cultivadas, são menos férteis. Com alargamento do progressivo enriquecimento, dar-se-ia a partilha da riqueza de um país entre as diferentes classes (trabalhadores, capitalistas e proprietários de terras), o que, em seu turno, permitiria a continuidade do enriquecimento nacional. Apesar disso, Ricardo assume a postura liberal e nega o oferecimento de ajuda aos trabalhadores através das “leis para os pobres” (*poor laws*), devido a sua opinião que sujeitava o salário ao jogo da livre concorrência. Além disso, voltando-se à maximização do lucro, acredita haver um progressivo enfraquecimento do rendimento dos capitalistas que poria fim aos investimentos

e do crescimento demográfico e, devido ao congelamento do capital, em um ponto específico no qual se atingiria o estado estacionário do capitalismo, surgiria estabilização das classes e ocasionaria a desnecessidade de cultivo de novas terras. O que surge como benéfico para alguns, como J. S. Mill, que prevê vantagem no estado estacionário através da liberação humana para além do jogo material e da dedicação aos prazeres do espírito, é dramático para outros, como Ricardo, que tinha aversão ao estado estacionário. A preferência de J.S. Mill a esse estado fundava-se na possibilidade de melhoria da produção industrial concomitante à redução do trabalho, que ofereceria tempo livre inclusive para a contemplação da natureza.

Dá-se, assim, a delimitação da economia humana dentro das fronteiras estabelecidas pelas condições da natureza que, por sua vez, era pensada em termos contraproducentes dentro das condições da economia humana e, logo em seguida, a ideia de sucessão temporal, provinda da concepção de natureza elencada por Darwin, forja um novo paradigma que põe a pique a antiga economia natural. Com a percepção de evolução, o homem passa a se reconhecer como transformador em potencial da natureza e, em decorrência dos acontecimentos da época, a Revolução Industrial representa, como para S. Moscovici, uma ruptura com a história humana natural, principalmente diante das considerações que favoreciam uma perspectiva ecológica ainda que incipiente (VIVIEN, 2011). Em paralelo a essa conjuntura, realiza-se a entrada do interesse pelo poderio econômico e industrial, em substituição ao militarismo, em referência a uma outra revolução, a Revolução Francesa. Em respeito ao progresso alcançado pelos ingleses, a comparação entre as duas revoluções favorece aquela iniciada na Inglaterra e até a indústria e a organização do trabalho culminaram no *status* de objetivo social, a partir do industrialismo.

Diversos trabalhos são desenvolvidos em prol da Revolução Industrial, como os de Saint-Simon, que, em declaração aberta de guerra contra a natureza, pretende satisfazer o amor do homem pela

dominação, substituindo sua preponderância sobre outros homens pelo exercício sobre a natureza. Já visível pontualmente na Idade Média, a guerra contra a natureza não é exclusiva desse período e pode mesmo ser notada entre certos fisiocratas. Saint-Simon irá apenas dar continuidade ao ciclo que nem sequer termina com ele. Sua pretensão é a recriação da própria Criação, no intuito de, supostamente, “reparar’ as injustiças e a cegueira dos mecanismos naturais” (VIVIEN, 2011, p. 55).

O ápice desse arroubo é percebido sob o encargo de uma geração de engenheiros influenciados duplamente pelo nome de Carnot: o pai Lazare Carnot e o filho Sadi Carnot. Representando eles um elo entre a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, far-se-ão presentes no momento de crença na ciência e indústria como salvação da revolução e da injunção da industrialização sobre o militarismo, o que não significa propor a eliminação do último. Respondendo pela primeira formulação da lei da entropia, Sadi Carnot era também aficcionado pela potência motora do fogo no emprego da produção de riqueza e, dentro desse estado de exaltação das máquinas térmicas, a relação entre o que se chama de revolução termoindustrial e as alterações na composição da biosfera se torna evidente. Rapidamente, surge a previsão dos engenheiros economistas sobre os desdobramentos da Revolução Industrial, em perspectiva das relações ecológicas. Percebendo-se a finitude das fontes energéticas fósseis para as máquinas a fogo, logo se sobressaem as repercussões das discussões referentes ao esgotamento de recursos, como a visão de Augustin Cournot sobre a economia predatória, que ignora a manutenção dos recursos para as gerações futuras. Stanley Jevons apontará como atitude insensata essa busca pelo progresso a custo da destruição da natureza, importando um limite para o crescimento na demanda por recursos. Além do interesse dos engenheiros economistas no esgotamento de recursos, passam a ser abordadas igualmente as consequências ambientais do progresso econômico e industrial. Surgem, também, nesse contexto,

os já mencionados estudos de Fourrier sobre o efeito estufa, depois dos quais se dá a tomada de consciência sobre os problemas do desmatamento, causando temor quanto à extinção das espécies, devido aos mandos e desmandos da economia destrutiva que demonstra, em contrapartida, a necessidade de uma economia ecológica.

Contraditoriamente, é nesse ponto culminante que se estabelece a ruptura conclusiva entre economia e ecologia, nas escolas principais do pensamento econômico. Para Vivien (2011), no que toca à teoria neoclássica, isso acontece principalmente devido à imposição dos elementos técnicos da economia que enfatizam a maximização do lucro. De acordo com essa ideia, o desenvolvimento expansionista, assumido então nas discussões ambientais dentro do sistema socioeconômico atual, procura criar meios de possibilitar o crescimento da atividade produtiva e das margens de lucro. Após o rompimento desse vínculo entre os discursos ecológicos e econômicos, a teoria neoclássica assumirá a dianteira das preocupações ambientais dos economistas, através da economia do meio ambiente e dos recursos naturais que – podendo ser aglutinados, por nós, na alcunha de ambientalismo utilitarista – assumem o meio ambiente como apenas um elemento indifferente dos meios de produção, sem qualquer característica própria que seja alheia à lei de mercado.

Diante da tentativa controversa de reestabelecer o diálogo entre economia e ecologia, outras perspectivas proporcionaram avanços, por sua vez, a partir do importante fato, destacado por Vivien (2011), de que a dimensão ecológica da produção e consumo está presente na própria atividade econômica, a ponto de possibilitar o surgimento mais recente de teorias que tomam esse tema como pedra de esquina para as suas argumentações, como a economia ecológica. Fazendo parte de uma empreitada interdisciplinar, principalmente no caso de sua vertente mais social, essa teoria retoma, como mote discursivo e metodológico, a questão natural da perspectiva econômica que se volta para a problemática dos ecossistemas. Contudo, haja visto a dificuldade de

criar definitivamente um percurso pela ecologia e economia, no qual as atividades produtivas e econômicas sejam inseridas finalmente dentro dos ecossistemas da bioesfera, numa relação intrínseca que ambas as áreas se desenvolvam em seu processo teórico e prático e sirvam de alternativa ao sistema predatório de produção e consumo, observamos, pois, as inconsistências características do discurso hegemônico sobre sustentabilidade, representado pela teoria neoclássica, sendo necessárias outras linhas de argumentação que possam desfazer os impasses gerais da economia diante da problemática ecológica.

5 CONVERGÊNCIA INTERDISCIPLINAR

No turno em que chegamos, após mencionarmos as três principais áreas e seus aspectos que nos ajudam a observar a relação entre discurso e problemas ecológicos, ilustraremos esse percurso interdisciplinar a partir da apresentação de uma análise discursiva que realizamos em 2018, a fim de entender melhor as relações entre linguagem e aspectos ecológicos. Por ocasião de um curso de mestrado no Programa de Pós-graduação da Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, essa análise se volta para como os relatórios de sustentabilidade de uma multinacional brasileira articulam os diferentes níveis de linguagem, como aspectos discursivos, textuais e sociais. Fizemos um recorte referente à escala situacional do estudo e, nesse sentido, estabelecemos como fonte de dados apenas os últimos três relatórios publicados pela empresa¹⁶, isto é, os relatórios correspondentes ao último triênio de atuação, até o ano de 2018. A razão para tal delimitação vem principalmente da necessidade de delinear nosso estudo dentro de uma margem de exequibilidade, diante dos mais de 10 relatórios publicados pela empresa. Assim, os relatórios foram submetidos a leituras sucessivas, a fim de identificar os aspectos discursivos diante do crivo analítico, enquanto *corpus* a ser analisado, o que nos forneceu entendimento de que eles

¹⁶ O acesso ao relatório se deu através do site de relacionamento da empresa com investidores, no qual os relatórios são divulgados (Disponível em: <<http://jboss.infoinvest.com.br/?idioma=ptb>>. Acesso em: 04 jul. 2018.).

são suficientes para nos possibilitar compreender os pontos cruciais que caracterizam a atuação da empresa diante da sustentabilidade, os quais foram se acumulando a partir das leituras dos mesmos, assim como dos materiais teóricos utilizados para uma análise mais fundamentada.

Como veremos, esse estudo oferece meio de perceber um possível percurso interdisciplinar entre os diferentes campos apresentados anteriormente, dando destaque a relação como a linguagem, através dos relatórios analisados, materializam questões gerais vinculadas a problemática ecológica e de sustentabilidade.

5.1 DIMENSÃO DISCURSIVA

5.1.1 Cadeias intertextuais

O primeiro aspecto da análise refere-se, na dimensão discursiva do estudo, ao nível das práticas intertextuais dos relatórios constituintes do *corpus* e, nesse turno, voltar-nos-emos ao conceito de intertextualidade, que pode se debruçar justamente sobre a categoria de cadeias intertextuais. De acordo com Fairclough (2008), as cadeias intertextuais se definem por meio de relações intertextuais sintagmáticas, as quais contrastam com as relações paradigmáticas da intertextualidade, vinculada a sua dimensão constitutiva (interdiscursividade). Nas palavras do autor, tem-se que essas relações intertextuais sintagmáticas se referem “as séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das series é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 166), o que pode ser notado com certa frequência nos relatórios que constituem o *corpus* da análise.

A seguir, apresentamos um excerto que deixa visualizar práticas intertextuais do *corpus*, na realização de cadeias pelas quais a distribuição de textos exógenos é assumida como parte constitutiva no nível de produção dos relatórios analisados:

1. “A JBS apoia o Programa Novo Campo, em Alta Floresta-Mato Grosso (Brasil), que realiza a recuperação de nascentes e melhora a qualidade da água para os animais, promovendo a pecuária sustentável na Amazônia.” (2016, p. 62).

A vinculação entre a empresa provedora dos relatórios e o mencionado programa que recupera nascentes e melhora a qualidade de água para a criação dos rebanhos é realizada por meio das cadeias intertextuais que apreendemos no relato de apoio que a companhia oferece a prática referida. Tal encadeamento trabalha, no nível dos relatórios, como uma forma de associar a empresa a práticas que contribuam com o entendimento de que ela desempenhe um papel na extensão ou propagação dos cuidados ambientais que possam prover da continuidade das práticas (recuperar “nascentes e melhora[r] a qualidade da água para os animais”) atribuídas ao programa. Como se vê, a relação intertextual entre os dois membros/pares dessa relação adquire um efeito recíproco de suporte, pelo qual a empresa relata seu apoio ao programa, fazendo ressoar níveis de ação que podem caracterizar sua prática socioambiental, enquanto que essa prática socioambiental, que poderia permanecer restrita ao campo de atuação exógena, passa a ser assimilado como uma prática também empreendida pela empresa. O apoio mencionado pela empresa ao programa faz com que, intertextualmente, a relação entre esses pares permita atribuir à primeira parte dos créditos provenientes da prática outorgada ao segundo.

No plano discursivo, todo o êxito atribuído ao programa é, intertextualmente, vinculado à empresa, por meio do relato de seu apoio, o que pode contribuir na formação de uma imagem positiva para aquela. Devidamente, a assimilação que a empresa faz das práticas do programa por meio do relato de seu apoio também deve se estender ao sintagma “promovendo a pecuária sustentável na Amazônia” e, adquirindo uma melhoria de sua representação pela transformação empreendida por meio dessa cadeia intertextual, aquilo que a empresa relatar sobre o programa terá o efeito argumentativo de poder ser atri-

buído a si mesma. Um exemplo interessante, quanto a isso, pode ser identificado no relatório referente ao exercício de 2016, como vemos no fragmento seguinte:

2. A produção do hambúrguer sustentável – que marca pioneirismo no País – ainda observa três outros critérios: monitoramento do gado desde seu nascimento, alinhamento com o Guia de Indicadores de Pecuária Sustentável (GIPS), do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), e verificação independente de todo o sistema de gestão do projeto (2016, p. 104).

A menção a uma produção sustentável de hambúrguer faz ressoar, como um dos critérios observados naquela, um guia responsável por retificar, intertextualmente, a alegação anterior. No nível textual, dá-se o significado dessa relação sintagmática através do vocábulo ‘alinhamento’, de modo que o relatório indica que a sua produção se orienta em direção ao alcance das possíveis instruções preconizadas pelo referido guia. Assim, a partir de Fairclough (2008), no que toca às transformações referentes às cadeias intertextuais, é possível ver, igualmente ao fragmento anterior, a influência transformacional recíproca que se estabelece entre membros/elementos da cadeia intertextual das práticas discursivas particulares do *corpus* analisado, realizando-se, destarte, a indicação de um referencial externo de demonstração de veracidade para a produção dos hambúrgueres, a partir da qualificação que o fragmento passa a lhe imputar. Nessa relação, surge um elemento que funciona, no nível intertextual, como indicador estratégico do valor de verdade contido no adjetivo atribuído à produção de hambúrguer da empresa, como um meio de demonstrar a efetividade com a qual o tema da frase (“A produção do hambúrguer sustentável”) parece se revestir.

Se pensássemos em referência à modalidade da afirmação feita, veríamos que nenhum elemento, nesse fragmento, indica intertextualmente a possibilidade de que esse sintagma não seja digno de nossa crença na exatidão de sua definição. Quem sabe, poder-se-ia até estra-

nhar, caso encontrássemos no corpo dos relatórios analisados algum elemento que viesse a depor contra a construção de uma argumentação objetivada quanto a exatidão de suas definições, como se as informações apresentadas conseguissem alcançar um nível de transparência de linguagem, na qual os sentidos das palavras não podem matizar-se ou apresentar graduações. Contudo, mesmo que áreas como a administração e economia advoguem por um conjunto de nomenclaturas que seja inequívoca, alguns autores oferecem recursos que podem se tomar no nível de problematização direcionada ao discurso da responsabilidade social corporativa, inclusive quanto à existência de terminologias envoltas em confusões de definição, como no caso de sustentabilidade corporativa, ética, sustentabilidade e outros (CALIXTO, 2013), o que tangencia possíveis questionamentos do uso feito em relação às noções de sustentabilidade e outras no âmbito empresarial. De todo modo, como abordaremos mais detalhadamente esse aspecto dos relatórios avaliados, a partir da ênfase no aspecto textual referente ao vocabulário, na próxima seção dessa análise, pretendemos volver a discussão para outro ponto bastante relevante sobre esse assunto.

No que toca à intertextualidade, é possível ver como escape para possíveis ambivalências de certas definições a vinculação de um discurso para com a adesão de séries de textos que, hegemonicamente, possam constituir na composição de uma formação discursiva particular. Aqui, seria necessário, então, falar da formulação de ordens de discurso que articulam recursos contextuais para definição de terminologias importantes para dado grupo ou prática, inclusive por meio das cadeias intertextuais. Vejamos o fragmento subsequente:

3. É o oitavo ano consecutivo que a JBS S.A. reporta essas informações em relatório anual, de forma voluntária, seguindo as diretrizes da instituição internacional *Global Reporting Initiative* (GRI). Nesta edição, adota a nova metodologia GRI Standards. Este relatório, portanto, foi preparado de acordo com as Normas GRI: Opção Essencial (2018, p. 14).

Retirado de uma seção que pretende considerar aspectos referentes à própria formulação do texto, intitulada “Sobre este relatório”, faz-se ecoar aí uma cadeia intertextual que remete às diretrizes seguidas pelo relatório no seu relato das atividades anuais da empresa. Desde já, vê-se desenhar-se o escopo contextual pelo qual algumas terminologias podem ser definidas, quando inclusive fornece referências para as informações apresentadas, no que diz a sua necessidade. As diretrizes indicadas intertextualmente podem delimitar um horizonte a partir do qual os termos oferecidos, na ocasião de alguma ambivalência negativa a construção de sentido, venham a ser definidos, o que passa obrigatoriamente por relações estabelecidas entre campos discursivos (BRANDÃO, 2012).

Genericamente, é possível notar, nesse recurso intertextual, mais que simples indicação de uma instrução institucional para a elaboração de relatórios anuais ou de sustentabilidade, até porque pode-se sempre perguntar sobre o que levaria as empresas a aderirem – voluntariamente, como o texto do relatório indica –, essas orientações assumidas em nosso *corpus*. De todo modo, há algumas indicações como no tocante ao surgimento de padronização de relatórios de sustentabilidade, podendo ser atingido por meio da associação ao *Global Reporting Initiative* (GRI) (ARAÚJO; RAMOS, 2015), como o faz o *corpus*. Com o estabelecimento de objetivo dos relatórios de sustentabilidade, oferecido pelo GRI, pauta-se que essa abordagem recomenda diretrizes para a elaboração de relatórios socioambientais, os quais também podem ser tomados como relatórios de sustentabilidade (CALIXTO, 2013). Esses objetivos da GRI têm-se tornado como que um padrão internacional, fazendo com que sua missão tenha estendido seu alcance a várias versões do GRI, como especificamente a sua terceira, na figura do G3, cujos princípios são estipulados para a elaboração dos relatórios socioambientais, ou do G4, ao qual adere nosso *corpus*.

De todo modo, deve ser possível considerar essa demanda por padronização diante da popularidade de certos paradigmas e, como al-

guns autores sugerem, provavelmente, há outros aspectos vinculados à aderência a alguns tipos de modelos para o relato de informações socioambientais, que pode representar uma maior agregação de valor para os relatórios, sendo que, além disso, alguns autores propõem inclusive voltar sua atenção para como se alcançar geração de valor (financeiro-econômico) através da sustentabilidade (ARAÚJO; RAMOS, 2015). Contudo, no que toca à estruturação de ordens de discurso, vemos que os elementos da diretriz GRI para a elaboração de relatórios configuram-se pela associação de aspectos social, ambiental e econômico, a qual pode representar um dos pontos principais referentes a ordem de discurso acionada pela cadeia intertextual nos relatórios analisados.

Essa abordagem tripartida da sustentabilidade, conhecida mundialmente como *Triple Bottom Line*, pode de fato alçar ao nível de uma ordem de discurso por meio da qual as corporações passam a estabelecer uma delimitação para suas construções de sentidos através de referências a certas representações. Sem também antecipar questões relacionadas à análise a ser empreendida sobre o papel dessa abordagem para a configuração de estruturas textuais, vale mencionar que, mesmo sobre modelos de relatórios socioambientais, em referência ao *Global Reporting Initiative*, esses não estão isentos de crítica, podendo ser feita alusão a práticas retóricas (COELHO; GODOI, 2010) ou possibilidade de vieses (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013) nos relatórios.

Essa e outras questões diante de certos modelos para a elaboração de relatórios sugerem que mesmo a inserção de um termo em formações discursivas, como campos de enunciados, não consegue eliminar todas as possibilidades semânticas ou representativas que aquele possa conter, mesmo que uma ordem estabilizada de discurso procure homogeneizar seus sentidos. Essa impossibilidade revela-se pelas interações diversas que se realizam nos e entre os textos, como iremos observar na seção de análise social dos relatórios.

Todos esses pontos são visivelmente favoráveis à nossa análise de discurso, não só por meio de conceitos como o de intertextuali-

dade e, diante da interpretação anterior sobre o funcionamento de cadeias intertextuais que, nos relatórios, englobam remissões feitas para as diversas práticas nos relatórios estudados, vemos que essas cadeias parecem se relacionar à própria vinculação a ordens de discurso hegemônicas. Por tais convergências, podemos identificar as diversas “ressonâncias” e/ou remissões discursivas, no escopo dos relatórios tomados como *corpus*, ao modo de sugerir uma intertextualidade que possibilita apreender, primeiramente, como esses aspectos intertextuais se relacionam com o desenvolvimento da argumentação dos discursos e como recorrem à pressuposição para fortalecer os sentidos que pretendem construir. De qualquer maneira, nesse nível, as relações com as diversas dimensões dentro dos campos de enunciados de uma formação discursiva, fazem com que, conseqüentemente, a intertextualidade tenha seu papel na reprodução de elementos da ordem de discurso. Contudo, mesmo que a constituição intertextual heterogênea possa assumir a forma subsequente de elementos convencionais em uma nova ordem de discurso (FAIRCLOUGH, 2008), essas ordens, ao apresentar elementos que incorram em insuficiência para a amplitude de significados que os termos podem oferecer, também estão passíveis a rearticulações, o que possibilita uma desautomatização de qualquer inferência pressuposta, como poderemos apreender da subseção seguinte.

5.1.2 A construção do sujeito intérprete

A intertextualidade parece funcionar também, nos relatórios analisados, como meio de construção de identidades, como formas de investimento que esses podem gerar sobre os leitores, as quais atuam na mobilização de alguns *stakeholders* diante tanto dos produtos “oferecidos” quanto das demonstrações financeiras lucrativas, adequações legais das práticas corporativas e seus aspectos positivos gerais em termos de responsabilidade social. Iniciaremos pela análise do primeiro caso, para a qual indicamos algumas considerações de Fairclough

(2008) que ajudam a entender melhor essa prática que pode ser interpretada como estratégia discursiva. O linguista britânico rejeita a concepção errônea de um sujeito preexistente ao discurso, a qual vem a situar o sujeito-intérprete tanto acima quanto fora da intertextualidade. Contudo, não seria contundente ignorar a importância do discurso e muito menos da intertextualidade na compreensão de como o sujeito se constitui ou é investido a se constituir. Além disso, vale frisar que a constituição do sujeito assume uma vinculação com a constituição dos grupos sociais, pela própria intertextualidade.

Nessa altura, fica mais latente o entendimento de construções identitárias que podem se desenvolver a partir da constituição do sujeito-intérprete no *corpus*. Como se verá nos relatórios analisados, essa construção de identidade é muito evidente em citações e remissões intertextuais a certos grupos relacionados em torno de questões como a sustentabilidade ou outros programas associados à temática da ética ou direitos humanos, por exemplo. Essa vinculação pode propiciar aos consumidores dos produtos oferecidos uma associação identitária com a sustentabilidade ou outros temas que possa persuadir – efeitos perlocucionários, ao modo de Austin (1990) – aqueles que não consomem certos produtos a se interessarem por aqueles associados com instituições que alegam desenvolver práticas favoráveis à sustentabilidade, ética, direitos humanos e afins. Observe-se um fragmento:

4. Para aproximar-se de clientes e consumidores por meio de um portfólio de marcas e produtos de valor agregado, que é o intuito da JBS, a Companhia pauta a sua atuação na qualidade. E qualidade, para a JBS, não se refere apenas ao produto. Qualidade envolve operar dentro dos padrões mais elevados de sustentabilidade social, econômica e ambiental, ter a melhor equipe de colaboradores, com as pessoas certas nas posições corretas, fábricas de última geração e parceria nas relações com seus públicos (2016, p. 18).

Nesse excerto, percebe-se a vinculação da empresa com práticas discursivas que, ao invés de serem questionadas em termos de veracidade material das informações, oferecem recursos que podem atuar na constituição da subjetividade. De todo modo, essa possível delimitação de nível identitário funciona tanto em direção dos consumidores, o que se faz de modo indireto, quanto aos próprios acionistas, possivelmente como principal interlocutor dessas orações, já que a menção do “portfólio de marcas e produtos” oferecido aos primeiros, juntamente com os clientes¹⁷, é qualificado por uma locução adjetiva (“de valor agregado”) que demarca o lugar discursivo de quem vislumbra a criação de valor na cadeia de produção.

Quanto ao procedimento de construção de identidades por meio do *corpus*, pode-se remeter a algumas cadeias intertextuais analisadas anteriormente, a fim de observar como a constituição de grupos sociais pode estar vinculada à constituição do sujeito intérprete e ainda servir de ferramenta ao trabalho ideológico do discurso, como assinala Fairclough (2008). Nesses casos, retomamos que, na doutrina da intertextualidade, a concepção de coerência tem um papel relevante na interpelação ideológica, já que o intérprete busca resolver plenamente as contradições dos textos, tanto podendo resistir quanto reconciliar parcialmente ou resolver as contradições, de acordo com seus propósitos imediatos.

Tal dimensão estende à intertextualidade o realce dos aspectos político-ideológicos de toda leitura, ao ponto de assumir uma posição oferecida pelo discurso. Estamos aqui diante do nível dos pressupostos de um texto e, no caso desta análise, a construção dos sujeitos intérpretes na qual os relatórios se engajam, inclusive no uso de termos como *stakeholders*, perderiam todo efeito de sentido positivo caso o leitor não assumisse as pressuposições esperadas quanto às representações formuladas em torno de conceitos como ‘qualidade’ e ‘sustenta-

17 A empresa direciona, como seus clientes, “redes varejistas, clubes de atacado e empresas do setor de *food service* (restaurantes, hotéis, distribuidores de serviços de alimentação e processadores complementares)” (JBS, 2016, p. 16), os quais se diferenciam dos consumidores dos produtos.

bilidade', no fragmento 4. Dependendo do lugar discursivo ocupado pelo leitor, as considerações elencadas poderiam variar relativamente em termos de representação e, uma vez que a representação de discursos pode se realizar no nível de intertextualidade manifesta (ALENCAR, 2009), a própria percepção do sujeito intérprete precisaria ser delimitada por pressupostos, diante da heterogeneidade discursiva de destaque pela atenção à intertextualidade. Seja na forma constitutiva ou na forma de intertextualidade manifesta, expressa por citação, amplia-se o papel da intertextualidade e dos seus diferentes níveis, na compreensão da pressuposição como seu próprio elemento, em torno de sua assimilação em vínculo com a intertextualidade.

Além disso, pode-se reconsiderar que tanto as pressuposições e a intertextualidade quanto a sua interpretação podem ser situadas a partir de posições do sujeito intérprete, que possibilita que sejam feitas conexões e inferências. Assim, estamos diante da possibilidade tanto de submissão quanto de resistência para os intérpretes, como sujeitos sociais, sendo prejudicial esquecer que as capacidades para a leitura crítica são oferecidas de modo desigual, o que pode trabalhar em conjunto com discursos hegemônicos (FAIRCLOUGH, 2008). De todo modo, mesmo no nível da intertextualidade, há a possibilidade de desarticulação da vinculação intertextual anterior de um texto por leituras resistentes, acrescentando uma nova dimensão de intertextualidade do texto que sustente sua interpretação, de modo que a articulação própria dos elementos intertextuais seja passível à luta hegemônica pelas interpretações resistentes, importando avaliar devidamente sua eficácia política e ideológica.

Diante disso, pode ser relevante ver como a intertextualidade, nesse turno, pode trabalhar nas relações sintagmáticas intertextuais, quando os discursos transformados em cadeias intertextuais, como as analisadas, as quais podem atuar na projeção de identidades para os intérpretes, parecem tentar fortalecer uma argumentação que gire em torno de elementos ideológicos preestabelecidos. Como será visto no

trabalho ideológico ambivalente e heterogêneo analisado na seção 3 deste capítulo, a coerência, quando abordada, poderá ser tida como propriedade que um intérprete impõe aos textos, sendo que diferentes intérpretes, incluindo o produtor do texto, possivelmente geram leituras diversas, mas igualmente coerentes de um mesmo texto (FAIRCLOUGH, 2008).

A partir daqui, podemos nos voltar ao caso da criação de sujeito intérprete advinda da ênfase em demonstrações financeiras lucrativas, adequações legais das práticas corporativas e seus aspectos positivos gerais em termos de responsabilidade social, os quais favorecem a comunicação direcionada aos acionistas e possíveis investidores. Diante desse ponto, é preciso ver como o *corpus* aponta para um destaque dado aos acionistas e investidores e, para tanto, veja-se o seguinte fragmento:

5. Na JBS S.A., a estrutura de Governança Corporativa se apoia em duas principais instâncias: Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Mais alto órgão de governança da Companhia, o primeiro reúne representantes dos acionistas com o intuito de determinar as linhas centrais dos negócios e metas relativas aos temas econômicos, sociais e ambientais, além de decidir sobre questões-chave, em linha com as competências que lhe são atribuídas pelo Estatuto Social (JBS, 2017, p. 37).

Como fica explícito, inclusive ao ponto da inferência que os pressupostos nos fornecem, os acionistas ocupam um lugar de destaque na configuração corporativa apresentada no *corpus* e, do ponto de vista da criação de leitores coerentes por essas práticas, vemos a indicação de que os acionistas terão preponderância não apenas como posições intérpretes, mas também como quem possa construir novas interações aos demais *stakeholders*. Textualmente, vemos a participação destacada desses na determinação de “linhas centrais dos negó-

cios e metas relativas aos temas econômicos, sociais e ambientais”, pela qual pode-se atuar fortemente na construção de sujeitos intérpretes dos relatórios, uma vez que todos os níveis abordados naqueles, seja o econômico, o social ou o ambiental, estão elencados entre o domínio de atuação dos acionistas. Ademais, vê-se também a importância dada aos acionistas na decisão “sobre questões-chave” da empresa. Nesse ponto da análise, mostra-se necessária a discussão sobre responsabilidade social corporativa e como os acionistas são, de modo geral, vistos nessa teoria, de modo a podermos cotejar a conjuntura com os relatórios analisados nessa seção.

Alguns autores entendem o contexto corporativo atual como inserido na era da responsabilidade e, nessa ordem, destaca-se a responsabilidade social corporativa (RSC) e a própria associação do discurso corporativo da RSC. Calixto (2013) também fornece elementos conceituais em torno da responsabilidade social corporativa, enquanto passa-se a intencionar o posto de empresa socialmente responsável e, de acordo com Mota, Mazza e Oliveira (2013), o conceito de contrato também é proveitoso para a discussão sobre RSC, sendo que, no sentido de crescimento de ações que visam a sustentabilidade, os autores apontam o vínculo das ações de RSC com o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é considerada a existência de abordagem estratégica para a RSC, em diferentes fases corporativas diante dos aspectos ambientais, cujo papel para os stakeholders se mantém sobre a exigência de informações ambientais, diante dos quais os relatórios ambientais atuam.

Dada a incorporação de *Triple Bottom Line* pelo viés da responsabilidade social corporativa, ainda podem ser vistas diversas perspectivas sobre a RSC, observando-se conceitos e abordagens variadas sobre o tema, as quais, em alguns casos, vêm como obrigação a resposta dada às externalidades positivas e negativas geradas pela atuação do mercado (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Nesse sentido, podemos mencionar as possíveis pressões que podem se desenvolver para

o favorecimento da responsabilidade socioambiental, mesmo que, a partir daqui, possa sugerir uma atenção à criação dos sujeitos intérpretes, remanescendo aí posições de resistência para os consumidores, que, enquanto *stakeholders*, podem ir mais longe do que o indicado pelos pressupostos ideológicos e reivindicar participação tanto diante da leitura/produção das informações oferecidas, quanto diante de outras possibilidades de atuação.

De todo modo, há o surgimento de vários elementos de pressão das grandes empresas para que implantem políticas favoráveis ao desenvolvimento sustentável, impulsionando e gerando motivos para o desenvolvimento da Sustentabilidade Empresarial (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013). Assim, são mencionados fatores de influência para se implementar, conscientizar e organizar práticas de sustentabilidade empresarial. Por outro lado, do ponto de vista do desenvolvimento da RSC, alguns autores comentam sobre a melhoria da imagem e ganhos financeiros alcançados com os investimentos socioambientais (CALIXTO, 2013) e, de todo modo, como o surgimento global de modelo de gestão voltada à sustentabilidade, diante do panorama de vinculação da internacionalização da economia, pautado no crescimento econômico infinito, que pode ignorar seus perigos sociais e ambientais, tem-se que a dificuldade dos modelos empresariais parece despontar quando permanecem vinculando sustentabilidade com esse crescimento econômico infinito (LARA; OLIVEIRA, 2017).

No que toca ao contexto latino-americano de desenvolvimento da RSC, vê-se que o tema não é prioritário para essas empresas, estando aí em estágio inicial e, muitas vezes, restringindo-se às grandes empresas (CALIXTO, 2013). Diante dos fatores de influência da RSC latino-americana e suas principais organizações direcionadoras, aponta-se um adiantamento comparativo do Brasil quanto a RSC, ainda que a própria literatura brasileira em torno do tema destaque, entre outras coisas, a melhoria da imagem das organizações como motivação para o engajamento nas práticas referentes à responsabilidade

social, mesmo possivelmente em caso de implementação de políticas públicas, ao atenderem também a interesses privados, que estejam relacionados à reputação e à imagem da empresa (CALIXTO, 2013). Sendo diversos os tópicos citados na literatura brasileira sobre RSC, tem-se que seu vínculo às atividades filantrópicas no Brasil se dá até a década de 1980, o que remete à relação inicial da RSC a esse tipo de atividades, visto o tema de transição de atividades filantrópicas para atividades socioambientais, sendo inclusive postulada a possível origem da RSC na abordagem filantrópica, a qual cabe ser distinguida (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Dito isso, a RSC surge também como elemento importante de construção de sujeitos intérpretes em nosso *corpus*, como veremos a seguir:

6. O compromisso de fornecer alimentos seguros, com foco em qualidade, compreende uma série de estratégias e iniciativas que são desenvolvidas e aplicadas nas várias etapas da cadeia de valor. Incluem ações de ecoeficiência dos processos e responsabilidade ambiental voltadas a aprimorar constantemente os padrões de operação, fabricação e fornecimento de produtos alimentícios, de forma a contribuir para a sustentabilidade dos negócios da JBS (2018, p. 138).

7. Em 2015, foram registrados no SAC três questionamentos por e-mail sobre questões ambientais: dois deles para conhecer os projetos de responsabilidade ambiental da empresa e um para perguntar sobre as certificações que a JBS possui. Todas as dúvidas foram sanadas pela Companhia (2016, p. 83).

Pelo que fica explícito intertextualmente, a responsabilidade corporativa da empresa é vinculada principalmente ao nível ambiental, mesmo que o tema seja enfatizado, muitas vezes, através da apresentação de prêmios atribuídos às suas práticas. Isso reforça os efeitos de

sentido diante da construção dos sujeitos intérpretes e, por meio disso, podemos ver como um simples ato de discurso, aparentemente constativo, pelo qual se pretenderia apenas fornecer informações, pode surtir em efeitos significativos na construção de identidades para as práticas de produção e interpretação discursivas, uma vez que todo elemento apresentado em um texto funciona no nível estratégico dos significados.

Nessa perspectiva, é possível relacionar o tema da RSC à teoria dos *stakeholders* (CALIXTO, 2013), de modo a analisar o papel de preponderância que pode ser dado a certos atores. Por esse sentido, retomáramos a leitura do fragmento 5. Como fica marcado textualmente, vê-se a inserção dos acionistas no nível de atuação do Conselho de Administração, considerado o “Mais alto órgão de governança da Companhia”, diante da qual assume importantes funções dentro da estrutura corporativa da empresa. Tal feito coloca em destaque esse ator social, entendendo que os *stakeholders* representam fonte potencial de valor ou de risco para uma empresa (ARAUJO; RAMOS, 2015).

Por esse entendimento, podemos perceber a variedade de direcionamento dos relatórios de sustentabilidade aos *stakeholders*, de modo que podem divergir as suas demandas, diante das respostas das empresas às pressões das partes interessadas. Alguns autores mencionam a abordagem do *shareholder* de Freidman, pela qual a RSC tentaria conciliar as demandas dos acionistas e o interesse da sociedade, mesmo que, nesse último caso, o interesse da sociedade deva ser de responsabilidade do próprio governo e não das empresas (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Sendo conflituosas as visões teóricas do *stakeholders* e dos *shareholders*, passa-se a perceber a inclusão de outros grupos sociais na primeira abordagem, proposta por Freeman.

Contudo, Araújo e Ramos (2015) sintetizam uma compreensão que parece estar implícita nos discursos corporativos, na qual o acionista é tomado como *stakeholder* principal e, nesse sentido, os autores apontariam, em relatórios estudados por eles, a falta de informações financeiras que possibilite análises de custo-benefício das ações

socioambientais. Nessa linha, vemos que o *corpus*, majoritariamente, não oferece uma consolidação informativa sobre aspectos relacionados ao ponto de vista financeiro-monetário dos benefícios à sociedade relatados, o que, na avaliação, parece servir de exemplo a heterogeneidade ideológica dos relatórios estudados por nós, a qual será abordada mais propriamente na seção analítica sobre ideologia.

De qualquer maneira, entendemos que a perspectiva neoclássica, a qual os autores se vinculam, talvez nunca consiga dar conta da consolidação da sustentabilidade, inclusive devido a sua desconsideração do valor intrínseco da natureza (ARAUJO; RAMOS, 2015). Mesmo que concordemos com a importância dos aspectos econômicos e contábeis para a sustentabilidade e da necessidade de desenvolvimento das competências econômicas para aquela, ainda assim, entendemos que uma linguagem monetária não é suficiente para a formação de uma sociedade sustentável, podendo serem certos aspectos dessa inexprimíveis do ponto de vista meramente financeiro.

Consequentemente, a justificação de uma análise de custo-benefício pelo efeito social das empresas e pelos recursos que usam (ARAUJO; RAMOS, 2015) só estará, ao nosso ver, bem posicionada se favorecer a sociedade e estiver em prol das comunidades e seus *habitats* e não das próprias empresas, as quais passariam a agir visando apenas lucrar com suas ações ambientais. Pelos motivos elencados na justificativa anterior, essa análise de custo-benefício deveria gerar “valor” – expresso ou não em termos monetários, já que certos valores ambientais podem se inscrever em variáveis diferentes de teor qualitativo que não podem ser manifestas na perspectiva neoclássica – para a sociedade, não se restringindo unicamente às empresas. Enquanto, nos relatórios de sustentabilidade analisados pelos autores, é dada ênfase no valor para o acionista, enquanto indicador de sustentabilidade, e a economia fiscal, pela responsabilidade social corporativa, diante da qual aqueles apontam estratégias para “criação” de valor, temos que, no *corpus*, pode-se perceber que a geração de intérpretes coerentes dos

elementos intertextuais trabalha em concordância com as dimensões dos tipos de significados, destacando-se principalmente o ideacional e o interpessoal, como analisado.

Por fim, no que trata a heterogeneidade e ambivalência ideológica encerradas no *corpus*, no encaço da criação de sujeitos intérpretes, vê-se oportunamente superar a ênfase ao caráter estritamente monetário-financeiro das ações socioambientais. Isso pode configurar-se num dilema que a empresa anteveja, uma vez que, enquanto negocia títulos no mercado de ações, tem como acionista majoritário membros vinculados diretamente aos fundadores da empresa, sendo que, para entender melhor essa característica corporativa, consideremos o que fala Ha-Joon Chang (2013) sobre o tema do capitalismo de acionista. Nesse contexto, o valor de uma empresa passa a ser medido pela sua capitalização no mercado de ações, diante da qual vê-se avultar a criação de maximização do valor do acionista, representando possibilidade de opressão de outros *stakeholders*, como os empregados e os governos, no que toca à disponibilização de subsídios e reduções de alíquotas de impostos, ao ponto de ocasionar desigualdades de renda. O autor vê desvantagens, inclusive econômicas, do capitalismo do acionista pela falta de distribuição ascendente de renda, o que pode gerar empecilhos até para as empresas, por motivos diversos, como o fato da maior geração de lucro que se destine aos acionistas poder comprometer sua perspectiva de longo prazo.

Assim, a partir desse contexto, pode sobressair o dilema mencionado anteriormente, pois, visto o descompromisso dos acionistas com a viabilidade da empresa a longo prazo, seria a sustentabilidade, observada no *corpus*, uma estratégia de maximização do valor do acionista ou um engajamento relacionado com a manutenção dos ecossistemas e da vida, como uma concepção de sustentabilidade planetária? A empresa se engajaria em ações socioambientais tendo vista a permanência dos meios naturais e das manifestações vitais que aqueles imprimem ou apenas uma maior atratividade diante da competitivi-

dade de mercado? Isso parece estender-se ao exemplo de ambivalência em torno da definição de sustentabilidade posicionada entre interesses gerais de proteção dos ecossistemas e da perenidade da empresa!

Outra questão é que, uma vez que há um entendimento da sustentabilidade, inserido no contexto hegemônico empresarial, apontado por Lara e Oliveira (2017), essa atuação exclusivamente no oferecimento de redução de gastos operacionais que poderiam se voltar, aos acionistas, como dividendos que sejam mais elevados, convertendo-se em um maior preço de compra das ações ou haveria algum significado mais amplo em suas práticas? Essas questões devem ser consideradas, no caso do *corpus*, pelo fato de remeter a uma empresa na qual os acionistas majoritários estão ligados diretamente aos fundadores da empresa. Nesse dilema, como esses interesses seriam materializados em termos discursivos nos relatórios analisados? Essas questões oferecem uma boa conjuntura para categorias que serão mais detidamente analisadas na seção referente à análise social do objeto de estudo, como meio de entender, pelo menos em parte, a heterogeneidade e ambivalência ideológica que ele apresenta.

5.2. DIMENSÃO TEXTUAL

5.2.1 Vocabulário

Na análise que dá ênfase à dimensão textual do *corpus*, voltaremos nossa atenção primeiramente à abordagem da categoria referente ao vocabulário, centrando-nos em termos como sustentabilidade e sustentável, de modo que faça convergir discussões sobre a representação da sustentabilidade que devidamente percebemos estar relacionada aos vocábulos utilizados. Contudo, mesmo que estejamos estudando esse aspecto a partir da ênfase no nível textual de vocábulo, referente ao conceito de sustentabilidade usado no *corpus*, não poderíamos ignorar questões políticas que tocam o contexto socio-histórico mais amplo de elaboração das significações para esses termos. Como

visto anteriormente, Fairclough (2008) apresenta que os conceitos de *wording*, lexicalização e significação oferecem uma melhor indicação das sobreposições e competições sociais em torno dessa categoria, de maneira a revelar sua dimensão político-ideológica. Alguns pesquisadores apontam o entendimento da sustentabilidade igualmente como um construto social (LARA; OLIVEIRA, 2017; COELHO *et al.*, 2012), de modo que essa construção da realidade social em torno da própria sustentabilidade está vinculada à percepção e a identidades, o que corrobora a concepção de ideologia e ressalta a dimensão ideológica do *corpus* que será abordada na seção 3 desta análise.

No que toca inicialmente à análise do vocábulo sustentabilidade nos relatórios estudados, parece propício considerar algumas questões mais gerais sobre o conceito que o primeiro encerra, vinculando-se especialmente aos termos como desenvolvimento e crescimento sustentável. De acordo com Araújo e Ramos (2015, p. 135-6), o resultado dessa associação surge como “uma das principais bandeiras políticas da União Europeia e dos países da OCDE”. Igualmente, pode-se dizer que haja um interesse do setor privado e da sociedade civil brasileiros em ações socioambientais que também se associa ao vocábulo considerado, sendo que, inclusive, alguns autores acabam por estabelecer a equiparação entre desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Nesse feito, dá-se a repercussão do tema sustentabilidade, entendida como responsabilidade não meramente localizada, mas sim globalizada (KREMER *et al.*, 2017).

É bastante relevante também se perguntar sobre as motivações das empresas no desenvolvimento sustentável e, dentre vários entendimentos, Arruda, Quelhas e Franca (2013, p. 304) compreendem que, entre as empresas analisadas em seu estudo, o interesse na implementação do que se entende por desenvolvimento sustentável se origina “no ambiente competitivo advindo de mudanças nos padrões de produção, da globalização da economia, exigências do contratante e de leis ambientais”. No tocante ao último ponto, as empresas analisadas,

mesmo indo, às vezes, além das obrigações legais, permanecem atreladas ao modelo tradicional de gestão que pode se estender à dimensão ambiental, apresentando uma concepção ecológica reducionista no gerenciamento de pessoas. Nesse aspecto da gestão ambiental, a implementação de ações ambientais pode passar por diferentes fases dos aspectos ambientais corporativos (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013) e, a despeito de que nível os cuidados ambientais são assumidos estrategicamente, o *corpus* faz uso desse conceito, em convergência ao vocábulo analisado:

8. A gestão dos negócios é feita com o compromisso de atuar de forma responsável e sustentável. Para gerenciar e minimizar o impacto das operações, a Companhia adota iniciativas no sentido de reduzir o uso de energia e de emissões de gases de efeito estufa, diminuir o consumo de água e descargas de efluentes, além de destinar adequadamente seus resíduos (2015, p. 4).

O excerto apresenta, em termos gerais, algumas atividades que são realizadas no intuito de atingir uma atuação dita “responsável e sustentável” e, nesse caso, vemos como a concepção articulada pelo vocábulo sustentabilidade, enquanto prática a ser implementada, permanece atrelada ao panorama atual, pelo qual as empresas passam a “incluir o conceito na prática organizacional, tal como se representasse uma constante trajetória dos negócios” (COELHO; GODOI, 2010, s/p), sendo que a sustentabilidade torna-se, entre outros, um dos termos enfatizados pela responsabilidade social corporativa.

Outro uso do vocábulo abordado no *corpus* faz referência ao desenvolvimento sustentável:

9. A Companhia está continuamente focada em manter altos níveis de segurança e de qualidade alimentar, fator essencial para atender as especificações dos clientes, prevenir contaminações e mi-

nimizar os riscos de epidemias de doenças animais. Para isso [...] estrutura as etapas de sua cadeia produtiva, de forma a promover o desenvolvimento sustentável (2016, p. 109-110).

Quanto ao patamar de significação possível do termo a partir dos relatórios analisados, percebemos em decorrência desse fragmento que não há, nos relatórios referentes aos dois anos finais de abrangência de nossa análise, uma definição mais pautada na dimensão ecológica ou em nível planetário do que se entende por desenvolvimento sustentável. Percebe-se sim como a definição vinculada ao vocábulo faz ressaltar a sustentabilidade, enquanto conceito, resultante do vínculo gerado entre economia e ecologia, mas com reduzida relevância dessa. Pouca ou nenhuma consideração é feita no sentido de estabelecer uma compreensão específica dos significados socioambientais com os quais o termo se reveste, corroborando para o que entendemos na seção anterior quanto às cadeias intertextuais remetentes a outros textos que multiplicam suas acepções possíveis dentro de uma ordem de discurso dada. Por outro lado, ao falar em definição da sustentabilidade, vê-se comumente surgir possibilidades diversas ou até mesmo divergentes do vocábulo, inclusive diante da existência de matrizes conceituais voltadas quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013). Não por acaso, entende-se como variadas as definições de sustentabilidade, o que não impediu de todo a inserção dessa no modelo da transição paradigmática, diante da compreensão de insustentabilidade que o atual paradigma socioeconômico deixa antever (COELHO et al., 2012).

Para Lara e Oliveira (2017, p. 330), ao considerar sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, tem-se que esse “representou um novo modelo conceitual harmônico e virtuoso que integraria a agenda de desenvolvimento das nações”, de modo a alcançar uma maior perenidade de definição, a partir do relatório Brundtland, no qual é tido como “aquele que atende as necessidades do presente,

sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO DE BRUNDTLAND apud LARA; OLIVEIRA, 2017, p. 330). De todo modo, em torno da discussão sobre o vocábulo destacado, mesmo a definição anterior não impossibilitou o uso cosmético da sustentabilidade, de forma que sua determinação seja estabelecida pela ideologia dominante que, para Lara e Oliveira (2017), é denominada de economicista, apoiando-se em instituições e práticas que podem, essas últimas, muito bem se associar, ao nosso ver, a ordens de discurso hegemônicas.

Nesse sentido, devemos entender a vinculação da sustentabilidade com o ímpeto desenvolvimentista atrelado à conjuntura econômica atual (LARA; OLIVEIRA, 2017) e, nesse entendimento, o *corpus* analisado expressa, implícita e explicitamente, sua aderência à lógica expansionista, como é de se esperar das formações discursivas as quais se associa e que serão melhor consideradas na seção 3, referente à dimensão social dos relatórios. De toda maneira, o plano desenvolvimentista, diante de sua divisão trifásica, tem suas duas primeiras etapas relacionadas com medidas do crescimento, enquanto sua última está voltada à condição de sustentação do próprio capital, surgindo a definição de desenvolvimento sustentável. Será nesse nível da discussão que vale destacar, novamente, o desenvolvimento sustentável como produção discursiva e histórica ou produto linguístico, histórico e cultural e, nesse contexto, no qual as instituições e práticas hegemônicas contribuem com a reprodução das ideologias dominantes, tem-se que o desenvolvimento sustentável acaba sendo aquilo que é determinado pelos interditos do economicismo (LARA; OLIVEIRA, 2017).

Essa conjuntura acaba por estabelecer convenções de uso do vocábulo sustentabilidade, de modo que venha a favorecer as perspectivas econômicas dos seus emissários e, em torno desses interditos, essa funcione como qualificador que aciona sentidos positivos para os entes, coisas, ocorrências, paragens, atividades, dentre outras dimensões, às quais passe a “adjetivar”. Assim, o funcionamento do léxico

sustentabilidade ou sustentável como qualificador pauta-se na caracterização de vantagens aos “objetos” a que se refere em atributo, mesmo a despeito de consenso técnico (LARA; OLIVEIRA, 2017), bastando que as formações sejam acessadas por meio de referências diversas, seja no nível textual, intertextual, ideológico e outros, às ordens de discurso hegemônicas. Em torno disso, vale destacar que o relatório referente ao primeiro ano de abrangência da pesquisa apresenta, na seção referente ao seu conteúdo concernente à sustentabilidade, uma definição específica sobre o vocábulo:

10. O conceito de sustentabilidade cresce a cada ano na JBS, sendo aplicado em várias etapas da cadeia de valor. Tem como objetivo assegurar a perenidade dos negócios e contribuir para o desenvolvimento de produtos e serviços de qualidade, além de criar valor aos públicos de relacionamento por meio da promoção do desenvolvimento social e redução de impactos ambientais (JBS, 2016, p. 57).

Como argumentado, mesmo essa definição não parece se desvincular da conjuntura caracterizada pelas ordens hegemônicas de discurso sobre a sustentabilidade, uma vez que multiplica sentidos a elas associados. Assim, para analisar as implicações desse conceito na argumentação, como uma reprodução de formações discursivas hegemônicas, cabe considerar principalmente que a “promoção do desenvolvimento social e redução de impactos ambientais” estão explicitamente atreladas à criação de “valor aos públicos de relacionamento [da empresa]”, sendo que, nesse nível, é válido mencionar, como já foi analisado anteriormente, a desproporcionalidade de importância dada aos diferentes *stakeholders*. Aqui, vê-se “ecoar” elementos ideológicos específicos da ordem socioeconômica atual que funcionam como efeito extra de sentido, cuja indicação faz com que se concebam, sem muita problematização ou questionamento possível, associações favoráveis à aceitação prévia de uma sentença. Esses aspectos acabam por gerar

a possibilidade de uso do vocábulo em questão de forma estratégica, em termo de aplicação a partir do seu campo de significação bastante polissêmico, como será visto na seção 3, dessa análise. Por meio desse mecanismo, há uma associação entre conceitos problemáticos (criação de valor) que tangenciam uma definição do termo sustentabilidade, vinculado às expressões como “desenvolvimento social” e “redução de impactos ambientais”, em consonância a certos interesses a serem alcançados, os quais acabam por encontrar legitimidade de expressão. Por outra via interpretativa, inclui-se então possibilidades de uso escuro do vocábulo sustentabilidade, quando prioriza o fator econômico em restrição das vertentes social e ambiental (ARRUDA; QUELHAS; FRANCA, 2013), podendo concordar com a análise anterior sobre o destaque a certos *stakeholders* no *corpus*, corroborada pela conjuntura do desenvolvimento sustentável identificada por alguns pesquisadores, ao vincular-se à criação do valor do acionista de longo prazo.

Mota, Mazza e Oliveira (2013) apontam a realização de uso manipulativo da sustentabilidade, a partir da percepção de camuflagens de informações, em certos relatórios, ou pouca especificidade de definição, pelas quais a sustentabilidade é sobressaída enquanto elemento de competitividade, de modo, inclusive, a garantir uma forma de legitimação social para as empresas. Desse contexto, entende-se a equação do vocábulo considerado com a obtenção de lucros, na vinculação da sustentabilidade à competitividade, que faz uso das ações de responsabilidade social corporativa para se obter vantagens competitivas. Assim, na falta de ações concretas que venham a tornar uma empresa sustentável em termos estratégicos corporativos, alguns autores apontam a incompatibilidade entre autodeclaração de empresas como “estrategicamente sustentáveis” e ausência de menção ao desenvolvimento sustentável, em suas visões de atuação (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

De todo modo, pode ser feita a indicação das razões que sustentam o entendimento de incipiência da consciência de desenvolvimento sustentável brasileira (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013),

sendo que, pela condição exordial da sustentabilidade empresarial, multiplicam-se confusões e mal-entendidos que podem surgir do uso do termo sustentabilidade sem uma definição detalhada. Ao nosso ver, essas questões de definição entram igualmente no campo político, pois, como se verá na seção 3, certas ideologias recorrem a polissemia do vocábulo sustentabilidade para gerar efeitos de sentidos e contornar as contradições lógicas que, por ventura, possam incorrer. Considere-se outra definição apresentada no *corpus* no que toca ao estabelecimento de prioridade quanto às dimensões econômica, social e ambiental:

11. “Para a empresa, a sustentabilidade é uma jornada de melhoria contínua, que envolve superar o desempenho dos negócios a curto e longo prazo, equilibrando e gerindo fatores econômicos, sociais e ambientais.” (JBS, 2018, p. 140).

Recorrendo a um uso geral em referência às dimensões sociais, ambientais e econômica, vê-se intensificar certa ambivalência da definição quando constrói a fórmula “uma jornada de melhoria contínua”, que vincula os resultados a uma margem indefinida de tempo. Assim, como de modo geral no *corpus*, seria possível dirimir a ambivalência do vocábulo sustentabilidade por sua inserção na ordem hegemônica de discurso e, nesse intento, é possível tomá-lo como sendo sinônimo de sobrevivência dos negócios da empresa, trabalhando em conjunto com a ampliação das margens produtivas e financeiras no “espaço” e tempo? Ou seria possível entender esse vocábulo, a partir do *corpus*, como uma sustentabilidade global na qual se destaca a preocupação com a manutenção das condições presentes e futuros para a sociedade em geral? Textualmente, caberia optar pela primeira alternativa; intertextualmente, temos algumas cadeias intertextuais que, de qualquer maneira, não se aproximam muito da segunda opção; enquanto que, ideologicamente, tem-se o apontamento para uma terceira possibilidade (crescimento sustentável) que só se justifica dentro das ordens hegemônicas de discurso, sustentadas pelo economicismo expansionista.

Nesse sentido, até mesmo com o entendimento de que o uso dos recursos precisa ser feito com vista a uma reformulação das demandas de consumo, pode-se não necessariamente perceber que o atual sistema produtivo é insustentável, visando apenas, a partir de um gerenciamento que proporcionaria um lucro duplo com a redução das despesas a partir de “melhorias” técnicas na utilização de recursos, a criação de nova expectativa de crescimento na produção, que, por sua vez, tornariam nulas as reduções iniciais, no sentido positivo do termo. Por esse ponto de vista, as demonstrações do lastro de sustentabilidade (consensos técnicos) não se darão de modo positivo ao apresentarem ganhos ativos de preservação, mas sim por considerarem a redução das perdas ou dos gastos que, com a busca constante de crescimento na produção, gera indefinidamente um déficit para sustentabilidade planetária.

Enquanto esse ponto será melhor considerado no tocante às questões de heterogeneidade e ambivalência ideológicas dos relatórios analisados na próxima seção, podemos retomar os elementos em torno de uma prática discursiva cuja argumentação e estratégias deixam revelar uma definição ambivalente em torno de vocábulos como sustentabilidade e sustentável, no tocante à priorização de suas dimensões. Assim, as pressuposições da ordem socioeconômica atual possibilitam que esse discurso seja construído em seu sentido a partir de uma rearticulação de diferentes discursos que constroem novas posições intérpretes e, no caso do vocábulo em questão, essa vem a ser referida ora ao âmbito socioambiental, ora tomada no âmbito corporativo, como mera sobrevivência dos negócios, confundindo limites conceituais que, majoritariamente, favorecem a dimensão econômica da própria companhia. Nesse discurso, a estratégia argumentativa é explorar a própria ambivalência e heterogeneidade inerente ao campo semântico polissêmico, a fim de possibilitar que as pressuposições das ordens hegemônicas de discurso preencham as lacunas que podem implicar em comprometimento de sua imagem.

Por esse recurso, não é possível, em nenhuma dimensão viável, além do efeito ideológico da ordem economicista de discurso, conceber uma redução da ambivalência do conceito de sustentabilidade no *corpus*, pela qual não podemos reconhecer suas dimensões conceituais propícias à necessidade autoevidente da conservação dos ecossistemas que possibilitam a vida pelo valor que extrapole aspectos gerenciais. Como se vê, no fragmento seguinte, a ambivalência do vocábulo sustentabilidade atua na construção de sentidos direcionada a um deslocamento que associe a sustentabilidade à própria sobrevivência dos negócios, sem perder as vantagens especialmente econômicas que aquela constrói, interpessoalmente:

12. Os riscos são classificados por categoria e nível de criticidade pré-definidos, que possibilitam a avaliação dos cenários existentes e a priorização e adoção das ações corretivas necessárias, contribuindo para a sustentabilidade das operações e a perenidade do negócio (JBS, 2017, p. 39).

Certamente, explicitar que a dimensão ambiental da sustentabilidade está vinculada diretamente à manutenção dos negócios diminuiria a força ilocucionária proporcionada pela indefinição de termos ambivalentes, diminuindo a imagem positiva da empresa e sugerindo a submissão dos aspectos ecológicos e social ao econômico, no seu discurso da sustentabilidade, ao intencionar principalmente atrair lucros através da transformação da conscientização ambiental emergente em oportunidades de negócios e investimentos. Nessa medida, uma definição ambivalente do vocábulo sustentabilidade quanto a suas dimensões de atuação não se dá apenas por uma inconsistência de argumentação, podendo ser até pretendida na construção de sentido do texto, de modo que possa, por exemplo, ser estendida para uma desconsideração no tratamento discursivo da demanda inerente da produção e processamento industrial por recursos que, abordados esses últimos através de coeficientes numéricos favoráveis, sugere sem-

pre que a sustentabilidade deve ser tomada como um problema técnico-gerencial que pode ser resolvido a partir de desenvolvimento de tecnologias propícias à redução dessa demanda operacional.

Segue mais um excerto que reforça essa ambivalência:

13. O conteúdo deste relatório apresenta ao leitor informações sobre as operações e desempenho da Companhia em 2015, de acordo com os seguintes aspectos altamente relevantes para a sustentabilidade global do negócio e para os principais públicos de relacionamento da Companhia (JBS, 2016, p. 2).

Diante dessa problemática, entende-se que a resistência interpretativa não é já de todo impossível, podendo emergir, por exemplo, da luta de representação, articulada pelo conceito e, mesmo sendo impossível desconsiderar práticas relevantes nesse sentido, como os livros de Boff (2015) e outros autores, não podemos esquecer que essa disputa pelo significado de desenvolvimento sustentável está também em prol da legitimação das contradições lógicas no discurso da sustentabilidade (COELHO; GODOI, 2010). Daí, surge a dimensão política da assimilação do discurso da sustentabilidade pelos atores sociais, gerando disputas no tocante ao significado de desenvolvimento sustentável (COELHO et al., 2012), sem que esqueça, ao nosso ver, as “delimitações” de emprego do vocábulo pelos interditos economicistas.

Assumindo o viés político, tem-se que a sustentabilidade não pode simplesmente se desvincular, enquanto produção discursiva, do campo social, chegando ao ponto no qual discutir sobre as questões de cunho sociopolítico é inevitável para uma compreensão devida diante das consequências negativas que alguns elementos ideológicos podem gerar para o processo de transição para a sustentabilidade. A luta diante da representação da sustentabilidade pode recorrer a necessidade de que um conceito tão crucial seja concebido por meio de uma dimensão ética, mesmo que, diante da heterogeneidade ou do es-

tabelecimento de representações hegemônicas, a luta precise se dar em torno da tentativa de alargar o campo semântico de outros conceitos relacionados, como justiça, dignidade e outros, que permitam a conexão entre questões como ecossistemas, justiça social, governabilidade e outros, ajudando a engajar as pessoas, através do recurso a novos conjuntos de percepção, no processo de transformação em prol de uma sociedade sustentável. Visando esse contexto político e ideológico das práticas sociais, a validade de um conceito se dá muito mais pela capacidade que oferece em proporcionar dignidade às formas de vida, de modo que práticas sociodiscursivas, mesmo encerrando pontos de vista que sustentem perspectivas divergentes, venham a encontrar o campo ético como baliza para a produção de referências afetivas e epistemológicas em prol da vida, mesmo que isso, em si, já se situe novamente na arena política.

5.2.2. Coesão e estrutura textual

Neste tópico analítico da seção corrente, escolhemos apresentar as abordagens do *corpus* pelas categorias de coesão e estrutura textual conjuntamente, por entender que haja uma aproximação entre ambos por meio de suas atenções quanto à arquitetura do texto (FAIRCLOUGH, 2008). Assim, como já consideramos anteriormente quanto ao que toca exclusivamente à coesão, essa apresenta uma ligação ascendente entre orações, frases e unidades maiores, pelas quais podemos identificar formas específicas de ligação, de modo a se relacionar com a atenção dada à coesão a esquemas retóricos. Diante da relação dos aspectos textuais com o sentido ideacional, destacam-se também as possibilidades de significações cultural ou ideológica se relacionarem entre orações nos tipos de texto, sendo que, a partir desses elementos referentes aos conectivos e à argumentação, a coesão pode funcionar como possível modo de trabalho ideológico (FAIRCLOUGH, 2008).

Primeiramente, destacamos as características voltadas à coesão no que concernem às práticas discursivas dos relatórios analisados, no tocante a conceitos como a própria sustentabilidade, a ética, direitos humanos e outros. Tomemos o fragmento a seguir:

14. Buscar a qualidade na JBS é mais que uma estratégia. Faz parte da cultura da Companhia. Acreditamos que o sucesso dos nossos negócios está diretamente relacionado à capacidade de produzir e entregar produtos da mais alta qualidade, gerenciando os negócios de forma sustentável e oferecendo, aos consumidores e clientes, produtos e serviços superiores (2016, p. 10).

Tomando a questão referente aos temas anteriores, vemos um funcionamento de complementariedade que a ausência de conectivos explícitos estabelece diante de alguns efeitos cumulativos que vão agregando sentidos positivos uns aos outros. Esses elementos possuem um efeito perlocucionário propício a contornar inclusive as ambivalências conceituais em relação ao que é proposto, por exemplo, como sustentabilidade, a partir da utilização de recursos textuais que, muitas vezes, trabalham a reboque das pressuposições que tentam fazer, entre outras coisas, com que um nível maior de impacto das informações seja alavancado, inclusive através da enumeração de vocábulos como ‘qualidade’, ‘sucesso’, ‘capacidade’, ‘superiores’. Assim, é feita a apresentação de discursos que conceituam bem certos comportamentos empresariais e atividades para, logo em seguida, serem apresentados relatos de práticas que atuam, por meio das suposições estabelecidas cumulativamente entre as orações, sobre as possíveis avaliações positivas dos intérpretes quanto ao que está sendo realizado, associando as conceituações gerais com suas aplicações práticas. Desse modo, assumindo uma característica particular, como já mencionamos, o recurso a pressuposições possibilita que se estabeleçam relações implícitas entre a apresentação das informações e as práticas empresariais associa-

das, ficando, às vezes, ao encargo dos leitores a responsabilidade por dosar suas convicções a partir dessa possível atribuição de automatização de certos pressupostos estabelecidos inicialmente:

15. A JBS está comprometida a seguir os mais altos padrões de integridade, ética e transparência ao interagir com autoridades governamentais e agentes públicos. Para nortear a conduta dos colaboradores e consultores terceirizados que se relacionam com o governo no desempenho de suas funções, publicou no Brasil, em 2015, a Política de Relacionamento com Entidades Governamentais e Agentes Públicos (2016, p. 85).

Tal considerado, a primeira e a segunda orações não apresentam elementos (conectivos e marcadores discursivos) explícitos que articulam seus significados. Nesse caso, o recurso à ordem de discurso hegemônica impede que as relações estabelecidas pelos intérpretes expressem modalidades referentes a adversidade, contrariedade ou negação, ao se sustentarem justamente pelas pressuposições que aquela oferece para a primeira oração, que estabelece, para a leitura da segunda, indicações por meio do relatado compromisso que a empresa assume diante “das autoridades governamentais e agentes públicos”. Como se percebe, a relação de atribuição de pressupostos ao sentido da primeira oração passa a ser automatizado, ao nível que a segunda funciona como um tipo de vocativo daquela, ao apresentar as informações que constroem efeitos de destaque para qualificações da empresa como íntegra, ética ou transparente. De qualquer maneira, não podemos ignorar essa prática discursiva que, associada à coesão, passa a enfatizar as atividades positivas atribuídas à empresa. Nesse caso, consideramos que, sobre o destaque de aspectos positivos nos relatórios, as relações latentes na arquitetura do texto passam a trabalhar no intuito de fortalecer a imagem positiva da empresa, a partir da ênfase em elementos que favorecem o sentido do texto diante de sua responsabilidade socioambiental e de seus avanços quanto às contribuições sociais.

Quanto a isso, alguns pesquisadores apontaram inclusive uma seletividade estratégica de informações nos relatórios socioambientais (LARA; OLIVEIRA, 2017) e, quanto ao desempenho social apresentado por algumas empresas, fica evidente o destaque dado, nos relatórios brasileiros, principalmente aos prêmios recebidos (CALIXTO, 2013), o que corrobora esta análise, visto que o *corpus* também apresenta, enfaticamente no período abrangido, as premiações e certificações atribuídas a suas atividades. São feitas diversas críticas diante da ausência de consideração dos aspectos negativos das atividades corporativas apresentados nos relatórios em geral e, nesse caso, também estendemos esse comentário à nossa análise.

Mesmo com a indicação do princípio de equilíbrio, recomendado pelo GRI, para os relatórios socioambientais, na divulgação de aspectos positivos e negativos, vê-se sobressair – inclusive no *corpus* – uma ênfase em resultados que conseguem ir além das metas estabelecidas ou em prêmios concedidos. Ademais, é mencionada a existência de camuflagens de indicadores, em certos relatórios, de modo a agravar a já alarmante omissão de informações relevantes negativas, ao centrarem-se, certos relatórios, no destaque das conquistas e resultado positivo (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Em seguida, tem-se um fragmento que ilustra o trabalho da coesão do *corpus*, a fim de contribuir para o fortalecimento da imagem que se apresenta por meio dos relatórios socioambientais, levando seus intérpretes a assumirem uma perspectiva interpretativa que esteja a favor de uma visão sempre promissora:

16. Todas as unidades da JBS, no Brasil, possuem metas estabelecidas de consumo de água por volume de produção e são incentivadas a desenvolver programas e projetos para o uso sustentável de água nos processos industriais. O volume de água reutilizado nas operações no Brasil, em 2016, foi de 2,5% do total, equivalente a

1.672.635,31 m³. Tal desempenho é superior ao observado em 2015, quando atingiu 2% do total (2017, p. 101).

Diante disso, vemos a construção discursiva de uma imagem que, por meio das práticas argumentativas estratégicas, assume uma coesão definitiva em torno dos aspectos positivos, como se não interessasse apontar elementos que pudessem comprometer aquela.

De todo modo, pretendemos agora dar continuidade à abordagem referente à arquitetura dos relatórios, voltando-nos a categoria de estrutura textual. Como pode ser lido em comentários teóricos de Fairclough (2008) sobre o assunto, a estrutura textual permite notar possíveis relações dos próprios textos com convenções textuais que ajudam na compreensão dos sistemas de conhecimento e crença e das relações e identidades sociais. Nesse sentido, ao analisar a distribuição das informações no *corpus*, percebemos uma articulação explícita de certos elementos que apontam para a adequação convencional dos relatórios à concepção teórico-operacional denominada de *Triple Bottom Line* ou 3BL, como vê-se a seguir:

17. Neste Relatório Anual e de Sustentabilidade, a JBS S.A. apresenta os resultados de seus negócios no ano de 2017 (entre 1º de janeiro e 31 de dezembro). Neste documento, a Companhia destaca as ações que influenciaram seu desempenho, nos âmbitos econômico, social e ambiental (2018, p. 14).

Como pode ser inferido do termo em inglês e da leitura do excerto, a concepção do *Triple Bottom Line* (3BL) se caracteriza pela vinculação entre as dimensões social, ambiental e econômica nas atividades corporativas. Aderindo a esse entendimento, os relatórios estudados acabam por estruturar seus relatos a partir dessa configuração tripartida, de modo que pode ser percebida, às vezes, pela simples leitura de um sumário, mesmo que haja outras evidências mais inequí-

vocas da adesão dessa acepção nas práticas organizacionais – principalmente referindo ao tema da sustentabilidade – do *corpus*, como será considerado. Vale também destacar que o surgimento do 3BL dá-se pela formulação de uma acepção tripartida do desenvolvimento sustentável, desenvolvida por Elkington, no intuito de tirar a ênfase, nas divulgações empresariais, do aspecto econômico (LARA; OLIVEIRA, 1017). Por isso, pode-se falar na integração do econômico, ecológico e social como importante à implementação do desenvolvimento sustentável. Assim, justifica-se a atenção a essas três dimensões apresentadas ora em encadeamentos oracionais, como em:

18. A Moy Park, [instalação da empresa] na Europa, também busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades rurais das localidades em que atua por meio de doações e apoio a iniciativas diversas (2016, p. 27).

Ora de modo disperso na estrutura textual, como em:

19. Um bom programa de *Compliance* traz maior garantia de perenidade e desenvolvimento da empresa e consiste em importante ativo para alcançar melhores **resultados econômico-financeiros** em médio e longo prazos. (2017, p. 42) (grifo nosso),

20. O SGA [Sistema de Gestão Ambiental] abrange os aspectos relevantes de cada operação, mapeia planos de melhoria e monitora o progresso das ações, visando aprimorar continuamente o **desempenho ambiental** das operações. (2017, p. 61) (grifo nosso)

Ou:

21. A Companhia mantém projeto em parceria com o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e com o Ministério Público, que inclui mapeamento de oportunidades, sensibilização das fábricas e trabalhos **com as comunidades de en-**

torno. Com essas ações, a JBS não só atende a uma exigência legal, mas cumpre um compromisso social (2018, p. 99) (grifo nosso).

Além desses excertos, vê-se a aderência do *corpus* ao *Global Report Initiative* (GRI), que se destaca como modelo do 3BL para a elaboração de relatórios. Diante das diretrizes tripartidas apresentados pelo GRI, essas são enfatizadas, muitas vezes, como modelo de maior popularidade nos relatórios (CALIXTO, 2013). Como se propõe, a adesão ao GRI tenta possibilitar uma unicidade comparativa de linguagem, inclusive voltando-se à tentativa de integração das iniciativas socioambientais às estratégias e operações do negócio de uma empresa (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Segue o fragmento que explicita o ponto relacionado com a unicidade comparativa de linguagem, por meio do GRI:

22. Essa metodologia [Diretrizes da GRI G4] oferece indicadores que podem ser utilizados para apresentar o desempenho de empresas, independentemente do setor de atuação e localidade de suas operações, de forma a permitir a comparabilidade das informações ao longo do tempo e entre diferentes instituições (2015, p. 2).

Como se vê, o modelo do GRI permite que a empresa ancore na concepção triparte da sustentabilidade e, nesse sentido, corrobora-se para a popularização do modelo 3BL, pela qual essa concepção exerce grande influência no discurso dominante da sustentabilidade. Mesmo diante dos vários motivos para tanto, alguns autores apontam certas ambivalências e contradições de determinados negócios empresariais que afirmam estar alinhados com o 3BL, inclusive como resultado de certa presença do pensamento antropocentrismo na dimensão ambiental, vinculada ao 3BL (LARA; OLIVEIRA, 2017), como podemos constatar, no *corpus*, no tocante à sua definição do vocábulo sustentabilidade que, explicitamente, não parece atribuir valor inerente à própria natureza na

manutenção da sociedade. Lara e Oliveira (2013) ressaltam que, mesmo diante da necessidade de harmonização do 3BL, algumas empresas apresentam uma desproporcionalidade das dimensões dos benefícios relatados, ao ponto de entender a ideia de equilíbrio do 3BL como dissimulação. Para eles, há uma negação, no *corpus* que analisaram, da desarmonia do 3BL, como retórica dissimulante dessa concepção, devido a uma desproporcionalidade que visa a lucratividade.

Entendimento semelhante é o que chegam Coelho *et al.* (2012), que, diante da análise da configuração narrativa de entrevistas com profissionais responsáveis pela elaboração de relatórios de sustentabilidade, apontam que a dimensão ambiental passa a ser tomada como condição de lucratividade, enquanto a sustentabilidade ambiental funciona como fator econômico. Entretanto, não pretendemos transpor em bloco essas considerações para o *corpus*, sendo necessário que vejamos um excerto sugestivo quanto a essa questão:

23. [The Global Roundtable for Sustainable Beef (GRSB)] Trabalha para que todos os aspectos da cadeia de valor da carne sejam ambientalmente saudáveis, socialmente responsáveis e economicamente viáveis. A JBS é membro fundadora da GRSB e atua no Conselho de Administração e na Comissão Executiva (2016, p. 82).

Por meio de uma cadeia intertextual, o relatório adere às práticas atribuídas ao *Global Roundtable for Sustainable Beef*, inclusive chegando à indicação de que a empresa é “membro fundador” da iniciativa. Essa articulação pode sugerir um destaque à dimensão econômica que, no caso de um dos aspectos da cadeia de valor não gerar viabilidade em referência àquela – em torno de quais critérios não fica claro –, poderia deixar de lado um maior comprometimento com a salubridade ambiental e a responsabilidade social. Isso parece se aproximar da força da dimensão econômica no discurso da sustentabilidade, identificada por Lara e Oliveira (2017), a partir da qual possa haver

um direcionamento às dimensões social e ambiental. Nesse caso, os aspectos ambientais e sociais podem fazer referência ao planejamento dos objetivos econômicos, de modo que o nível projetivo das dimensões ambiental e social para o desenvolvimento sustentável permite que esse mantenha em vista especialmente a expansão dos negócios como principal motivação de seu engajamento.

5.3 DIMENSÃO SOCIAL

5.3.1 Heterogeneidade e ambivalência ideológicas

Nesse ponto da análise que se debruça sobre a dimensão social das práticas discursivas do *corpus*, voltaremos a atenção a diferentes elementos ideológicos, a fim de sustentar suas demandas e respostas em torno de suas práticas de responsabilidade socioambiental. Esse processo faz emergir discursos diversos, ao ponto de poder ser caracterizado de alinhamento ideológico ambivalente ou heterogêneo e, assim, para colocar em pauta essa abordagem inicial sobre heterogeneidade ou ambivalência, vale sugerir que um dos motivos para essa articulação heterogênea ou ambivalente de elementos ideológicos pode ser rastreada a partir de comentários referentes às práticas discursivas utilizadas em consonância com seus objetivos corporativos mais relevantes, pelos quais as empresas buscam desenvolver suas estratégias de negócio, devido à preponderância que aqueles assumem. Esses aspectos estratégicos mobilizam, também, recursos a partir da reprodução de elementos ideológicos que permitem o uso do discurso da sustentabilidade como dimensão do mercado, ao mesmo tempo em que apresentam uma imagem de responsabilidade social e, quanto a essas categorias, focaremos a análise em um único relatório do *corpus*, referente ao ano de 2017, a fim de que possamos entender as expressões de heterogeneidade e ambivalência no âmbito intratextual, de modo a destacar a concomitância ideológica em um mesmo relatório. Siga-se um fragmento:

24. A JBS Novos Negócios reúne as operações da JBS que estão relacionadas de forma direta e indireta com o *core business* da Companhia. Transforma os coprodutos e resíduos do processamento da carne bovina, suína e de frango em produtos de alto valor agregado, gerando valor à Empresa e contribuindo para métodos de produção mais sustentáveis em todo o grupo (2018, p. 90).

Inicialmente, tem-se um evento discursivo que destaca aspectos de uma produção “de alto valor agregado”, que, ao mencionar a geração de valor para a empresa, acrescenta sua contribuição “para métodos de produção mais sustentáveis em todo o grupo”. De todo modo, não queremos focar a atenção na especificidade de delimitação do que se entende por “todo o grupo” ou afirmar que as atividades relatadas atribuídas à mencionada companhia não ajudem na minimização de impactos ambientais. O interesse analítico se volta para os elementos discursivos que são articulados de modo a não destacar a sustentabilidade como prioridade estratégica, já que sua menção é coadjuvante a ênfase à criação de valor agregado. Nesse excerto, vemos uma prática que indica mudanças de molduras para o discurso que, mesmo no espaço de extensão de uma oração, extrai um sentido oportuno para cada ocasião, vindo a gerar, finalmente, ambivalências quanto às motivações (sustentabilidade global ou sobrevivência da rentabilidade corporativa) para os engajamentos de certas práticas. Algumas frases apresentadas no *corpus* associam, de modo automático, questões como minimização de ‘impactos ambientais’ com outras como redução de ‘custos logísticos’, ao ponto que parece não ser relevante entender quais propósitos são priorizados enquanto estratégia de atuação, como em:

25. Adoção de novo sistema de controle de pneus. Denominado Gerenciamento de Pneus TOP 10, monitora o pneumático desde o momento da aquisição até o sucateamento. Além de minimizar impactos ambientais, a ferramenta permite reduzir os custos logísticos com a manutenção da frota entre 15% e 20% (2017, p. 97).

Novamente, insistimos que a análise não está voltada para o lastro material da contribuição mencionada, ao modo de uma análise de conteúdo, mas para como o texto articula elementos que hierarquizam implícita ou explicitamente suas prioridades, diante das implicações dessas estratégias discursivas. Por enquanto, cabe destacar que essas estratégias constroem uma referência, compartilhada nas ordens hegemônicas de discurso sobre a sustentabilidade, que reforça a subordinação das dimensões socioambientais à econômica, como se os resultados ambientais fossem assumidos apenas por meio da lateralidade da viabilização dos benefícios econômicos. A despeito da atual necessidade de consolidação de estratégias prioritárias em termos de sustentabilidade planetária, o *corpus*, em geral, parece privilegiar a rentabilidade como perspectiva de engajamento socioambiental. De outra maneira, quanto ao ponto referente ao famigerado retorno financeiro aos acionistas – inserido inclusive dentre às necessidades atuais para o desenvolvimento sustentável –, vale tecermos alguns comentários sobre índices de sustentabilidade nos mercados de ações.

Lara e Oliveira (2017) mencionam o surgimento de fundos de investimento que, denominados como socialmente responsáveis (SRI, da sigla em inglês), vinculam esses aos modos de rentabilidade do discurso em torno da responsabilidade social empresarial. Iniciando o estabelecimento de índice de sustentabilidade no mercado de capitais Dow Jones, não demora muito para que outros índices de sustentabilidade despontem na bolsa de Londres ou de Joanesburgo, no mesmo contexto de vinculação entre busca de investimento e sustentabilidade, que, por sua vez, influenciou a criação do ISE, associado a

BM&FBovespa. Diante das considerações elencadas sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial no Brasil (ISE BM&FBovespa) (LARA; OLIVEIRA, 2017; ARAÚJO; RAMOS, 2015), destaca-se seu objetivo concernente aos investimentos, tendo algumas instituições como parte do seu conselho deliberativo, sob a presidência da BM&FBovespa. Nesse panorama, alguns autores não poupam críticas às implicações do vínculo da responsabilidade socioambiental de uma empresa aos índices, quando se empenham na tentativa de maximização do lucro pelo discurso referente à sustentabilidade e à responsabilidade social, dirigida à lógica de mercado, de modo a serem caracterizadas como respostas inconsistentes aos problemas ambientais, cujos resultados tornam-se inconcretizáveis pelas premissas da RSC, como resposta socioambiental voltada ao retorno financeiro.

Os autores também apontam a reprodução do discurso hegemônico da sustentabilidade pelos *players* do mercado de capitais, ao ponto também de se direcionarem majoritariamente aos investidores pelo destaque à rentabilidade dos negócios diante do viés expansionista, fazendo uso da sustentabilidade no convencimento dos investidores, enfatizando sua dimensão econômica e considerando as outras dimensões como elemento na construção de imagem e obtenção de lucro (COELHO et al., 2012). Nesse sentido, Calixto (2013), ao se referir ao desempenho ambiental, identifica, em seu estudo, a importância relativa da divulgação referente ao consumo de recursos naturais voltada ao controle de gastos com aqueles, perdendo de vista qualquer prioridade com o que poderia chamar de sustentabilidade planetária. Consideram-se, ainda, algumas questões sobre dissonância entre discurso e ação, nos relatórios de sustentabilidade analisados por Coelho e Godoi (2010), a partir do exame das contradições inerentes a um “enverdecimento” da economia de teor retórico. Diante do exposto, não podemos ignorar algumas tentativas na criação de princípios reguladores, como o de exatidão proposto pelo GRI; contudo, na análise desenvolvida por alguns autores, percebe-se que, mesmo diante do princípio da exatidão referente às informações relatadas, as metas es-

tabelecidas deixam de ser “precisas”, inclusive em referência à ausência de índices almejados ou à dimensão real dos dados apresentados frente às empresas e à sociedade, em termos de metas que, muitas vezes, são bem modestas ou vinculadas a retorno econômico-financeiros mais imediatos (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Essa vinculação tão estreita à geração de valor econômico ou com o retorno do acionista faz com que alguns dilemas sejam enfrentados diante de discursos corporativos pautados em interesses internos que, no caso da configuração do *corpus*, constrói cadeias discursivas heterogêneas do ponto de vista ideológico. Veja-se outro caso interessante diante do fenômeno da ambivalência ou heterogeneidade que, por sua ampliação, pode se textualizar nas diferentes formas, seja por meio de vocábulo, frases ou elementos argumentativos. No excerto a seguir, vê-se a produção de discursos referentes aos animais, que ora se voltam para um vocabulário ou expressões que conotam menosprezo ou alienação da vida, enfatizando seu caráter meramente mercadológico, ora se voltam ao emprego de termo mais favoráveis a uma compreensão menos utilitarista da vida:

26. Essa rotina [de auditorias anuais internas] – complementada por auditorias anuais externas – verifica a aderência às Melhores Práticas relacionadas à rastreabilidade, segurança, higiene, respeito ao bem-estar animal e qualidade da carne entregue. Toda a carne bovina provém de fornecedores que estejam na lista de fornecedores aprovados (2017, p. 64).

No que toca à materialidade textual, destaca-se, por exemplo, a emissão de discurso que, em uma mesma frase, articula a dimensão de cuidado com uma vida (“respeito ao bem-estar animal”) com outra pautada na mercadologização (“qualidade da carne entregue”), ao tangenciar a possibilidade de alusão a um mesmo referente, variando apenas seu período na escala temporal. Contudo, o dilema se caracteriza não apenas pelo uso das terminologias ou conceitos díspares, saindo

de uma oração totalmente utilitarista e chegando a um discurso voltado para o tratamento “ético” desses mesmos animais, mas também por outros eventos discursivos. Logo em seguida, no corpo do texto, constrói-se o sentido explicativo para essas expressões ambivalentes, já que, em uma outra seção do relatório, intitulada de “certificações”, vê-se nova remissão às fiscalizações operacionais que, referindo-se ao mesmo evento anterior, atribui os conceitos de “bem-estar animal” às exigências de suas empresas clientes. Vê-se então “ecoar” uma força exógena de sentido e ação externa que implica a necessidade de adaptação por parte do *corpus*, seja de discurso ou de atividade. Essas relações entre as formações discursivas que vão se desenvolvendo no âmbito das ordens de discurso fazem com que nenhum sentido seja estável, possibilitando falar em efeitos dos dilemas diante da transformação. Assim, os dilemas enfrentados nas práticas sociodiscursivas podem oferecer perspectivas para mudança e, nesse viés, vale trazeremos alguns comentários que apontam para abertura do discurso econômico para algumas mudanças, especialmente no nosso país.

A análise do desempenho econômico, relatado em relatórios de sustentabilidade, realizada por Calixto (2013), aponta para pouca ênfase àquela categoria, voltando-se mais aos riscos econômicos, sendo que, ainda, a ausência de divulgação das informações socioambientais nos relatórios latino-americanos contrasta com maior destaque dessa categoria para o Brasil. Diante disso, é possível que alguns aspectos de mudança no contexto das ordens de discurso diante da luta hegemônica estejam incluindo novas questões mais importantes que possam ter sido negligenciados na economia, mesmo que o discurso hegemonicamente estabelecido na atualidade sempre atua no sentido de direcionar ou mesmo barrar as transformações, quando não podem se beneficiar delas. Nesse sentido, podemos ver a tentativa de conservar o discurso hegemônico monetário para a discussão da sustentabilidade, na reivindicação do discurso econômico neoclássico de explicitação quase exclusiva de informações monetárias. Alguns autores passam a objetivar, diante dos relatórios de sustentabilidade, a contribuição

necessária em torno da análise de custos e benefícios referentes às ações de uma empresa, reafirmando a tão propalada geração de valor (ARAÚJO; RAMOS, 2015).

Contudo, perguntamos: enfatizar a oportunidade econômica na melhoria ambiental não seria um modo de desprivilegiar a dimensão ambiental, dirimindo a proficuidade da concepção tripartida que surgiu para tirar a ênfase do aspecto econômico? Sendo a relação custo-benefício característica da escola neoclássica, não haveria limitações óbvias no seu desenvolvimento da valoração ambiental em termos majoritariamente monetários? Limitar-se aos instrumentos de valoração monetária da natureza, em prol da criação de valor por meio de relatórios socioambientais, diante do qual precisaríamos substituir variáveis qualitativas e quantitativas por financeiras, não seria um meio de priorizar a dimensão econômica? O mais paradoxal é que, ao se discorrer sobre os comentários de economistas clássicos, quanto às imperfeições do mercado, associando-se essas a problemas ambientais, alguns autores falam sobre a necessidade de novos indicadores e índices para a sustentabilidade (ARAÚJO; RAMOS, 2015). Desse modo, questões como consolidação dos dados financeiros, com ênfase na apresentação dos custos e benefícios pela perspectiva financeira ou fortalecimento da comunicação pelos relatórios pela criação de elementos propícios a uma análise custo-benefício, mesmo que necessários, não reproduziam velhos indicadores, na sua exclusividade?

Assim, não podemos ignorar as limitações dos números contábeis e de sua lógica financeira-monetária, como a precificação impecável da natureza e a existência de aspectos socioambientais inalcançáveis à mensuração financeira ou à análise de riscos financeiro e econômico (LARA; OLIVEIRA, 2017), assim como a insuficiência da linguagem financeira-monetária na compensação de impactos exercidos diante de dimensões emocionais ou da perda de aspectos culturais (COELHO et al., 2012). Tudo isso aponta para o percebimento de aspectos incomensuráveis na valoração dos danos ambientais e, além

disso, há também reivindicações por usos de uma comunicação mais vibrante nos relatórios socioambientais, diferente da perspectiva neo-clássica voltada a informações estritamente monetárias e financeiras, até porque, mesmo nos processos de certificação do antigo GRI-G3, diante das informações socioambientais relatadas, considerava-se a possibilidade de uso de avaliação de cunho subjetivo (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Diante desses pontos, observa-se outro aspecto da análise da heterogeneidade e ambivalência ideológicas no *corpus* que tenciona, justamente, elementos econômico-financeiros com outros de cunho mais social, no relato de questões associadas ao vínculo empregatício da empresa com seus colaboradores. Esse caso gira em torno da apresentação de orações e outras expressões que expressam interesse em contribuir socialmente por meio da geração de empregos, em concomitância com apresentações monetários de redução de mão de obra aliada a uma maior produtividade:

27. A JBS USA entende que a maior influência que pode assumir é a criação de empregos e geração de renda, contribuindo para o desenvolvimento das localidades em que atua. Nesse sentido, busca apoiar ou participar de ações, em tais localidades, que impulsionem, por exemplo, a educação e a formação de crianças e jovens, e a profissionalização de jovens e adultos (2018, p. 130).

28. Apesar de ser um negócio recente, as operações da Plumrose já estão inseridas à da JBS USA Pork e apresentam melhorias de performance, resultado que marca a atuação da JBS diante de aquisições. Um exemplo, nesse sentido, foram as compras de plantas de suínos realizadas nos últimos anos. Em 2015, antes das aquisições, tais unidades rodavam com 5,5 mil pessoas e processavam 18,5 mil suínos/dia, fabricando poucos itens de produtos de valor agregado. No final de 2017, as mesmas unidades processavam

mais de 21 mil suínos com 4,5 mil pessoas, com um volume de itens de valor agregado correspondente a cerca de 30% da produção (2018, p. 117).

Antes de mais nada, vale frisar que os dois fragmentos fazem referências a operações realizadas pela JBS USA e, nesse contexto, como se vê, existe uma explícita heterogeneidade diante do sentido atribuído ao trabalho. Primeiramente, há um discurso que destaca elementos vinculados à contribuição social da empresa, por meio da geração de emprego e, em concomitância a esse, segue um outro de teor entusiástico diante da melhoria na produtividade, que implica em uma redução operacionalmente vantajosa com o setor de pessoal (trabalhadores). Como antes, pode-se identificar uma mudança na moldura ideológica diante de uma mesma situação, inclusive expressando-se em termos de vocabulário e expressões, como no caso da concomitância de formas como ‘contribuição’, ‘geração de renda’ e outros, com ‘atuação’, ‘melhoria de performance’. Como é óbvio, essa melhoria de performance implicará em redução de emprego, diante do que se enfrenta uma heterogeneidade ideológica considerável, na qual um elemento indispensável à empresa pela ótica gerencial (contratação de mão de obra) é enfatizado como contribuição social para a sociedade, por parte da empresa. Certamente, não desconsideramos a importância dos empregos gerados pelas operações da empresa, mas o que dizer das mil pessoas que, provavelmente, perderam seus empregos nesse contexto? O relatório não oferece muitas informações sobre elas, o que é contraditório para um discurso que destaca a relevância da criação de postos de trabalho.

Esse exemplo sugere a possibilidade latente, diante da ambivalência e heterogeneidade, do surgimento de uso escuso dos discursos apresentados no relatório em questão, valendo considerar alguns pontos em torno desse aspecto. Para alguns autores, o que chamamos de uso escuso de certos elementos discursivos pode ser proveniente do direcionamento de certos relatórios socioambientais aos integrantes do mercado de capitais, através de uma linguagem na qual predomina o teor economicista (LARA; OLIVEIRA, 2017), mas que, ao mesmo

tempo, cria certa dependência da maneira como uma organização é percebida pela opinião pública, acionistas e sociedade. As implicações desse uso fazem os relatórios socioambientais atuarem na influência da percepção que a sociedade em geral pode ter de suas operações e, com a crescente divulgação de relatórios socioambientais, esses não estão imunes a caírem em preocupações cosméticas ou apresentarem natureza fragmentária (CALIXTO, 2013). Assim, o propósito de alguns relatórios socioambientais pauta-se no que conseguem construir discursivamente como retorno em vantagens competitivas, inclusive trabalhando, em certos casos, na persuasão dos leitores diante de suas contradições (LARA; OLIVEIRA, 2017).

5.3.2 A ideologia do crescimento econômico

Neste tópico analítico, consideraremos um aspecto bastante importante para a análise social do *corpus*, em relação às configurações ideológicas a que ele se alinha. Quanto a isso, reafirmamos a condição do discurso do desenvolvimento sustentável como uma construção socio-histórica (LARA; OLIVEIRA, 2017), diante da qual, no nosso caso de análise, associa-se majoritariamente como uma definição vinculada pelo discurso hegemônico que, independentemente de sua atuação, é sempre passível de resistência. Por outro lado, na situação analisada no *corpus* sobre certas nuances da heterogeneidade e ambivalência ideológica latentes em seu discurso, gostaríamos de caracterizar agora a ideologia associada ao crescimento econômico ilimitado – a qual será abordada nessa subseção –, aos moldes de C. Furtado (2002), tomando-lhe como uma superideologia, por meio da qual reforçam-se as estruturas de poder em benefício dos grupos hegemônicos. Feitas essas observações, pretendemos, inicialmente, apresentar algumas questões sobre a ideologia do crescimento infinito que serão úteis à nossa análise.

Começando por generalizações de contexto, temos que a relação entre ordenamento social, linguagem e ideologia permite que o desenvolvimento sustentável, na condição supracitada de produção

sócio-histórica, manifeste-se por sua materialidade linguística implicada na sua interação com formações discursivas (LARA; OLIVEIRA, 2017). Nesse turno, sobressaindo-se deliberadamente a polissemia da sustentabilidade em alguns relatórios analisados, essa se restringe aos interditos da ideologia dominante, de modo a ser usada como recurso discursivo associado a um efeito de sentido específico que se caracteriza pela ideia de evitação da crise econômica, social e ambiental, favorecendo, em seu uso, a imagem empresarial. Acontece, então, que o mercado adquire um artifício teórico-operacional que se sustenta sobre um argumento vicioso da compensação de danos, trabalhando a reboque da legitimação da ideologia do crescimento ilimitado no âmbito do desenvolvimento sustentável, o que não deixa de apresentar diversas contradições lógicas (LARA; OLIVEIRA, 2017).

De modo mais específico, temos também que, pela ideologia do crescimento infinito e para a sua própria legitimação, é feita uma associação entre aspectos do desenvolvimento e aumento de qualidade de vida com o próprio crescimento econômico infinito, o que justifica, inclusive, a internacionalização da economia, ao ponto de ignorar, muitas vezes, os riscos sociais e ambientais que geram (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Quanto à vinculação dos relatórios analisados à ideologia do crescimento ilimitado associada à ideia de crescimento sustentável, considera-se um excerto:

29. Comunicamos ao longo de 2015 e no início de 2016 o fortalecimento do nosso time de liderança global, nomeando gestores com profunda experiência no nosso setor de atuação para contribuir com o crescimento sustentável da JBS. (2016, p. 8).

Como é frequente no *corpus*, pode-se perceber o conceito decorrente da conjuntura anterior: crescimento sustentável. Ele trabalha no sentido de contornar as problemáticas que se tornaram evidentes quanto ao próprio funcionamento do modelo socioeconômico atual, que, na ânsia por se expandir e lucrar mais, possibilitou a formação de

previsões sombrias quanto ao futuro da vida no planeta. Pela vinculação do conceito de crescimento com o de sustentabilidade, gera-se a ideia de que, por meio de atitude técnica e gerencial, poderíamos continuar, progressivamente, ampliando a produção e o consumo sem ter de alterar em nada os alicerces socioeconômicos da sociedade. Por meio disso, vê-se como essa argumentação pode exercer influência (efeitos perlocucionários) sobre como as pessoas compreendem as práticas da empresa ou o contexto mais amplo onde se inserem, sendo que, no primeiro caso, a imagem das empresas que reproduzem esse discurso é favorecida diante da construção de sentido positivo para suas práticas. Certamente, essas práticas discursivas, caracterizadas como estratégias de argumentação, exercem um papel ideológico evidente diante da percepção e visões de mundo dos intérpretes, ao mesmo tempo em que podem (ou não) ser reproduzidas.

Vê-se aí, explicitamente, a vinculação entre desenvolvimento sustentável e crescimento econômico, o que, por outro lado, gera contradições lógicas a essa concepção hegemônica de sustentabilidade (LARA; OLIVEIRA, 2017). Impulsionando muitas controvérsias quanto à relação dessa com o crescimento econômico, muitos eventos relacionados à sustentabilidade reforçam a convenção do desenvolvimento atrelado como crescimento econômico, o que provém, enquanto seu atual significado, do discurso de Harry Truman, que ajuda a propagar o que se chama de era da hegemonia americana (LARA; OLIVEIRA, 2017). Nessa, dá-se a inserção do desenvolvimento na agenda internacional do pós-segunda guerra mundial, sob influência dos USA, ao ponto da ideologia economicista de viés desenvolvimentista, cujo ápice expressivo realiza-se no discurso de Truman, ser naturalizada. Podemos ainda nos perguntar sobre a atratividade que a ideologia do crescimento infinito produz mesmo ao discurso da sustentabilidade, considerando a geração de oportunidades financeiras que se dão através dessa estratégia, quando se tem em vista o crescimento econômico, diante da existência de investimentos em negócios “sustentáveis” ou “socialmente responsáveis” que ajudam na mitigação dos riscos financeiros e na alavancagem de ganhos (LARA; OLIVEIRA, 2017).

Quanto a isso, no que toca ao desenvolvimento sustentável, caracteriza-se a ideologia do crescimento ilimitado como uma estratégia que possibilita extrair rentabilidade, lucro e liquidez do discurso da sustentabilidade, como indicam Lara & Oliveira (2017). Assim, ao se caracterizar o crescimento como sustentável ou responsável no discurso corporativo da sustentabilidade (COELHO et al., 2012), é favorecida, por essa associação dupla, a imagem da empresa, ao vincular a defesa de interesses internos com demandas externas. Note-se o rápido deslocamento com o qual o crescimento volta a atuar no nível convencional da ordem economicista de discurso:

30. A estratégia da JBS Europa, focada em entregar produtos de alta qualidade e dedicada a exceder as expectativas dos clientes, tem gerado crescimento de vendas e resultados consistentes. (2016, p. 49).

É importante também que, mesmo diante de “movimentos” que podem se dar de modo consideravelmente escusos quanto a suas prioridades no uso possível de vocábulos como esse da sustentabilidade, sempre remanesce a possibilidade de resistência diante de associações que implicam, muitas vezes, em contradições. Quanto a isso, são feitas muitas menções à crítica da vinculação da sustentabilidade com o crescimento econômico, voltando-se a atenção para as contradições do discurso do desenvolvimento sustentável, produzido pela e em prol da ideologia do crescimento (LARA; OLIVEIRA, 2017). Lara e Oliveira (2017) apontam que a defesa do que se chama de crescimento sustentável se dá a despeito das contradições lógicas que o conceito implica. Tais legitimações dependem da naturalização da ideologia do crescimento em um posto que pareça não ter provindo das próprias relações sociais ou como se procedesse de uma condição inerente à economia, diante da qual devem-se negar quaisquer alternativas.

De todo modo, a naturalização do crescimento econômico tem implicações socioeconômicas, diante das quais se tem gerado pouca criticidade, permitindo, destarte, que a conciliação das contra-

dições seja produzida por práticas discursivas como o uso estratégico da polissemia de termos como sustentabilidade (LARA; OLIVEIRA, 2017), diante do qual imbrica-se a perspectiva do lucro e da expansão. Tome-se o fragmento subsequente:

31. Na Austrália, onde também contamos com uma operação sólida, temos incrementado nossa participação de mercado e estamos preparados para, a partir de lá, ampliar as vendas de produtos processados para a Ásia. (2016, p. 10).

Percebe-se, como é de se esperar da ordem hegemônica de discurso da qual o excerto ganha força, uma permanente atenção às possibilidades de crescimento do empreendimento, operações etc., mesmo diante da heterogeneidade e ambivalência com a qual o discurso lida na construção de certos sentidos pelos quais aumenta-se a atratividade dos negócios, diante do que é possível evidenciar uma “aderência” (reprodução) evidente dos relatórios estudados à ideologia do crescimento econômico sem limites, acreditando na possibilidade de progressivamente expandir suas margens de produção e, com isso, a do seu lucro. Nesse caso dos aspectos sociais da análise, podemos investigar como a dimensão político-ideológica dos relatórios é sustentada e sustenta interesses específicos que podem inclusive comprometer a sustentabilidade planetária.

Assim, analisando os elementos ideológicos do *corpus*, vemos sobressair discursos hegemônicos, diante dos quais os elementos ideológicos principais buscam justamente conciliar um discurso sobre sustentabilidade a partir de uma atenção interna às margens financeiras e ampliação do lucro e da produção com atividades de responsabilidade social que não deixam de gerar perspectivas de retorno, no que toca à construção de uma imagem positiva da empresa. De todo modo, não podemos esquecer que essa vinculação ao crescimento econômico sem limites é parte dos discursos corporativos da sustentabilidade, dentro da atual ordem sociodiscursiva do modelo neoliberal, diante da qual,

mesmo a despeito das limitações explícitas do discurso desenvolvimentista – tal vimos no capítulo anterior –, o crescimento sustentável procuraria encontrar soluções inconsistentes diante dos problemas ecológicos (COELHO et al., 2012).

Nesse turno, é importante lembrar as implicações e justificativas da ideologia do crescimento ilimitado em relação à perspectiva do lucro, que destaca a predominância dos interesses corporativos no discurso empresarial da sustentabilidade, produzindo a já mencionada associação “hegemônica” entre desenvolvimento e crescimento, em favorecimento da maximização do lucro (LARA; OLIVEIRA, 2017). Por essa via, a ênfase nos interesses empresariais é desenvolvida pela ressignificação discursiva em favor da construção de um sentido de equidade dos benéficos de atuação das empresas, diante das dimensões econômica, social e ambiental, surgindo a primeira como retórica favorável aos ganhos econômicos. Por isso, alguns autores mencionam os desafios gerais da discussão ambiental, perante a coexistência do foco no lucro e nos acionistas com a justificativa da responsabilidade socioambiental corporativa (COELHO et al., 2012), produzindo o que se entende por uso cosmético da sustentabilidade.

Certamente, não seríamos ingênuos o suficiente ao ponto de sugerir que, dentro da ordem socioeconômica atual, as empresas não voltariam sua atenção para a lucratividade de suas organizações, já que a busca por lucro é inerente à natureza do capital (COELHO et al., 2012), de modo que certos autores apontam o lucro como principal objetivo de uma empresa no nosso modelo socioeconômico atual (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Queremos tão só frisar que não podemos nos furtar de conceber novas possibilidades de funcionamento socioeconômico, caso pretendamos evitar prováveis catástrofes ecológicas, que intensificaram ainda mais as injustiças mundiais. Assim, a questão crucial é que, ao considerar as dimensões de sua responsabilidade socioambiental, não seria prudente subjugar aquelas aos interesses econômicos ou à busca por aumento das margens de lucro,

fazendo com que toda a questão ecológica atual esteja sendo transformada apenas em elemento de competitividade, ao ponto de as ações que devem garantir a permanência longitudinal de nossos recursos e do planeta como um todo, devido à proporção das consequências de seu alto impacto à natureza, estejam servindo tão somente como oportunidades de aumentar suas margens de lucros. Para tanto, já estaríamos falando de práticas que contemplam a lógica da cooperação e, por isso, cabe considerar as condições atuais de inserção dos relatórios corporativos no discurso hegemônico que sustenta e é sustentado pela ideologia do crescimento econômico ilimitado.

Nesse viés, alguns autores apontam para a falta de credibilidade (ARAUJO; RAMOS, 2015) ou, igualmente, para a falta de transparência (CALIXTO, 2013), em certos relatórios socioambientais, mencionando-se inclusive um caráter prescritivo do discurso em dados relatórios (COELHO; GODOI, 2010). Também, é indicado desapontamento geral de relatórios como o Rumo à Credibilidade com a maioria dos relatórios brasileiros, mesmo em referência ao ranking de empresas Top 10 na divulgação de relatórios (COELHO; GODOI, 2010). Alguns autores passam a se interessar pela conexão persistente entre ações ambientais e retorno aos investidores por meio de relatórios corporativos, ao ponto de perceber, em um *corpus* dado, o foco prioritário daqueles em certificações (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). No mesmo caso, conclui-se pela ausência de indicação de motivos socioambientais ou direção para uma sustentabilidade (global) e suas estratégias para tanto.

Finalmente, também é identificado o uso da comunicação corporativa no desenvolvimento de vantagens competitivas, especificamente no que trata da melhoria de imagem e atração de investidores, por meio de certos relatórios que são produzidos inclusive por áreas responsáveis pela relação com investidores (COELHO et al., 2012). Observe-se o seguinte fragmento:

32. O aumento no número de abates e carcaças ligeiramente mais pesadas impulsionaram crescimento de 6% na produção de carne bovina no ano.” (2016, p. 68).

Nesse caso, vemos “ressoar” novamente alguns elementos referentes à ordem de discurso hegemônica, no que toca à perspectiva de expansão dos relatórios analisados, que passam a funcionar como um interesse recorrente para as operações, o que leva a assumir as contradições implícitas no argumento do crescimento constante diante de um planeta de dimensões finitas. Nesse impasse, quando argumentamos como a resposta convencional da crescente desmaterialização não pode atuar de modo tão convincente, a própria ordem de discurso hegemônica destaca uma percepção que parece contornar todas as contradições no que toca à naturalização da necessidade construída que se tem do crescimento como único meio de contornar os problemas atuais, sejam econômicos, sociais ou ambientais. Como esses apontamentos podem ser refutados pela discussão desenvolvida em tópicos anteriores sobre as limitações do discurso hegemônico da sustentabilidade, vale apenas destacar que, ao molde de funcionamento de uma super ideologia, a ideologia do crescimento econômico aglutina todas as possíveis disparidades em torno da condução do discurso hegemônico, no qual o lucro e as vantagens financeiras entram no turno das prioridades, de modo que o crescimento emerge como um interesse central nas atividades produtivas e comerciais.

Nessa conjuntura, a própria ideologia do crescimento ilimitado – inclusive, atuando diante da heterogeneidade, ambivalências e contradições, de modo a favorecer a imagem da empresa e otimizar seu valor diante dos investidores e acionistas que precisam da atratividade proporcionada por aquela – é o que faz o *corpus* ser sustentado enquanto parte de uma longa série histórica de discurso inseridas em uma ordem hegemônica que, apoiado por inúmeros interditos e pressuposições, estabelece os elementos da construção argumentativa

vinculada às vantagens que proporciona. Consequentemente, o crescimento econômico parece um discurso inevitável para uma empresa que, no contexto de nosso modelo socioeconômico atual, busque articular elementos discursivos referentes tanto ao que se chama de sustentabilidade quanto à lucratividade, tendo de destacar ainda a participação dos acionistas na participação dos lucros gerados.

Diante do exposto, mantem-se também a possibilidade de leituras desautomatizadas diante das pressuposições ideológicas hegemônicas. Nesse nível de discussão, podemos retomar as questões relacionadas aos possíveis dilemas que os relatórios analisados apresentam, os quais implicam em uma posição favorável da empresa diante do discurso de conciliação entre sustentabilidade e crescimento econômico. No caso deste *corpus*, é interessante notar que se trata de uma empresa cuja detenção majoritária dos títulos se dá por acionistas que, ao mesmo tempo, estão ligados diretamente a seus membros fundadores, gerando possíveis efeitos de ampliação das estratégias discursivas com uma perspectiva de longo prazo da atuação corporativa.

Como pode ser percebido ao longo de todo essa seção, pautada na análise social dos relatórios, isso terá implicações heterogêneas para as práticas da empresa que visa à sustentabilidade, em caso de conciliar uma redução de custos operacionais, em favorecimento da atratividade competitiva para novos ou demais acionais, com uma preocupação diante da perenidade dos negócios no engajamento com a sustentabilidade. Assim, como resultado das variabilidades diante da análise da apresentação de ideologias no discurso e atividades organizacionais (COELHO; GODOI, 2010), concordamos com a sugestão de deslenio ao crescimento ilimitado para perspectiva da sustentabilidade (DALY, 1984; LARA; OLIVEIRA, 2017) voltada ao âmbito planetário.

6 CONCLUSÃO

Em conclusão, vimos que a linguagem é parte crucial da performatividade das relações sociais estabelecidas entre as pessoas e que, por isso, pode agir em prol da compreensão da situação pela qual o ambiente sicionatural está passando, em recorrência da fragilidade das estratégias atuais responsáveis por encontrarem soluções às questões ecológicas que ameaçam o planeta. Por nossa vez, foi possível perceber, através do estabelecimento de uma convergência de diversos campos de pesquisa, que a discursividade hegemônica da sustentabilidade se mantém sobre premissas frágeis no que toca a uma conservação do planeta e dos meios propícios à sobrevivência da vida.

Assim, foi postulada a inserção dessa problematização dentro do campo de investigação da linguagem, mais especificamente, no campo de pesquisa caracterizada pela ADC, que permitiu, como o exemplo de análise apresentado, uma observação das estratégias discursivas inscritas em relatórios de sustentabilidade. Diante do que determinadas empresas assumem como parte de uma política que parece se voltar à mera preservação de recursos, acabamos respondendo questões como quais as contradições e fragilidades estão implicadas pelas estratégias discursivas utilizadas no discurso hegemônico da sustentabilidade, como esses discursos performatizam a linguagem a partir dos seus interesses majoritários, em torno de quais visões de mundo desses discursos perfazem suas estratégias discursivas e qual série histórica de discurso se deixa revelar a partir da materialização textual e extratextual.

Com esses levantamentos, foi possível relacionar as questões tradicionalmente restritas ao âmbito da Ecologia, Climatologia e/ou Economia a partir das instâncias teóricas da Análise de Discurso Crítica, buscando se deter na performatividade da linguagem em relação às práticas de sustentabilidade enunciadas pelo discurso hegemônico, ao ponto de entender como esse discurso hegemônico da sustentabilidade é, em boa parte, descuidado com o meio ambiente, o que impossibilita que aponte mudanças necessárias para a reversão do quadro socioambiental no qual nos encontramos.

Diante dessa situação, parece que o processo de transição para a sustentabilidade encontra-se ainda um pouco distante. De todo modo, como Merico (2014, p. 11) bem sugere, “A transição para a sustentabilidade é entendida (...) como um processo político possível de ser construído”, sendo que tal assertiva nos leva a inscrever a sustentabilidade em uma lógica discursiva, na qual a acepção hegemônica do termo em questão, vinculada à ideia de crescimento econômico infinito, precisa passar por uma reformulação, uma vez que percebemos as fragilidades e contradições do conjunto de enunciados dominantes vinculados a esse. Assumindo um deslocamento do conceito de sustentabilidade em torno de sua preocupação majoritária com o aumento sem limites das margens econômicas, acreditamos ser possível desnaturalizar os elementos ideológicos que fundamentam e justificam não apenas o discurso e a ideologia hegemônica das questões ambientais, mas que também implicam uma falsa sustentabilidade.

Enfim, o panorama socioambiental desse início de século XXI demonstra a relevância de nosso percurso interdisciplinar ao ressaltar a importância da linguagem diante dos problemas socioambientais e do processo de transformação da sociedade, em prol da compreensão das fragilidades do discurso hegemônico da sustentabilidade e da consequente percepção da necessidade de práticas que contribuam para o cuidado com o destino da humanidade e com o planeta e ecossistemas, que servem de abrigo às diferentes formas de vida.

Alguns autores de áreas diversas já reconhecem a importância da linguagem para as práticas sociais relacionadas aos ecossistemas e suas transformações, tal qual Ernest Callenbach (2001), ao apresentar, em seu livro *Ecologia – Um guia de bolso*, um posfácio intitulado “O poder das palavras”. A partir de autores como esse, reconhecemos a contribuição que pode ser fornecida pelos estudos da linguagem na compreensão não apenas das consequências das práticas mercantis e mercadológicas, econômicas e culturais sobre o equilíbrio do planeta, mas também e, principalmente, das fragilidades das medidas propostas a minimizar esse problema. Daí nosso interesse em contribuir com os estudos da linguagem que se movimentem no âmbito socioeconômico e ecológico, a partir da Análise de Discurso Crítica.

De todo modo, este livro está ancorado nas propostas de configuração teórico-metodológica da interdisciplinaridade que, de central importância para a atualidade, é considerada como crucial por diversos autores, como Moita Lopes (2007), Pennycook (2006), Celani (2007), Rojo (2013) e outros, o que possibilita novas formas de produzir conhecimento. Além disso, essa área de investigação está aberta ao diálogo com as demais disciplinas, tal como acontece aqui, com os Estudos Econômicos e a Ecologia, por acreditarmos nós que as investigações sobre linguagem não devem se utilizar de vórtices fixos da herança positivista para centralizar seu alcance em torno de procedimentos estanques e/ou assujeitar as condições reais de usos da linguagem a formas epistemológicas idealistas.

Assim, retomamos nossa concepção de ciência e de razão com a qual iniciamos esse livro, pela qual essas tornam-se formas de superar os atuais impasses civilizacionais que enfrentamos. Mesmo evitando o positivismo em nossa prática científica, definimos a razão como instrumento pertinente de aperfeiçoamento das realizações humanas, o qual é dado a *posteriori*, através da experiência linguístico-cognitiva das relações com o mundo e as pessoas. Saindo de um pretensioso lugar de característica definidora da própria humanidade, acreditamos

que o exercício racional proposto neste livro significa um aperfeiçoamento de nossas formas de se relacionar, tanto com o mundo quanto com as pessoas. Com isso em mente, pretendemos que essa concepção venha a contribuir com a mobilização em torno dos problemas ecológicos que enfrentamos na atualidade.

Além disso, a necessidade de as empresas atuarem dentro da perspectiva de uma sustentabilidade planetária, em vez de mera perenidade dos negócios, não é um resultado arbitrário, pois decorre do fato observado de que, para garantirem sua sobrevivência, elas precisam fazer uso de recursos naturais pertencentes à coletividade da vida, o que torna nada ético utilizar bens e serviços coletivos em prol exclusivamente da geração do lucro individual.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. N. **Linguagem e medo da morte**: uma introdução à linguística integracionista. Fortaleza: EdUECE, 2009.

_____. Identidades e poder: reflexões sobre a linguística crítica. In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. (orgs.). **Políticas em linguagem**: perspectivas identitárias. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006, p. 39-60.

ALVES, R. **O que é Religião?** 18ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ANGELO, G. **O aquecimento global**. São Paulo: PubliFolha, 2008. (Coleção Folha Explica).

ARAÚJO, A. O.; RAMOS, M. C. Limitações dos relatórios de sustentabilidade para análises custo-benefício de ações sociais e ambientais. **CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. v. 13, nº 1, jan./abr., 2015, p. 132-155.

ARRUDA, L.; QUELHAS, O. L.; FRANCA, S. L. B. Análise das práticas empresariais de sustentabilidade nas empresas de construção pesada do setor de infraestrutura no Brasil. **ENGEVISTA**, v. 15, nº 3, dez. 2013, p. 298-307.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, V. N. A. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é, o que não é. 4ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.

_____. **A opção Terra**: a solução para a Terra não cai do céu. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **R. Adm.**, São Paulo, v. 48, nº 4, out./nov./dez. 2013, p. 828-842.

CALLENBACH, E. **Ecologia**: um guia de bolso. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Peirópolis, 2001.

CAVALCANTE, A. N. A; MARTINS FERREIRA, M. D. Da agência à sustentabilidade: Linguagem e prática social em ‘Rio+20’. **Ação midiática**, Curitiba, n. 15, p. 167-185, jan./jun. 2018.

CELANI, M. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (ogrs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras, [1998] 2007.

CHANG, H.-J. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. Trad. Claudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

COELHO, A. L. A. L.; GODOI, C. K. Coerência entre o Discurso Institucional e o Discurso Midiático sobre a Sustentabilidade. In: EnANPAD2010. Rio de Janeiro – 25 a 29 de setembro de 2010, s/p. **Anais... XXXIV Encontro da ANPAD**.

COELHO, A. L. A. L. et al. Análise do discurso da sustentabilidade em uma empresa do setor de energia elétrica. **Revista Gestão & Conexões**. Vitória (ES), v. 1, nº 1, jul./dez. 2012, p. 122-158.

DALY, H. **A economia do século XXI**. Trad. Renato Souza. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de ‘desapredizagem’ – re-descrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-65.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Trad. Iran Ferreira de Mel. **Linha d’Água**, v. 2, nº 25, 2012, p. 307-329.

_____. Critical discourse analysis in transdisciplinary research. In: WODAK, R.; CHILTON, P. **A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis: Theory, Methodology and Interdisciplinarity**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 53-70.

_____. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães (org.) Brasília: Ed. UNB, 2008.

_____. **Language and power**. London and New York: Longman Inc., 1989.

FLANNERY, T. **Os senhores do clima: como o homem está alterando as condições climáticas e o que isso significa para o futuro do planeta**. Trad. Jorge Calife. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2007.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, E. P. M. Da emergência e da finalidade críticas em análise do discurso crítica (ADC): A teoria social do discurso, de Norman Fairclough. In: GOMES, E. P. M. **Problemas do consórcio Análise do Discurso Crítica/Realismo Crítico: descrevendo os circuitos e os cursos de ação para uma análise sócio-crítica do discurso** (Tese de doutorado). Universidade Estadual do Ceará. 2018, p. 37-78.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção os Pensadores).

KREMER, J. T. et al. Estratégias de legitimidade social nos relatórios de sustentabilidade e de administração da Samarco Mineração. In: V Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental Valores Humanos e Consumo Sustentável, 29 e 30 de junho de 2017, **Anais...** Brasília, DF – Brasil, s/p.

LARA, L. G. A. de; OLIVEIRA, S. A. de. A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 2, Artigo 8, abr./jun. 2017, p. 326-348.

LOWY, M. **O que é o ecossocialismo?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção questões de nossa época).

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MERICO, L. **A transição para a sustentabilidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MOITA LOPES, L. P. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada? In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 311-352.

MOTA, M.; MAZZA, A. C. A.; OLIVEIRA, F. C. Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem? In: **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, nº 1, jan./mar. 2013, p. 69-80.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v. 2. São Paulo: Cortez, 2012, pp. 113-165.

OPPENLANDER, R. **Food choice and sustainability**. Mineapolis: Langdon Street Press, 2013.

PASSET, R. **A ilusão neoliberal**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002.

PENNA, C. G. **O estado do planeta**: Sociedade de consumo e degradação ambiental. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2012.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: LOPES, L. P. da M. (org.). **Por uma linguística aplicada interdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.

RESENDE, V. M. Análise de Discurso Crítica: Uma perspectiva transdisciplinar entre a Linguística Sistêmica Funcional e a Ciência Social Crítica. In: 33rd International Systemic Functional Congress, **Annals...** 2006, p. 1069-1081.

ROJO, R. Caminhos para a LA: Política lingüística, política e globalização. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A. da, et al. (orgs.). **Política e políticas lingüísticas**. São Paulo: Pontes Editores, 2013.

VEIGA, J. E. da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

VIVIEN, F.-D. **Economia e Ecologia**. Trad. Virgilia Guariglia. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.